

# **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

**MAESTRO LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.**

## **1 – RESPONSÁVEIS PELO FORMULÁRIO**

### **1.0 – Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário**

<b>Nome do responsável pelo conteúdo do Formulário</b>	Fabio Lewkowicz
<b>Cargo do responsável</b>	Diretor Presidente
<b>Nome do responsável pelo conteúdo do Formulário</b>	Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves
<b>Cargo do responsável</b>	Diretor de Relações com Investidores

## **1.1 – Declaração do Diretor Presidente**

Eu, Fabio Lewkowicz, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 35.416.111 – SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 317.831.768-65, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Rua Paulo do Vale, 356, Salão 03, Fundos, Vila Cercado Grande, CEP: 06804-010, na qualidade de Diretor Presidente da Maestro Locação de Veículos S.A. ("Companhia" ou "Maestro"), neste ato declaro que (i) revi o Formulário de Referência referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) todas as informações contidas no referido Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"), em especial aos artigos 14 a 19 e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

---

**Fabio Lewkowicz**  
Diretor Presidente

## **1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores**

Eu, Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves, português, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RNE nº W.435220-T e inscrito no CPF/ME sob o nº 146.327.718-05, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço profissional na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Rua Paulo do Vale, 356, Salão 03, Fundos, Vila Cercado Grande, CEP: 06804-010, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Maestro Locação de Veículos S.A. ("Companhia" ou "Maestro"), neste ato declaro que (i) revi o Formulário de Referência referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; (ii) todas as informações contidas no referido Formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"), em especial aos artigos 14 a 19 e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

---

**Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves**

Diretor de Relações com Investidores

### **1.3 – Declaração do Diretor Presidente/ Relações com Investidores**

Não aplicável, uma vez que as declarações individuais do Diretor Presidente e do Diretor de Relações com Investidores foram apresentadas no item 1.1 deste Formulário de Referência.

## 2 – AUDITORES INDEPENDENTES

### 2.1/2.2 Identificação e remuneração dos Auditores

<b>Possui auditor?</b>	Sim			
<b>Código CVM</b>	385-9			
<b>Tipo de auditor</b>	Nacional			
<b>Nome/Razão Social</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes			
<b>CPF/CNPJ do auditor</b>	49.928.567/0001-11			
<b>Período da prestação de serviço</b>	Data de Início: 30/03/2021			
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Revisão das informações trimestrais (ITR) relativas aos períodos de três, seis e nove meses encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos exercícios sociais encerrados e a encerrar, conforme o caso, em 31 de dezembro de 2021, como a auditoria das Demonstrações Financeiras relativas ao mesmo exercício social, bem como os procedimentos previamente acordados de revisão de índices financeiros.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço (em milhões de Reais)</b>	R\$ 208.000,00 (Duzentos e oito mil reais) para a auditoria das demonstrações financeiras e revisão trimestral do exercício de 2021. R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) para os procedimentos previamente acordados de revisão de índices financeiros			
<b>Justificativa da substituição</b>	Substituição, por rotação, à ERNST & YOUNG Auditores Independentes.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.			
<b>Nome responsável técnico</b>	<b>Início da prestação de serviço</b>	<b>Término da prestação de serviço</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço/Contato</b>
Vagner Ricardo Alves	30/03/2021		084.811.888-08	Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, Golden Tower – 4º ao 12º andares

<b>Possui auditor?</b>	Sim
<b>Código CVM</b>	471-5
<b>Tipo de auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão Social</b>	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
<b>CPF/CNPJ do auditor</b>	61.366.936/0001-25
<b>Período da prestação de serviço</b>	Data de Início: 20/04/2016
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Revisão das informações trimestrais (ITR) relativas aos períodos de três, seis e nove meses encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro dos exercícios sociais encerrados e a encerrar, conforme o caso, em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 e 2017, bem como auditoria das Demonstrações Financeiras relativas aos mesmos exercícios sociais.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço (em milhões de Reais)</b>	R\$195.000,00 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.
<b>Justificativa da substituição</b>	Substituição, por rotação, para Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável.

<b>Nome responsável técnico</b>	<b>Início da prestação de serviço</b>	<b>Término da prestação de serviço</b>	<b>CPF</b>	<b>Endereço/Contato</b>
Emerson Pompeu Bassetti	12/11/2016	30/06/2017	284.144.338-80	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 2573-3000, e-mail: emerson.pompeu@br.ey.com

Alessandra Aur Raso	01/07/2017	31/03/2018	304.987.448 -17	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543- 011, Telefone (11) 2573-3000, e- mail: alessandra.aur@br.ey .com
Lazaro Angelim Serruya	01/04/2018	-	836.039.211 -00	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Norte, Vila Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543- 011, Telefone (11) 2573-3000, e- mail: lazaro.serruya@br.ey. com

### **2.3 Outras Informações relevantes**

Os serviços prestados pelos Auditores Independentes são periodicamente analisados pelo Comitê de Auditoria da Companhia que reporta diretamente ao Conselho de Administração, como forma de garantir a manutenção da qualidade dos serviços de auditoria, inclusive para preservar sua independência.

Além desses pontos, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 2 do Formulário de Referência.

### 3 – INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

#### 3.1 - Informações Financeiras

<b>Informação financeira</b>	<b>Últ. Inf. Contábil 31/12/2020 Real/Unidade</b>	<b>Exercício social 31/12/2019 Real/Unidade</b>	<b>Exercício social 31/12/2018 Real/Unidade</b>
Patrimônio Líquido	50.728.000,00	49.658.000,00	48.742.000,00
Ativo Total	241.082.000,00	259.284.000,00	218.281.000,00
Receita Líquida	118.808.000,00	91.948.000,00	63.073.000,00
Resultado Bruto	35.712.000,00	30.138.000,00	22.289.000,00
Resultado Líquido	1.070.000,00	916.000,00	-1.160.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	26.010.000,00	1.733.988	1.733.988
Valor Patrimonial de Ação (Unidade)	1,950326797	28,63803000	28,10976800
Resultado Básico por Ação	0,04100000	0,53000000	-0,67000000
Resultado Diluído por Ação	0,04	0,53	-0,67

### 3.2 – Medições não contábeis

#### a) valor das medições não contábeis

##### **EBITDA, EBIT, EBIT Ajustado e Margem EBITDA**

O EBITDA é a sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, uma medição não contábil utilizada para avaliar a geração de caixa proveniente de uma sociedade. O EBITDA é uma medição não contábil calculada pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras, observadas as disposições da Instrução CVM 527, de 04 de outubro de 2012. O cálculo do EBITDA consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício ou período, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas com depreciação, pelas despesas com amortização e pelas despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro.

O EBIT é a sigla em inglês para *Earnings Before Interest and Taxes*, representado pelo lucro líquido auferido no período acrescido do imposto de renda/contribuição social e do resultado financeiro (despesas financeiras líquidas das receitas financeiras).

Já o EBIT Ajustado refere-se ao EBIT ajustado por despesas que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, tais como: Equivalência Patrimonial da Locarcity, que é definida como a recomposição desta despesa ao EBIT consolidado da Companhia conforme apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela Receita Líquida de locação.

O EBITDA, o EBIT, o EBIT Ajustado e a Margem EBITDA não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício/período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgados por outras companhias.

Abaixo, são apresentados os valores do EBITDA, EBIT e da Margem EBITDA da Companhia para os períodos e exercícios abaixo indicados:

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2020 Individual	2019 Consolidado	2019 Individual	2018 Consolidado
<b>EBITDA</b>	<b>37.860</b>	<b>10.213</b>	<b>38.016</b>	<b>25.626</b>
<b>EBIT</b>	<b>17.875</b>	<b>5.437</b>	<b>21.247</b>	<b>13.893</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>61,2%</b>	<b>63,8%</b>	<b>69,2%</b>	<b>59,0%</b>

## **Dívida Bruta e Dívida Líquida**

A dívida bruta da Companhia corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) (“Dívida Bruta”).

Já a dívida líquida é calculada pela Dívida Bruta deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito (circulante e não circulante) (“Dívida Líquida”).

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representam endividamento nas datas indicadas e não são indicadores de condição financeira ou liquidez da Companhia ou até mesmo sua capacidade de liquidar sua dívida. Também não são calculadas usando uma metodologia padrão e podem não ser comparáveis às definições de dívida bruta, dívida líquida ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

Seguem abaixo os valores da dívida bruta e dívida líquida para as datas abaixo indicadas:

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		
	2020 Individual	2019 Individual	2018 Consolidado
<b>Dívida Bruta</b>	<b>172.183</b>	<b>181.360</b>	<b>144.491</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>123.648</b>	<b>134.360</b>	<b>107.417</b>

## **b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

### **Reconciliação EBITDA e Margem EBITDA**

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA e a Margem EBITDA, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2020 Individual	2019 Consolidado	2019 Individual	2018 Consolidado
<b>Lucro líquido (Prejuízo)</b>	<b>1.070</b>	<b>791</b>	<b>916</b>	<b>(1.160)</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	259	362	362	(270)
(+) Despesas financeiras, liquidas	16.546	4.284	19.969	15.323
(+) Depreciação e amortização	18.282	4.776	16.769	11.733
<b>EBITDA</b>	<b>36.157</b>	<b>10.213</b>	<b>38.016</b>	<b>25.626<sup>1</sup></b>
<b>( + ) Despesas não operacionais não recorrentes</b>	<b>1.704</b>	-	-	-
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>37.860</b>	<b>10.213</b>	<b>38.016</b>	<b>25.626</b>
Receita líquida de locação	61.876	16.006	54.932	43.453
<b>Margem EBITDA</b>	<b>61,2%</b>	<b>63,8%</b>	<b>69,2%</b>	<b>59,0%<sup>1</sup></b>

(1) Não considera a inclusão pró-forma do EBITDA da Locarcity ao EBITDA consolidado da Companhia conforme apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este ajuste pró-forma é oriundo de resultados anteriores à aquisição da Locarcity pela Companhia. Para reconciliação do EBITDA Ajustado da Companhia, vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

### Reconciliação EBIT

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBIT nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2020 Individual	2019 Consolidado	2019 Individual	2018 Consolidado
<b>Lucro líquido (Prejuízo)</b>	<b>1.070</b>	<b>791</b>	<b>916</b>	<b>(1.160)</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	259	362	362	(270)
(+) Despesas financeiras, liquidas	16.546	4.284	19.969	15.323
<b>EBIT</b>	<b>17.875</b>	<b>5.437</b>	<b>21.247</b>	<b>13.893</b>

### Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e Dívida Líquida da Companhia nas datas abaixo indicadas:

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		
	2020 Individual	2019 Individual	2018 Consolidado
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	49.785	17.903	18.791
Debêntures a pagar (circulante e não circulante)	122.398	163.457	125.700
<b>Dívida bruta</b>	<b>172.183</b>	<b>181.360</b>	<b>144.491</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(23.747)	(5.191)	(35.018)
(-) Aplicações financeiras de uso restrito (circulante e não circulante)	(24.778)	(41.809)	(2.056)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>123.658</b>	<b>134.360</b>	<b>107.417</b>

**c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Companhia elabora e divulga o EBITDA com o fim de apresentar uma informação adicional de desempenho e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos e capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações.

No entanto, o EBITDA não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O EBITDA é uma informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados ou revisados. O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS.

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida são medições úteis para a avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional. Esses indicadores não substituem medidas contábeis reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS.

### **3.3 – Eventos Subsequentes às Demonstrações Financeiras**

Não há eventos subsequentes às informações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### 3.4 – Política de destinação de resultados

	2020	2019	2018
<b>Regras sobre a retenção de lucros</b>	<b>Regra estatutária:</b> de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.	<b>Regra estatutária:</b> de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.	<b>Regra estatutária:</b> de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em assembleia geral ordinária poderão deliberar sobre a retenção de parcela do lucro líquido do exercício, alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Ademais, a Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.
<b>Valores das retenções de lucros</b>	Houve a retenção integral do lucro apurado pela companhia no valor de R\$1.070 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, inclusive dos valores que seriam devidos a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do §4º do artigo 202 da	Houve a retenção integral do lucro apurado pela companhia no valor de R\$916 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, inclusive dos valores que seriam devidos a título de dividendo mínimo obrigatório, nos termos do §4º do artigo	Não houve retenção de lucros ou distribuição de dividendos, uma vez que a Companhia apurou prejuízo de R\$1.160 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Lei das Sociedades por Ações. 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**Regras sobre a distribuição de dividendos**

**Regra estatutária:** de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o saldo remanescente do lucro líquido, poderá ser distribuído a título de dividendos adicionais ou destinado para constituição de outras reservas de lucros na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.

**Regra estatutária:** de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o saldo remanescente do lucro líquido, poderá ser distribuído a título de dividendos adicionais ou destinado para constituição de outras reservas de lucros na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.

**Regra estatutária:** de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório estabelecido é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o saldo remanescente do lucro líquido, poderá ser distribuído a título de dividendos adicionais ou destinado para constituição de outras reservas de lucros na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações.

**Periodicidade e das distribuições de dividendos**

Usualmente a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia ocorre anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.

Usualmente a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia ocorre anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.

Usualmente a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia ocorre anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá levantar balanço semestral e, com base nos resultados verificados, declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendo à conta do lucro apurado nesse balanço.

A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em

A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em

A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em

cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

***Restrições às distribuições de dividendos***

Não havia restrições especiais para a distribuição de dividendos.

Não havia restrições especiais para a distribuição de dividendos.

Não havia restrições especiais para a distribuição de dividendos.

***Política de destinação de resultados formalmente aprovada***

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui uma política formal de destinação de resultados, porém, obedece às determinações da Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação a ele aplicável, complementadas pelas normas de seu Estatuto Social e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3.5 – Distribuição de Dividendos

<b>(Reais)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro líquido ajustado	1.070.000,00	916.000,00	-1.160.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,0000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido (%)	0,0000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	1.070.000,00	916.000,00	0,00
Data da aprovação da retenção	N/A	23/04/2020	N/A

<b>Lucro Líquido Retido</b>	<b>Montante</b>	<b>Data do Pagamento dividendo</b>	<b>Montante</b>	<b>Data do Pagamento dividendo</b>	<b>Montante</b>	<b>Data do Pagamento dividendo</b>
<b>Dividendo Obrigatório</b>						
Ordinária	<b>0,00</b>	<b>N/A</b>	<b>0,00</b>	<b>N/A</b>	0,00	<b>N/A</b>

### **3.6 – Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**

Não aplicável, uma vez que nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, não houve declaração de dividendos a conta de lucros retidos ou reservas de lucros constituídas em exercícios sociais anteriores.

### 3.7 Nível de endividamento

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do passivo circulante e do passivo não circulante (R\$)</b>	<b>Tipo de Índice</b>	<b>Índice de Endividamento<sub>1</sub></b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
31/12/2020	190.354.000,00	Índice de Endividamento	2,79587210	-

### 3.8 Obrigações, de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social 31/12/2020 - Empréstimos					
Tipo de obrigação	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	64.734.000,00	107.449.000,00	-	-	-
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografária	-	-	-	-	-
Outras garantias / privilégios	-	-	-	-	-
Exercício social 31/12/2020 – Financiamentos					
Tipo de obrigação	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	-	-	-	-	-
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografária	-	-	-	-	-
Outras garantias / privilégios	-	-	-	-	-
Exercício social 31/12/2020 – Títulos de Dívida					
Tipo de obrigação	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	-	-	-	-	-
Garantia Flutuante	-	-	-	-	-
Quirografária	-	-	-	-	-
Outras garantias / privilégios	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>64.734.000,00</b>	<b>107.449.000,00</b>	-	-	-
<p>Observação: Para fins de cálculo dos valores apresentados neste item, foram considerados os valores constantes das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, nas seguintes rubricas: Linhas do endividamento: Empréstimos e financiamentos e Debêntures do Passivo Circulante e Não Circulante. Os empréstimos, financiamentos e títulos de dívida apresentados neste item foram segregados de acordo com o tipo de garantia (garantia real e dívidas quirografárias), bem como em conformidade com os respectivos prazos de vencimento.</p>					

### **3.9 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

#### ***Informações Adicionais ao Item 3.2***

A Companhia adquiriu em 13 de dezembro de 2018 a totalidade das quotas da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") e passou a apresentar Demonstrações Financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em razão disso.

Em 1º de agosto de 2019, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia, na qual foi aprovada a incorporação da Locarcity, com o objetivo de melhorar a sinergia na terceirização de sua frota. A incorporação foi concluída com a emissão do laudo contábil por avaliador especializado e independente e foi realizada nos termos do artigo 225 da Lei nº 6.404/1976, com data base de 31 de agosto de 2019, e desta forma, a Companhia passou a não apresentar Demonstrações Financeiras consolidadas a partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

As Demonstrações Financeiras combinadas do Grupo Maestro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 compreendem a Companhia e a Locarcity ("Grupo Maestro") e foram combinadas para refletir o efeito da incorporação descrita no parágrafo anterior como se tivesse ocorrido a partir de 1º. de janeiro de 2019. As Demonstrações Financeiras combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros, acionistas e instituições financeiras e não representam as Demonstrações Financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas.

As principais medidas não contábeis extraídas dessas Demonstrações Financeiras combinadas são as seguintes:

#### **a) valor das medições não contábeis**

##### ***EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada***

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA ajustado por despesas que não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, tais como: Combinação de Negócios, que é definida como a inclusão *pro-forma* do EBITDA da Locarcity ao EBITDA consolidado da Companhia conforme apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

A Margem EBITDA Ajustada consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de locação.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustada não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício/período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos

do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgados por outras companhias.

**b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

**Reconciliação EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada**

Adicionalmente às informações a respeito de medidas não contábeis apresentadas no item 3.2 deste Formulário de Referência, abaixo são apresentadas as reconciliações do lucro líquido (prejuízo) combinado e consolidado, conforme o caso, para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, levando em consideração as Demonstrações Financeiras combinadas da Companhia, conforme indicado.

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2019 Combinado	2018 Consolidado
<b>Lucro líquido (Prejuízo)</b>	<b>916</b>	<b>(1.160)</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	1.935	(270)
(+) Despesas financeiras, liquidas	19.980	15.323
(+) Depreciação e amortização	19.310	11.733
<b>EBITDA<sup>(1) (5)</sup></b>	<b>42.141</b>	<b>25.626</b>
Receita líquida de locação	65.675	43.453
<b>Margem EBITDA<sup>(2) (5)</sup></b>	<b>64,2%</b>	<b>59,0%</b>
Combinação de Negócios <sup>(6)</sup>	-	12.075
<b>EBITDA ajustado<sup>(3) (5)</sup></b>	<b>42.141</b>	<b>37.701</b>

**c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Companhia elabora e divulga o EBITDA Ajustado com o fim de apresentar uma informação adicional de desempenho e uma medida prática para aferir a sua capacidade de pagamento das dívidas, manutenção de investimentos, capacidade de cobrir necessidades de capital de giro a partir de suas obrigações e, por ser ajustado, o impacto que a combinação de negócios com a Locarcity em 2018 teve sobre o seu resultado. O EBITDA Ajustado é a medição não contábil utilizada para cálculo dos *covenants* da Companhia. Para maiores informações, vide item 10.1.a.(ii).

No entanto, o EBITDA Ajustado não deve ser considerado isoladamente ou como substituto do lucro líquido ou do lucro operacional, como indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O EBITDA Ajustado é uma informação adicional às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição aos resultados auditados ou revisados. O EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 3 do Formulário de Referência.

#### **4.1 – Descrição dos Fatores de Risco**

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em um valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os fatores de risco mencionados abaixo, bem como as Demonstrações Contábeis anuais, Informações Trimestrais e respectivas notas explicativas divulgadas pela Companhia. Os negócios, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em decorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar material e adversamente a Companhia, influenciando, desse modo, eventuais decisões de investimento relacionadas à Companhia. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão afetá-la adversamente.

Para os fins deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado" a seguir, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá, "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de sua emissão. Expressões similares incluídas neste item "4.1. Fatores de Risco" e no item "4.2. Riscos de Mercado" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item "4.1. Fatores de Risco" e do item "4.2. Riscos de Mercado".

*a) Riscos Relacionados a Companhia.*

***A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde devido à propagação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma como a pandemia afetará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são incertos e imprevisíveis e podem afetar material e adversamente os negócios, condição financeira, resultados de operações e fluxos de caixa e, finalmente, a capacidade de continuar a operar seus negócios.***

Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A,

popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia opera, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos.

Não é possível garantir se ou quando os estabelecimentos que permanecem fechados serão reabertos, bem como que os estabelecimentos que voltaram a operar não serão novamente fechados em razão da COVID-19, ou que o fluxo de pessoas irá retornar e/ou quando irá retornar aos níveis pré-COVID-19, o que pode impactar adversamente as receitas da Companhia.

Adicionalmente, os escritórios administrativos e outras instalações da Companhia tiveram seu funcionamento reduzido, adotando uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos. Essa política pode afetar nossa produtividade, ocasionar eventuais erros e atrasos nas nossas operações, bem como causar outras interrupções nos negócios.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, que são incertos e imprevisíveis, especialmente no Brasil, de seu impacto sobre os mercados de capital e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, de sua disseminação para outras regiões, das ações tomadas para contê-la, entre outras.

Por fim, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo; (ii) receio dos consumidores e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que os empregados se dirijam às instalações da Companhia (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos negócios da Companhia.

A Companhia não pode garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não é possível garantir que a Companhia será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19.

***Nossos negócios demandam disponibilidade de linhas de crédito para implementar nossa estratégia de crescimento.***

A execução do nosso plano de negócios depende diretamente da nossa capacidade de financiar nosso crescimento e a renovação de nossa frota. Este crescimento deve ser suportado por uma adequada estrutura de capital (relação entre capital próprio e de terceiros) e pela utilização de linhas de crédito que atendam aos requisitos pré-estabelecidos na nossa política de precificação tais como custo, prazo, forma de amortização e tipos de garantias prestadas.

A eventual indisponibilidade de crédito, gerada por condições macroeconômicas adversas, fatores externos ou percepção do risco de crédito da Companhia, pode afetar de forma direta nossos planos de crescimento e a renovação de nossa frota, bem como impactar negativamente nossos resultados.

Não podemos garantir que conseguiremos obter crédito suficiente para financiar nossos investimentos e para financiar a nossa estratégia de expansão, nem que conseguiremos financiamento a custos aceitáveis. Além disso, a nossa incapacidade de obter novos financiamentos ou refinar nossas dívidas, quando necessário, ou obter ou renovar garantias de seguros em prazos razoáveis, pode se tornar um desafio para cumprir nossas obrigações financeiras ou explorar oportunidades de negócios. Condições macroeconômicas negativas, condições da indústria, seu desempenho ou outros fatores externos podem, por sua vez, afetar negativamente a nossa estratégia de crescimento, bem como nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, estamos sujeitos a certas limitações de margens de endividamento e métricas financeiras, que podem restringir nossa capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

***Risco de aumento do custo de aquisição dos veículos novos.***

A capacidade de obter preços competitivos junto às montadoras é um fator chave no posicionamento de mercado da Companhia, sendo o aumento do preço de aquisição dos veículos *frente à* concorrência um risco relevante na execução do nosso plano estratégico. A implantação de parcerias diretas entre montadoras e competidores é uma das iniciativas que pode acarretar algum prejuízo nas condições comerciais atualmente praticadas, afetando adversamente os nossos resultados.

***A perda de membros da Diretoria e/ou do Conselho de Administração ou a nossa incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado pode ter efeito adverso material sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.***

Nosso mercado de atuação é competitivo e depende de mão de obra especializada e qualificada para gerir nossas operações com eficiência, implementar e operar novas tecnologias e desenvolver soluções logísticas adequadas para nossos clientes. Há competição por profissionais com estas experiências e capacitações, assim como carência de mão de obra. Assim, nosso sucesso depende da habilidade de atrairmos, treinarmos e retermos profissionais capacitados para a condução de nosso negócio.

Além disso, administração e as operações da Companhia são dependentes em grande parte da experiência e capacitação dos nossos altos executivos, bem como de sua participação no Conselho de Administração e em cargos de gerência. A Companhia não pode assegurar que será bem sucedida na atração ou retenção dessas pessoas chave. A perda de vários ocupantes de cargos chave ou a incapacidade de atrair e contratar outros executivos qualificados para integrá-los poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de implementar a estratégia de negócio, e manter sua situação financeira e resultados operacionais.

***Podemos não ser bem-sucedidos na implementação de nossa cultura de negócio nas sociedades adquiridas, fato que poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Uma das estratégias de crescimento da Companhia é a identificação, avaliação e aquisição de novos negócios e marcas estabelecidas. Para atingir esse objetivo, a Companhia precisa identificar, avaliar e adquirir negócios e marcas e concluir tais aquisições em condições atrativas, bem como ter ou obter os recursos necessários para realizar tais aquisições e conduzir apropriadamente o processo de integração de tais negócios e marcas adquiridos. E, após a aquisição, a Companhia precisa integrar, às suas plataformas existentes, as operações, os sistemas gerenciais e o controle financeiro dos negócios que adquire, bem como identificar e aproveitar sinergias e reduzir custos operacionais.

Eventuais aquisições de outras sociedades podem envolver uma série de riscos conhecidos e desconhecidos que poderão causar efeitos prejudiciais relevantes sobre nossos negócios, especialmente, os seguintes:

- o preço de aquisição pode ser mais elevado do que o real valor do negócio;
- o processo de auditoria (due diligence) conduzido antes de concluir a aquisição poderá não identificar e não nos proteger de todos os passivos contingentes, tais como contingências cíveis, fiscais, trabalhistas e previdenciárias, irregularidades na condução dos negócios, contingências relacionadas a propriedade intelectual, e demonstrações financeiras preparadas em desacordo com as práticas contábeis vigentes ou deficiências significativas de controles internos, ainda que não materializadas;

- podemos ter que incorrer em dívidas adicionais em razão das aquisições, as quais poderão limitar nossa capacidade financeira
- as aquisições realizadas podem não contribuir com a nossa estratégia comercial ou com a nossa imagem;
- o processo para realização dessas aquisições pode ser demorado e oneroso, e o foco de nossos executivos pode ser desviado de suas operações usuais;
- dificuldade de obtenção das aprovações regulatórias necessárias, incluindo aquelas das autoridades de defesa da concorrência, no Brasil;
- dificuldade ou custos de integração elevados, devido a diferenças culturais inicialmente não identificadas durante o processo de aquisição;
- dificuldade na captura de sinergias operacionais, administrativas e econômico-financeiras esperadas no âmbito da aquisição de novos negócios;
- gerenciamento de custos adicionais não programados relacionados à operação de integração;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados; e
- a estrutura de custos das sociedades e/ou marcas adquiridas poderá ser diferente da nossa estrutura de custos e poderemos levar mais tempo do que inicialmente previsto para adequar tal estrutura à nossa.

Qualquer um destes fatores poderá causar um efeito adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

***Podemos assumir certas contingências não identificadas e/ou não identificáveis em decorrência de empresas por nós adquiridas.***

Eventuais ônus, gravames, contingências, e/ou passivos de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas, no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, contingências, e/ou passivos relevantes de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão nos impactar de forma negativa e, por conseguinte, prejudicar os nossos acionistas assim como o resultado de nossas operações.

***Estamos sujeitos a riscos relacionados a disputas judiciais e administrativas, as quais podem afetar de forma adversa nossos resultados.***

Somos, e poderemos ser no futuro, parte em processos judiciais envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, entre outras, bem como em procedimentos administrativos no curso de nossos negócios. Em 31 de dezembro de 2020, esses processos relacionados a contingências cíveis possíveis envolviam o valor total

estimado de R\$950 mil, e, na mesma data, mantínhamos provisões para processos classificados com possibilidade de perda provável no valor de R\$689 mil e depósitos judiciais no valor de R\$16 mil, que podem não ser suficientes para cobrir todas as eventuais condenações no âmbito desses processos. Decisões ou acordos desfavoráveis com relação a processos judiciais ou procedimentos administrativos poderão resultar em dispêndio de recursos relevantes para nós, o que poderá afetar nossa condição financeira de forma negativa. Ainda, decisões ou acordos desfavoráveis em montantes superiores aos por nós provisionados ou em casos para os quais não haja provisão poderão ter um efeito adverso nos nossos resultados.

Não podemos garantir que nós e/ou nossos administradores não seremos parte em outros processos e/ou procedimentos, incluindo de natureza cível, trabalhista, previdenciária, ambiental, criminal ou tributária, e/ou ainda, na qualidade de co-requerida solidária, em relação a empresas com sócios em comum à Companhia.

Resultados desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos contra a Companhia e/ou contra seus administradores poderão afetar de forma relevante e adversa o negócio, a reputação e as condições financeiras da Companhia, impedir a condução de seus negócios como inicialmente planejado, ou, ainda, proibir ou limitar sua capacidade de celebrar contratos com a Administração Pública. Para mais informações vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

***A Companhia não mantém seguro contra certos riscos.***

Somos suscetíveis a acidentes e roubos envolvendo os veículos que locamos. Qualquer aumento significativo na frequência ou severidade dos acidentes e dos roubos, compensações aos trabalhadores ou decisões judiciais desfavoráveis podem impactar adversamente nossos resultados operacionais e condição financeira, assim como nossa imagem e reputação no mercado. Ademais, podemos ser responsabilizados e obrigados a pagar indenizações a clientes e vítimas que tenham sofrido perdas, o que pode impactar negativamente nossos resultados operacionais e nossa reputação.

Nossa frota possui seguro contra terceiros com cobertura limitada, estando a Companhia sujeita a reivindicações decorrentes de lesão corporal, morte e dano material resultantes da utilização dos carros alugados. Nossos clientes são contratualmente responsáveis por reembolsar a Companhia para os eventos e sinistros tais como roubo, furto, avarias, colisões entre outros. Dessa forma, a Companhia pode estar exposta a responsabilidades a respeito das quais não está segurada e, na hipótese de não conseguir de outra forma recuperar estes valores dos usuários/clientes que alugaram os carros, conseqüentemente, seus resultados operacionais poderão ser afetados negativamente.

Adicionalmente, não temos como garantir se conseguiremos renovar as apólices de seguro de que dispomos no momento do seu vencimento ou se conseguiremos renová-las em termos adequados e favoráveis. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices de que dispomos ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente os nossos negócios e a nossa condição financeira.

***Estamos sujeitos ao cumprimento de obrigações específicas nos nossos contratos financeiros e instrumentos de dívida, bem como a limitações na capacidade de contrair dívidas adicionais.***

Em 31 de dezembro de 2020, a nossa dívida bruta, que corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) era de R\$172.183 milhões. Nossos contratos financeiros e instrumentos de dívida exigem a manutenção de certos índices financeiros e/ou de cumprimento de determinadas obrigações. Parte das nossas receitas ou ativos, inclusive nossa frota, foi dada em garantia nos contratos financeiros e nos instrumentos de dívida celebrados no curso normal dos nossos negócios. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos poderá eventualmente resultar na decisão dos respectivos credores em declarar o vencimento antecipado (*cross acceleration*) das respectivas dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado cruzado (*cross default*) de outros contratos financeiros e/ou na excussão das garantias, o que eventualmente poderá acarretar a limitação do nosso acesso a novas linhas de financiamento para execução do nosso plano de investimentos, bem como afetar negativamente os nossos negócios, a nossa condição financeira e os nossos resultados operacionais. O vencimento antecipado de parte ou da totalidade das nossas dívidas e as restrições à contração de dívidas adicionais podem restringir nossa capacidade de investimento e de contratação de novas dívidas e afetar, de maneira adversa, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas.

Além disso, podemos requerer *waiver* de nossos credores, em caso de inadimplemento contratual, para revisão das cláusulas ou para suspensão do inadimplemento por determinado período, o que pode impactar negativamente na nossa nota de crédito (*rating*) perante as agências de avaliação de risco. Ainda, a solicitação de *waiver* pode ser negada pelo credor, com a confirmação do vencimento antecipado da dívida, ou, ainda, para sua concessão, pode ser exigido pagamento de prêmio pelo credor, de modo que em qualquer uma dessas situações teremos a nossa condição financeira adversamente impactada.

Ainda, determinados contratos financeiros firmados pela Companhia estabelecem restrições à distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, inclusive ao mínimo obrigatório, em caso de descumprimento de determinados índices de endividamento neles previstos. Para mais informações a respeito dos índices financeiros, vide item 10.1 "f" deste Formulário de Referência.

***A diminuição na demanda de carros usados pode impactar adversamente os nossos negócios.***

A precificação dos contratos de locação celebrados por nós leva em consideração a alienação dos ativos ao término dos contratos, e os valores obtidos nesta revenda são determinantes para atingimento do retorno mínimo esperado de cada operação.

A venda de carros usados complementa os negócios de terceirização de frotas e tem impactos nas despesas de depreciação e na nossa capacidade de oferecer preços mais atrativos aos nossos clientes. Os fabricantes de veículos no Brasil não oferecem garantias de recompra de veículos seminovos às empresas que atuam nos segmentos

de terceirização de frotas, para protegê-las contra condições desfavoráveis no mercado de comercialização de veículos seminovos.

As condições de mercado, restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente a liquidez e/ou o valor desses ativos. Caso o mercado de seminovos sofra redução na demanda ou diminuição do valor de venda desses carros (inclusive em decorrência das características do estoque de veículos à venda ou percepção pública da qualidade de tal estoque), poderá haver limitações de investimento para renovação da nossa frota em decorrência da redução das vendas, aumentando o prazo médio da utilização desses veículos para locação (com o conseqüente aumento dos custos de manutenção e redução da atratividade da frota), além de resultar na redução de receitas de seminovos, impactando negativamente os nossos resultados. A diminuição na demanda de carros usados pode impactar adversamente os nossos negócios.

Adicionalmente, os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada em sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro. Tais fatores podem resultar na sua venda por valor inferior àquele estimado quando da precificação do contrato e, portanto, impactando o retorno e afetando negativamente nossos negócios.

***Interrupções, falhas ou violações nos nossos sistemas automatizados e informatizados podem nos impactar adversamente.***

Somos dependentes de sistemas automatizados para operar os nossos negócios, inclusive sistemas computadorizados de reserva e sistemas de telecomunicações. O nosso desempenho pode ser impactado em caso de interrupções ou falhas de sistema que venham a inviabilizar nossa operação, bem como em caso de rescisão dos contratos de licenciamento dos referidos sistemas, ou, ainda, de indisponibilidade do serviço ou de acesso ou uso não autorizado de dados pessoais.

Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o nosso sistema de controles internos e a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação aplicável de proteção de dados, de modo a garantir a conformidade com os requisitos legais. Nossos sistemas estão expostos a vírus, softwares mal-intencionados, panes e outros problemas que podem vir a interferir inesperadamente nas nossas operações, além de poderem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de operar, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem resultar. As falhas que não puderem ser contornadas, podem interromper ou danificar os nossos sistemas de tecnologia da informação e comunicação, impactando desta forma nossas operações internas, reduzindo a nossa capacidade de prestar serviços aos nossos clientes e a possibilidade de nossos clientes e fornecedores acessarem nossos sistemas, afetando adversamente os nossos resultados. Qualquer interrupção nos nossos sistemas poderá resultar em um efeito material adverso sobre os nossos negócios ou nos gerar perdas financeiras. Ainda, caso não seja possível evitar essas violações de segurança, podemos nos sujeitar a obrigações legais e financeiras, além de termos a nossa reputação prejudicada, o que pode gerar perdas substanciais de receita decorrentes de diminuição de vendas e do descontentamento de clientes.

Adicionalmente, os nossos sistemas podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indevida de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre os nossos clientes, no bloqueio de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. A não observância aos requisitos legais aplicáveis, a não conformidade com as leis que se aplicam à proteção de dados pessoais, o acesso ou uso não autorizado a dados pessoais de clientes, colaboradores, subcontratados ou potenciais clientes, entre outros, pode: (a) prejudicar a nossa reputação e fazer com que percamos os clientes existentes e os clientes em potencial; (b) sujeitar-nos às sanções previstas em lei; e (c) afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

***Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a leis de privacidade, proteção de dados pessoais e cibersegurança, além de outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação.***

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma legislação complexa e as autoridades governamentais têm se mostrado cada vez mais sensíveis e atuantes em questões relacionadas à privacidade e a proteção de dados pessoais. A despeito de outras leis setoriais que já tutelam dados pessoais no Brasil (e.g., o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet), em 14 de agosto de 2018, foi promulgada a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018 ("LGPD"). A LGPD estabelece um conjunto de regras que devem ser observados em todo e qualquer tratamento de dados pessoais e prevê os direitos dos titulares de dados pessoais, padrões legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, bases legais para tratamento dos dados pessoais, obrigações e requisitos relacionados a incidentes de segurança, vazamentos e transferências de dados, bem como a criação de uma autoridade nacional de proteção de dados, além de dispor sobre sanções aplicáveis em caso de não conformidade com a lei.

A Companhia administra e retém informações relacionadas a seus clientes, identificados ou passíveis de identificação, e seus empregados no curso regular de suas operações. Divulgações não autorizadas ou brechas de segurança podem sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, bem como impactar negativamente sua reputação.

Não é possível assegurar que não estejamos expostos ao risco de uma possível não observância de suas políticas, má conduta, negligência ou fraudes cometidas por administradores, funcionários ou terceiros agindo em nome da Companhia de modo que informações pessoais de clientes se tornem disponíveis a terceiros, o que poderá resultar em sanções regulatórias e prejuízo de reputação e financeiro. A Companhia pode não ser capaz de prevenir ou impedir desvios de conduta de administradores, funcionários ou de terceiros.

Dado que as técnicas utilizadas para obter o acesso não autorizado e sistemas de sabotagem mudam constantemente e poderão não ser conhecidas até que sejam lançados ataques contra a Companhia ou seus prestadores de serviços terceirizados, talvez a Companhia não seja capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques. Caso não seja possível evitar essas violações de segurança, a Companhia poderia estar sujeita às obrigações legais e financeiras, tais como previstas na Lei Brasileira de Proteção de Dados, incluindo: (a)

advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) publicitação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; obrigação de divulgação de incidente; (c) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação de dados pessoais correspondentes à infração; (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, em caso de reincidência. Por fim, caso ocorra algum incidente, a reputação da Companhia também seria prejudicada, resultando em perda substancial de receita decorrente da perda de vendas e descontentamento dos clientes.

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa na legislação, como, por exemplo, na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor, no Código Civil e no Marco Civil da Internet. A Companhia não pode garantir que conseguirá adotar medidas de proteção e prevenção adequadas para os dados pessoais tratados em seus sistemas, nem que conseguirá atender as regras estabelecidas na legislação vigente.

Foi aprovada a Lei 14.010/2020, que, entre outras medidas, adiou a aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD para 1º de agosto de 2021. Em paralelo, em 29 de abril de 2020, foi editada a Medida Provisória nº 959, que estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal, e adiou a entrada em vigor da LGPD para 03 de maio de 2021. Em seu artigo 4º a MP 959 determinou que a LGPD entre em vigor (exceto pelas disposições relacionadas à constituição da ANPD) em 3 de maio de 2021. Para continuar a produzir efeitos, a matéria da Medida Provisória deverá ser convertida em lei pelo Congresso Nacional em até 120 dias de sua publicação. Caso isso não ocorra, a LGPD entrará em vigor em 16 de agosto de 2020, conforme previa a redação original da lei. A Companhia pode ter dificuldades para se adequar à nova legislação, tendo em vista a quantidade e complexidade de novas obrigações a serem cumpridas.

**b) Riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.**

***Nosso capital é detido por um grupo de acionistas que pode ter interesses conflitantes com os nossos.***

Na data deste Formulário de Referência, as ações representativas de 100% do capital da Companhia, são detidas por: (i) Fabio Lewkowicz, (ii) Alan Lewkowicz, (iii) Natalie Lewkowicz Rivkind, (iv) Lewco Participações e Administração Ltda.; (v) Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Stratus Fleet, e (vi) Stratus SCP Brasil FIP. Esse grupo de acionistas pode ter interesses distintos dos demais acionistas da

Companhia ou mesmo distintos entre si, o que pode provocar conflitos que afetem a nós e a nossa administração, com potenciais impactos adversos em nossas operações e resultados financeiros.

Adicionalmente, qualquer parceria estratégia ou captação de recursos por meio da distribuição de ações e/ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações pode resultar em alteração no preço de mercado das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no seu capital social.

**c) Riscos relacionados a seus acionistas.**

***Nossos acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio na totalidade do resultado apurado anualmente.***

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Nossos acionistas, em assembleia geral, poderão optar por pagar dividendos até o limite mínimo estabelecido no estatuto social e o saldo remanescente poderá ser destinado a outros fins que não a distribuição aos nossos acionistas.

Adicionalmente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, somente poderemos distribuir dividendos aos nossos acionistas após a absorção integral dos nossos prejuízos acumulados. Desta forma, ainda que venhamos a ter um resultado positivo em exercícios sociais subsequentes, o lucro correspondente somente poderá ser revertido aos nossos acionistas sob a forma de dividendos após a absorção integral de prejuízos acumulados contabilizados e destinações de reservas legais. Ainda, podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social se nossos administradores manifestarem ser tal pagamento desaconselhável diante de nossa situação financeira.

Podemos, ainda, estar sujeitos a restrições para distribuição de dividendos em decorrência de restrições contratuais impostas por contratos financeiros (*covenants*). Para uma descrição das limitações por *covenants* às quais estamos sujeitos, veja item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

**d) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas.**

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não possuía sociedades controladas.

**e) Riscos relacionados a seus fornecedores**

***Nossos resultados podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos na aquisição de veículos novos com as montadoras.***

Nossa frota de veículos é renovada constantemente, após o término dos respectivos contratos, com prazos variando entre 18 e 60 meses. Usualmente a Companhia usufrui de descontos na compra de veículos novos em virtude do volume de compras

de tais veículos. Nossos resultados podem ser afetados caso não consigamos manter nossos atuais percentuais de descontos junto às montadoras para aquisição de veículos novos, o que pode ser provocado quer pelo aumento na demanda por veículos novos quer por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes.

No caso de um aumento na demanda pela compra de veículos novos, o que, conseqüentemente, impactará a capacidade disponível de produção dos fabricantes de veículos no Brasil, ou uma mudança desfavorável na política de venda de veículos às empresas de terceirização de frotas, podemos não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, das vantagens de obter tais descontos. Nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais podem ser adversamente impactados nesses casos.

***Mudanças nos termos e condições de venda de automóveis pelas montadoras poderão nos afetar adversamente.***

O sucesso das atividades da Companhia depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com seus fornecedores.

Nosso principal grupo de fornecedores é composto por montadoras de veículos que adquirimos para locação.

Caso ocorram mudanças nos termos e condições estipulados pelas montadoras, poderemos ser afetados negativamente na medida em que nossa capacidade de renovar e expandir frota e, conseqüentemente, nossos negócios, bem como nossa situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente.

Além disso, caso nossos fornecedores rescindam ou não renovem seus contratos conosco, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, poderemos não ser contemplados com a renovação dos contratos existentes, por exemplo, e suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados. Além disso, se os fornecedores da Companhia deixarem de usar práticas comerciais éticas e cumprirem as leis e regulamentos aplicáveis, como quaisquer leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, e de proteção ambiental, a nossa reputação e patrimônio poderão ser prejudicados devido à publicidade negativa ou a imposição de responsabilidades solidárias ou subsidiárias. Por fim, caso tenhamos desentendimentos comerciais com nossos fornecedores, em especial aqueles com produtos/serviços mais restritos, nossos negócios, bem como nossa situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente.

***Aumentos significativos na estrutura de custos do nosso negócio, podem nos afetar adversamente.***

Estamos sujeitos a aumentos por parte de nossos fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários ao exercício de nossas

atividades, tais como combustíveis, peças de reposição ou mão de obra. Caso ocorra o aumento nos custos relativos aos insumos e serviços necessários ao exercício de nossas atividades, estamos sujeitos a riscos relacionados à dificuldade de repassar o aumento de nossos custos para nossos clientes, incluindo o aumento no preço de insumos, compensação pela prestação de serviços, peças automotivas, maquinários, pneus e o aumento com custo trabalhista, dentre outros, por meio do aumento no preço de nossos serviços.

O preço e disponibilidade dos nossos insumos e mão de obra dependem de fatores políticos, econômicos e condições de mercado que estão além do nosso controle e não podemos prever quando os preços desses insumos ou mesmo da mão de obra sofrerão alterações. Podemos não prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados pelo aumento da demanda ou oriundos das políticas de venda praticadas pelos fabricantes, além de fatores externos como inflação e aumento da alíquota de tributos incidentes ou do preço de determinadas commodities no mercado internacional. Além disso, paralisações de trabalho, greves, redução da carga horária dos nossos funcionários ou dos nossos prestadores de serviços podem igualmente acarretar em aumentos de custos advinentes, por exemplo, de multas decorrentes de aumentos de remuneração ou pagamento de horas extras adicionais.

Caso nossos custos sofram um aumento significativo e não consigamos repassar esse aumento para nossos clientes, nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

#### **f) Riscos relacionados a seus clientes.**

***Somos altamente dependentes de nossos principais clientes, que representam uma parte significativa de nossa receita de aluguel. O rompimento da relação comercial com tais clientes ou a não renovação de contratos de terceirização de frotas existentes podem nos afetar adversamente.***

Os nossos doze maiores clientes são responsáveis por mais de 60% da receita de aluguel no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Uma eventual diminuição na contratação de terceirização de frotas por tais clientes ou a eventual não renovação dos contratos existentes, inclusive em decorrência de eventuais dificuldades temporárias ou permanentes em seus respectivos negócios ou condição financeira, poderá resultar em redução significativa de nossa receita de aluguel, afetando nossos negócios, nossa condição financeira, nosso plano de negócios e nossos resultados operacionais. Adicionalmente, se os contratos com nossos clientes forem rescindidos, voluntariamente ou em decorrência de decisões judiciais, ou não renovados, bem como, se rescindidos, caso nossos clientes não honrem as multas contratuais previstas para os casos de rescisão, se o contrato não prever multa em casos de rescisão por decisão judicial ou se tais multas não forem suficientes para cobrir as perdas decorrentes de tal rescisão, nossos resultados financeiros poderão ser afetados de maneira adversa.

#### ***Risco de crédito de clientes.***

Estamos sujeitos ao risco de crédito de clientes com potencial perda em caso de inadimplência para valores acima das expectativas precificadas em contratos de

locação. Caso nossos clientes descumpram suas obrigações de forma a acarretar perdas acima das expectativas, nossa condição financeira e resultados operacionais poderão ser negativamente afetados. A taxa de inadimplência dos nossos clientes foi de 5,93%, 4,05% e 3,98%, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

**g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atua.**

***Uma queda no nível de atividade econômica no Brasil poderá reduzir a demanda por terceirização de frotas e vendas de carros usados.***

Nossos resultados operacionais, são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil. Uma redução na atividade econômica tipicamente resulta em uma redução no volume de aluguéis de carros. Na hipótese de uma queda na demanda por aluguel de carros, poderemos não ser capazes de manter nosso volume de locações e, adicionalmente, ter que reduzir o tamanho de nossa frota. Esses e outros fatores poderão afetar negativamente nossos resultados operacionais devido à perda de escala decorrente da diluição de custos fixos.

***Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso em nossos negócios e no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos por nós.***

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo brasileiro e por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. Não temos controle e não podemos prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro.

Nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do PIB;
- greves de motoristas
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- novas legislações determinadas pela ANTT;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Historicamente, a política tem afetado diretamente a economia do País. Crises políticas no passado contribuíram para a redução no nível de confiança de investidores e da população, o que resultou no desaquecimento da economia e na consequente volatilidade dos valores mobiliários de companhias brasileiras.

***Os negócios de terceirização de frotas são altamente competitivos.***

O setor de locação de veículos é altamente competitivo. Sendo que o segmento de locação de frotas apresenta baixas barreiras de entrada para potenciais novos concorrentes, inclusive internacionais, sendo que o preço de locação é costumeiramente o parâmetro chave na conquista de novos clientes e na manutenção da carteira atual. O cenário competitivo é completado pela existência de produtos substitutos tais como o *leasing*, o crédito direto ao consumidor (CDC) ou mesmo o aluguel de menor duração (inferior a 12 meses). Nesse sentido, não podemos garantir que seremos capazes de manter ou aumentar nossa participação de mercado no segmento que atuamos de acordo com a nossa estratégia atual.

A indústria de terceirização e gerenciamento de frotas é altamente competitiva, tanto em termos de preços como em termos de atendimento, bem como apresenta baixas barreiras de entrada. Enfrentamos a concorrência de locadoras de veículos nacionais e estrangeiras de diferentes portes.

No negócio de terceirização e gerenciamento de frotas, além de enfrentarmos a concorrência das mesmas empresas que atuam no ramo de locação de carros, também concorreremos com empresas que se dedicam exclusivamente ao negócio de terceirização e gerenciamento de frotas.

Alguns dos nossos concorrentes estrangeiros contam com significativos recursos financeiros próprios e de terceiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas. O ambiente competitivo neste mercado poderá implicar uma queda de demanda pelos negócios por nós operados e/ou um aumento nos custos de captação e/ou retenção de clientes, afetando adversamente o nosso crescimento e/ou a nossa lucratividade. Além disso, pelos motivos apontados acima, não podemos garantir que seremos capazes de manter e/ou aumentar nossa participação de mercado, em linha com nossa atual estratégia, em especial no negócio de terceirização de frotas, o que pode afetar adversamente nossos resultados operacionais.

***Caso o governo crie uma linha de crédito com taxa de juros subsidiadas para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, a Companhia pode ter dificuldades em expandir seus negócios***

Caso o Governo venha a criar linhas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos com a concessão de taxas de juros subsidiadas, tal medida poderá facilitar o acesso à compra dos referidos ativos por seus concorrentes, clientes

e mercado em geral. Diante dessa situação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus negócios, dada a vantagem econômica que seus concorrentes e clientes poderiam ter para a aquisição dos ativos, em detrimento à opção de locação da frota, o que poderia impactar de maneira adversa o crescimento e fechamento de novos contratos pela Companhia.

#### **h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue**

***Mudanças na legislação fiscal ou conflitos em sua interpretação podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir nossa margem bruta.***

O governo brasileiro regularmente implementa mudanças no regime tributário, representando potencial aumento da nossa carga tributária e da carga tributária de nossos clientes. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja receita é vinculada a finalidades governamentais específicas. Adicionalmente, mudanças implementadas à legislação fiscal brasileira com propósitos específicos, tais como a regulamentação pelos estados de questões relacionadas ao registro e licenciamento de veículos automotores e à cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores ("IPVA"), eventual incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na venda de veículos seminovos e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos novos que vigorou entre 2012 e 2013, podem impactar a depreciação de nossa frota operacional e o valor de venda de nossos ativos desmobilizados. Aumentos em nossa carga tributária ou efeitos de mudanças na legislação tributária na depreciação de nossa frota ou no preço de venda de nossos ativos imobilizados podem impactar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Conseqüentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar seus negócios.

Além disso, a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Há discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos. Também há atualmente no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação sobre o consumo, que extinguiria três tributos federais - IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a

criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) que incidiria sobre o consumo. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais da Companhia e de suas subsidiárias operacionais durante ou após seus prazos de vigência os negócios e resultados da Companhia poderão ser afetados direta ou indiretamente.

A Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

***A variação do valor residual dos veículos pode impactar adversamente os nossos negócios.***

O valor do nosso principal ativo, automóveis em frota, pode variar em função de mudanças relativas à política fiscal do setor automotivo, das condições gerais do mercado de carros usados e de mudanças específicas que porventura ocorram em modelos de veículos que compõem a nossa frota.

Alterações de políticas fiscais constituem risco relevante na medida em que podem, dependendo de sua extensão e abrangência, afetar o valor patrimonial da frota (como nos casos de redução de alíquota de IPI para carros novos) e das margens operacionais. Da mesma forma, eventuais deteriorações nas condições de mercado de veículos usados, em relação ao período de precificação dos contratos de locações, trarão consequências diretas para a rentabilidade do negócio. A descontinuidade ou alteração significativas em determinados modelos de veículos podem acarretar depreciação além da inicialmente prevista e precificada, com consequência direta sobre as margens dos contratos de aluguel dos respectivos veículos.

***Nosso código de ética e nossos controles internos, bem como os contratos celebrados com nossos fornecedores podem falhar ou não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção e fraudes e práticas irregulares por parte nossos administradores, empregados e fornecedores, podendo ocasionar impactos materiais e adversos em nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado de nossas ações.***

Nossos mecanismos internos de prevenção e combate à corrupção podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da nossa administração, funcionários ou representantes atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE.

Adicionalmente, nossos processos de governança, políticas, gestão de riscos e *Compliance*, podem não ser capazes de detectar (i) violações à legislação e à regulamentação anticorrupção acima mencionadas ou outras violações relacionadas; (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos que sejam praticados em seu interesse ou benefício, inclusive por parte de administradores, empregados, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar ou atuar em nosso nome; (iii) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos; e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações ordinárias de forma negativa.

Podemos vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à legislação e à regulamentação anticorrupção por seus controladores ou sociedades coligadas, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente nossa reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de suas ações de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, funcionários ou terceiros atuando em nosso nome podem resultar em (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda dos benefícios ilicitamente obtidos, bem como de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária; (iii) confisco de ativos que representem vantagem direta ou indiretamente obtida da infração; (iv) dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita; (v) proibição ou suspensão de nossas atividades; e/ou (vi) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre nossa reputação, bem como sobre nossas operações, condição financeira e resultados operacionais e cotação de nossas ações.

**i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atua.**

Este item não é aplicável, pois a Companhia atua somente no Brasil.

**j) Riscos relacionados a questões socioambientais.**

***As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que atualmente incorremos para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas***

Nossas atividades estão sujeitas à abrangente legislação federal, estadual e municipal, assim como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades criminais e administrativas, tais como imposição de multas, suspensão das atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pela reparação de eventuais danos ambientais. As emissões atmosféricas produzidas por nossa frota operacional de veículos leves estão sujeitas a programas de inspeção e manutenção de veículos em uso, que, em regra, são estaduais, mas, no caso dos municípios com frota igual ou superior a três milhões de veículos, podem ser municipais. A legislação ambiental tem se tornado progressivamente mais rigorosa, e os controles de emissões atmosféricas tendem a se tornar mais rígidos. A exigência legal de eventuais novos padrões de controle de emissões atmosféricas geradas pelo setor de transporte, inclusive sobre os gases de efeito estufa liberados, pode elevar nossos custos operacionais. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que essas leis se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazos necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos podem afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos em vigor pode causar um aumento nos nossos custos e despesas, resultando, conseqüentemente, em lucros menores.

**k) riscos relacionados à questões geopolíticas e macroeconômicas**

***A volatilidade e a baixa liquidez no mercado de capitais brasileiro e/ou das nossas ações poderão limitar a capacidade de venda das ações pelo preço e momento desejados.***

O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais. Tais características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações. Adicionalmente o preço de mercado das ações de nossa emissão poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência, por motivos relacionados ao

nosso desempenho operacional e financeiro e por quesitos macroeconômicos, nacionais e internacionais, que não podem ser controlados pela Companhia.

***O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia do país. Essa influência, bem como a conjuntura econômica brasileira, podem causar um efeito adverso relevante nas atividades e nos resultados operacionais e mesmo no preço das ações de nossa emissão.***

O governo brasileiro frequentemente intervém na economia do Brasil e, ocasionalmente, realiza mudanças significativas nas políticas e regulamentações. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentações frequentemente envolvem, dentre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, controles de preços e salários, desvalorizações cambiais, restrições a remessas para o exterior, limites a importações e congelamento de contas correntes. Não temos nenhum controle sobre as políticas ou regulamentações que o Governo Federal poderá adotar no futuro, nem capacidade para prevêê-las. Nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças nas políticas ou regulamentações que envolvem ou afetam certos fatores, como:

- taxas de juros;
- inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento da economia interna;
- redução na liquidez dos mercados internos de capital e de crédito;
- políticas monetárias;
- instabilidades sociais ou políticas;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- políticas fiscais e mudanças na legislação tributária; e
- outros desdobramentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

Medidas adotadas pelo Governo Federal ou especulação sobre ações do governo no futuro podem levar a incertezas em relação à economia brasileira e aumentar a volatilidade dos mercados de capitais domésticos, o que pode afetar negativamente o nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós e sobre nossas ações.

***O setor de terceirização de frotas poderá ser afetado pela queda no nível de confiança e na atividade econômica do Brasil.***

A demanda por aluguel de carros poderá ser afetada pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. A redução na atividade econômica implica em redução na empregabilidade, em investimentos, viagens e, conseqüentemente, na redução da demanda por aluguéis de carros, o que poderá impactar a nossa receita decorrente da terceirização de frotas. Esses fatores poderão acarretar perda de escala com o conseqüente aumento dos nossos custos fixos e na diminuição da receita de terceirização de frotas, o que poderá nos afetar adversamente.

***Riscos relativos à deterioração geral das condições econômicas e de mercado ou da percepção de riscos em outros países.***

O valor de mercado de valores mobiliários de emissoras brasileiras é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive os Estados Unidos, países da União Europeia e mercados emergentes. Assim, as reações dos investidores aos desdobramentos nesses outros países poderão afetar negativamente o valor de mercado dos valores mobiliários de emissoras brasileiras. As crises financeiras nos Estados Unidos, na União Europeia ou em outros países poderão diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissoras brasileiras, incluindo a Companhia. Isso pode dificultar nosso acesso aos mercados de capitais e, conseqüentemente, resultar numa eventual elevação do custo para financiar nossas operações.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países considerados como mercado emergente acarretou a saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Além disso, a crise financeira originada nos Estados Unidos no segundo semestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, queda da disponibilidade de crédito, redução de gastos com consumo e investimento, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Diante destes acontecimentos, as instituições financeiras podem ficar impossibilitadas de renovar, estender, conceder novas linhas de crédito em condições economicamente favoráveis ou de honrar seus compromissos.

Não há garantia de que o mercado de capitais esteja aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

***Os esforços governamentais para combater a inflação poderão prejudicar o crescimento da economia brasileira e as nossas atividades.***

O Brasil apresentou elevadas taxas de inflação no passado. A inflação e certas medidas governamentais para deter a inflação, juntamente com a especulação sobre medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um impacto negativo significativo na economia brasileira, contribuindo para incerteza econômica no Brasil

e aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. O Índice Geral de Preços do Mercado, ou IGP-M, registrou uma deflação de 0,53% em 2017. Já em 2018, o índice apontou uma inflação de 7,55% em relação ao ano anterior e em 2019 uma inflação de 4,31%. A inflação, conforme auferida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo, ou IPCA, acumulada de 12 meses, fechou o ano de 2020 a 4,52%. Possíveis sinalizações de política monetária com viés contracionista adotadas para combater a alta dos preços podem limitar o acesso ao crédito e reduzir o crescimento econômico do país. Aumentos sucessivos na inflação podem aumentar os custos e despesas da Companhia e, como resultado, afetá-la adversamente.

Qualquer medida futura tomada pelo governo brasileiro, incluindo a redução da taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real podem desencadear inflação, afetando a performance geral da economia brasileira. Se o Brasil apresentar inflação alta no futuro, a Companhia pode não ser capaz de ajustar os preços cobrados de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custo, o que pode aumentar seus custos e diminuir suas margens líquidas e operacionais.

Ademais, em caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode escolher por aumentar drasticamente as taxas de juros oficiais. O aumento na taxa de juros pode afetar não só os custos de novos empréstimos, mas também o valor do endividamento atual, aumentando as despesas financeiras da Companhia. Esse aumento, por sua vez, pode afetar adversamente a habilidade da Companhia de cumprir suas obrigações, já que irá reduzir sua disponibilidade de caixa.

***A instabilidade da taxa de câmbio poderá afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e perspectivas.***

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre a economia brasileira e nossos resultados operacionais. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de câmbio do real/dólar foi de R\$3,87 por dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a taxa de câmbio era R\$3,92 e R\$5,16, respectivamente para US\$1,00.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras poderia criar pressões inflacionárias no Brasil através do aumento geral dos preços e causar aumentos nas taxas de juros, o que pode afetar negativamente o crescimento da economia brasileira e, conseqüentemente, restringir acesso aos mercados de capitais internacionais.

Caso qualquer dessas hipóteses venha a ocorrer, poderemos ter nossos resultados financeiros adversamente impactados.

***Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.***

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

As agências de rating começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating. Standard & Poor's inicialmente reduziu o rating de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de Janeiro de 2018, Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito brasileiro de BB para BB-. Em dezembro de 2015, Moody's colocou os ratings de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, rebaixou os ratings de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileiro, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras. Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado.

Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas. Diante dos rebaixamentos que ocorreram desde 2015, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de rating e, conseqüentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-negativo, Ba2 e BB-negativo, pela Standard & Poor's, Moody's e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de ratings de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

***O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual pandemia do novo coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial, incluindo a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão.***

Surtos ou potenciais surtos de doenças (a exemplo do novo coronavírus COVID-19)

podem ter um efeito adverso no mercado de capitais global (incluindo o mercado de capitais em que nossas ações são negociadas), na economia global (incluindo a economia brasileira) e na cotação das ações de nossa emissão. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como zika vírus, vírus ebola, vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia do vírus COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas. A declaração da pandemia do COVID-19 pela OMS desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que possuímos unidades, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de shopping centers, áreas de grande circulação, parque e demais espaços públicos.

As medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do COVID-19 tiveram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (circuit-breakers) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. A cotação da maioria dos ativos negociados na B3, foi adversamente afetada em razão do surto do COVID-19.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos.

***A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e os resultados de nossas operações, podendo afetar também o preço de negociação de nossas ações.***

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com investigações e processos conduzidos pelo Ministério Público Federal, onde além de impacto sobre a economia e ambiente político brasileiro, altos executivos de grandes empresas foram presos ou estão sendo processados ou investigados pelo crime de corrupção, dentre outros crimes que

envolvem o pagamento de propina.

O resultado das investigações em curso é incerto, mas já houve impacto negativo na imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como na economia brasileira. Não podemos prever se as investigações resultarão em mais instabilidade política e econômica ou se haverá novas alegações contra funcionários do governo no futuro.

Além disso, não podemos prever o resultado dessas investigações, nem seus efeitos sobre a economia brasileira, sobre o mercado acionário brasileiro e/ou sobre os nossos negócios.

Não se pode garantir, inclusive, que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada a nós, seja funcionário, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado não está ou não estará envolvida em investigações similares, o que poderia afetar negativamente a nossa imagem e reputação.

O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado o mercado de capitais e pode continuar a afetando, contribuindo adversamente para nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente é parte em processo conduzido pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça. Não podemos afirmar que o curso desse processo possa ensejar potencial abertura de processo de impeachment, o que poderia ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

***Limitação substancial na capacidade de os acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, poderão afetar adversamente o valor da sua negociação.***

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações

na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, inclusive decorrentes de pandemias, como por exemplo do novo coronavírus (COVID-19), podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de nossas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação.

#### **4.2 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

Além dos fatores de riscos abordados no item 4.1, a Companhia está exposta a diversos riscos de mercado no curso normal de suas atividades, conforme descritos abaixo.

##### **a. Risco de Mercado:**

O risco de mercado aqui mencionado está atrelado às alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco da taxa de juros e de valor residual dos veículos, que podem afetar diretamente a precificação do aluguel da frota. Em decorrência da exposição a esse risco, a Companhia poderá sofrer perdas na rentabilidade dos contratos de aluguel celebrados com seus clientes.

##### **b. Risco Operacional:**

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infraestrutura que surge de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis. Dentre os principais riscos operacionais estão:

Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.

Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e autosseguro.

##### **c. Risco de Taxa de Juros**

Risco de taxa de juros corresponde àquele em que a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo.

##### *Análise de Sensibilidade*

Em 31 de dezembro de 2020 a análise de sensibilidade contempla dois cenários de stress, I e II, com 3,45% e 4,14%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar-base do CDI de 2,76%.

Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de stress, está demonstrado na tabela abaixo:

##### **Risco de taxa de juros – 31 de dezembro de 2020**

<i>(em milhares de reais)</i>	<b>Cenários</b>		
	<b>Base</b>	<b>I</b>	<b>II</b>
Taxa de juros	2,76%	3,45%	4,14%
Variação em relação ao cenário-base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	177.492	183.012	184.239
Aplicações indexadas ao CDI	47.967	47.853	48.172

Efeito na exposição patrimonial	130.651	135.159	136.060
Efeito líquido no resultado	-	4.507	5.409

Em relação ao passivo total, em 31 de dezembro de 2019, 4,25% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Para 31 de dezembro de 2019, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de stress, I e II, com 5,31% e 6,38%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar-base do CDI de 4,25%.

Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de stress, está demonstrado na tabela abaixo:

<b>Risco de taxa de juros – 31 de dezembro de 2019</b>			
<b>(Individual)</b>			
<i>(em milhares de reais)</i>		Cenários	
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	Base	I	II
<b>(em milhares de Reais, exceto %)</b>			
Taxa de juros	4,25%	5,31%	6,38%
Variação em relação ao cenário-base	-	25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	187.329	197.280	199.271
Aplicações indexadas ao CDI	46.384	48.848	49.341
Efeito na exposição patrimonial	140.945	148.432	149.930
Efeito líquido no resultado	-	7.488	8.985

#### **d. Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber são apresentados abaixo:

<b>Risco de crédito – 31 de dezembro de 2020</b>		
<i>(em milhares de reais)</i>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<b>48.525</b>	47.000
Contas a receber de clientes	<b>16.953</b>	20.124
Outras contas a receber	<b>1.235</b>	1.290
	<b>66.713</b>	68.414

<b>Risco de crédito – 31 de dezembro de 2020</b>				
<i>(em milhares de reais)</i>	<b>Valor</b>	<b>12 meses ou menos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações de uso restrito	48.525	46.469	2.056	<b>48.525</b>
Contas a receber de clientes	16.953	16.953	-	<b>16.953</b>
Outras contas a receber	1.235	747	488	<b>1.235</b>
	66.713	64.169	2.544	<b>66.713</b>

Para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e a exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber são apresentados abaixo:

**Risco de crédito – 31 de dezembro de 2019**

<i>(em milhares de reais)</i>	<b>Individual</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	<b>47.000</b>	37.074
Contas a receber de clientes	<b>20.124</b>	12.946
Outras contas a receber	<b>1.290</b>	1.060
	<b>68.414</b>	51.080

**Risco de crédito – 31 de dezembro de 2019 e 2018**

	<b>(Individual) 2019</b>			<b>(Consolidado) 2018</b>				
	<b>Valor</b>	<b>12 meses ou menos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Valor</b>	<b>12 meses ou menos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
<i>(em milhares de reais)</i>								
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações de uso restrito	<b>47.000</b>	43.071	3.929	47.000	37.074	35.018	2.056	37.074
Contas a receber de clientes	<b>20.124</b>	16.714	3.410	20.124	12.946	10.263	2.683	12.946
Outras contas a receber	<b>1.290</b>	1.290	-	1.290	1.060	834	226	1.060
	<b>68.414</b>	61.075	7.339	68.414	51.080	46.115	4.965	51.080

**e. Risco de liquidez**

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

Para 31 de dezembro de 2020 demonstramos as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

**Risco de liquidez – 31 de dezembro de 2020**

<i>(em milhares de reais)</i>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Empréstimos e financiamentos, debêntures	<b>172.766</b>	<b>180.335</b>
Fornecedores	<b>1.866</b>	<b>12.033</b>
Outras contas a pagar	<b>1.237</b>	<b>1.838</b>
	<b>175.869</b>	<b>194.206</b>

**Risco de liquidez – 31 de dezembro de 2020**

<i>(em milhares de reais)</i>	<b>Individual</b>			
	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses ou menos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamento	172.766	65.120	107.646	172.766
Fornecedores	1.866	1.866	-	1.866
Outras contas a pagar	1.237	1.237	-	1.237
	<b>175.869</b>	<b>68.223</b>	<b>107.646</b>	<b>175.869</b>

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 demonstramos as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

**Risco de liquidez – 31 de dezembro de 2019 e 2018**

<i>(em milhares de reais)</i>	<b>Individual</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Empréstimos e financiamentos e debêntures	<b>181.360</b>	144.491
Fornecedores	<b>12.033</b>	3.564
Contas a pagar por aquisição de negócios	-	17.337
Outras contas a pagar	<b>1.838</b>	2.652
	<b>195.231</b>	168.044

Abaixo apresentamos o cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

**Risco de liquidez – 31 de dezembro de 2019 e 2018**

**(Individual) 2019**

**(Consolidado) 2018**

	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses ou menos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>12 meses ou menos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Total</b>
<i>(em milhares de reais)</i>								
Empréstimos e financiamentos, debêntures	181.360	47.950	133.410	181.360	144.491	27.634	116.857	144.491
Fornecedores	12.033	12.033	-	12.033	3.564	3.564	-	3.564
Outras contas a pagar	1.838	1.838	-	1.838	2.652	2.425	227	2.652
	<b>195.231</b>	<b>61.821</b>	<b>133.410</b>	<b>195.231</b>	<b>150.707</b>	<b>33.623</b>	<b>117.084</b>	<b>150.707</b>

#### **4.3 – Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte:**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia está sujeita a ações cíveis, trabalhistas e tributárias decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso de natureza provável no valor de R\$689 mil em 31 de dezembro de 2020.

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível.

Adicionalmente, merece destaque o fato de que a Companhia é parte em ações trabalhistas movidas por ex-colaboradores, que quando consideradas individualmente apresentam reduzida relevância financeira, e cujos valores estão devidamente provisionados de acordo com as regras contábeis aplicáveis.

Por fim, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui processos considerados individualmente relevantes observado que foram considerados como individualmente relevantes, aqueles processos nos quais a Companhia figura como parte que (i) possuam valor envolvido acima de R\$2,5 milhões; ou (ii) que, independentemente do valor em controvérsia ou valor de provisão, sejam considerados relevantes pelo potencial impacto reputacional ou de restrição de direitos; ou (iii) que, independentemente do valor em controvérsia ou valor de provisão, de qualquer forma, possam impactar negativamente a Companhia e suas atividades, em 31 de dezembro de 2020.

##### **4.3.1 - Valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui processos considerados relevantes.

#### **4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou investidores do emissor e de suas controladas**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

##### **4.4.1 - Valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores, considerados relevantes.

#### **4.5 Processos sigilosos relevantes**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a Companhia não possuía processos sigilosos relevantes em que a Companhia seja parte.

**4.6. Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte:**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, a Companhia não possuía processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, dos quais a Companhia seja parte.

**4.6.1 - Valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, dos quais a Companhia seja parte.

#### **4.7 - Outras contingências relevantes**

Não há outras contingências relevantes que não estejam abrangidas pelos itens acima.

#### **4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados**

Não aplicável uma vez que a Companhia não é considerada emissor estrangeiro.

**5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

**c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

## **5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

### **a) risco para o qual se busca proteção**

#### **Riscos de Mercado**

Os riscos de mercado estão atrelados às alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco da taxa de juros e de valor residual dos veículos, que podem afetar diretamente a precificação do aluguel da frota da Companhia. Em decorrência da exposição a esses riscos, a Companhia poderá sofrer perdas na rentabilidade dos contratos de aluguel celebrados com seus clientes.

#### **Riscos de Crédito**

Os riscos de crédito correspondem àqueles em que a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes da alteração da capacidade de pagamento de seus clientes originando atrasos ou não cumprimento do fluxo de pagamentos contratado, podendo, no limite, chegar à não devolução dos carros locados.

#### **Riscos de Liquidez**

Os riscos de liquidez estão associados à indisponibilidade de caixa da Companhia, seja por alterações adversas no fluxo de recebíveis de clientes, na dificuldade de venda carros semi-novos no mercado ou alterações adversas no mercado de financiamento bancário ou mercado de capitais.

### **b) estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Alinhada com a Política de Gerenciamento de Riscos a estratégia de proteção patrimonial da Companhia envolve a mitigação dos riscos de mercado mencionados no item 4.2 deste Formulário de Referência nos termos descritos abaixo.

#### **Risco de Mercado**

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após o encerramento do ciclo do contrato de terceirização, são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como os valores atuais de mercado dos veículos, o ciclo de vida dos modelos, o canal de venda dos veículos e as políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade dos mesmos ao longo de sua duração.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas. O perfil do endividamento da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, estão resumidos nas tabelas abaixo:

31 de dezembro de 2020								
Modalidade	Moeda	Taxa ano (%)		Ano de vencim.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
<i>(em milhares de reais)</i>								
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	2024	7.616	36.774	<b>44.390</b>	<b>89,16%</b>
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	2021	192	-	<b>192</b>	<b>0,38%</b>
Arrendamentos (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	2022	126	210	<b>336</b>	<b>0,68%</b>
Finame	R\$	0,72 a.m. + Selic		2024	1.955	2.912	<b>4.867</b>	<b>9,78%</b>
					<b>9.888</b>	<b>39.896</b>	<b>49.785</b>	

Individual								
31 de dezembro de 2019								
Modalidade	Moeda	Taxa ano (%)		Ano de vencim.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
<i>(em milhares de reais)</i>								
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	30/09/2024	3.496	7.047	10.543	58,89
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	28/02/2021	1.154	191	1.345	7,51
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	30/09/2022	246	377	623	3,48
Finame		0,72 a.m + Selic		28/02/2024	1.260	4.132	5.392	30,12
					<b>6.156</b>	<b>11.747</b>	<b>17.903</b>	

**Consolidado**

**31 de dezembro de 2018**

Modalidade	Moeda	Taxa ano (%)		Ano de vencim.	Circulante	Não circulante	Total	% Total	
		Min.	Max.						
<i>(em milhares de reais)</i>									
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m. + cdc	1,41 a.m.+ cdc	2019	3.910	6.835	10.745	57,18%	
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	2022	2.382	5.664	8.046	42,82%	
					6.292	12.499	18.791		

**c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial**

Atualmente a Companhia não utiliza operações de swap, nem possui contratos de derivativos.

**d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desse risco**

Especificamente em relação ao risco de taxa de juros são constantemente monitoradas as condições de mercado refletidas nos prêmios de risco implícitos na contratação de taxas pré-fixadas para os mesmos períodos dos contratos de locação.

**e) se a Companhia opera instrumentos financeiros com os objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)**

Dependendo dos custos e das condições de mercado de juros futuros, eventualmente a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros exclusivamente com objetivos de proteção patrimonial (*hedge*). Atualmente, a Companhia não utiliza esses instrumentos em suas operações financeiras.

**f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

Não aplicável, uma vez que a Companhia ainda não possui uma Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos.

**g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Conforme descrito nos subitens anteriores, todos os riscos são monitorados de forma contínua pela Administração da Companhia, que monitora e avalia constantemente a adequação das práticas às operações. A Companhia acredita que sua estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para a verificação da efetividade das práticas de gerenciamento de riscos adotadas.

**5.3. Em relação aos controles adotados pela companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:**

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Os Diretores da Companhia acreditam que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

Os controles internos mantidos pela Companhia foram avaliados pelos auditores externos em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, tendo sido emitidos relatórios circunstanciados nos termos do artigo 25, II, da Instrução CVM nº 308/1999.

Os Diretores da Companhia entendem que as deficiências e recomendações identificadas pelos auditores externos da Companhia em tais relatórios circunstanciados não foram consideradas significativas a ponto de gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia busca continuamente monitorar, aperfeiçoar e analisar seus controles internos e as decisões gerenciais decorrentes dos mesmos. Os controles são parte do gerenciamento da rotina do dia-a-dia de todas as áreas operacionais e são acompanhados pelo corpo diretivo com periodicidade mínima semanal.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

No processo de controles internos estão envolvidos, (i) o Conselho de Administração; (ii) a Diretoria; (iii) o Comitê de Auditoria; (iv) a Área de Controles Internos e *Compliance* que se reporta diretamente ao Conselho de Administração; e (v) a área de Auditoria Interna que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, e que possui estrutura e orçamento próprios, estes dois últimos que ainda serão aprovados pelo Conselho de Administração.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Nos termos dos Controles Internos da Companhia, caberá à Diretoria, além das demais atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia, entre outras questões: avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia dos controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação; implementar as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor**

**independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

A Companhia informa que os controles internos foram avaliados pelos auditores externos em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, tendo sido emitidos relatórios circunstanciados nos termos do artigo 25, II, da Instrução CVM nº 308/1999.

Os auditores não identificaram deficiências significativas de controles ou fraquezas materiais ao longo da auditoria, destacando apenas assuntos sobre os procedimentos contábeis, de controles internos e assuntos sobre os impostos diretos e indiretos que precisam de melhorias.

Os Diretores da Companhia entendem que as deficiências e recomendações identificadas pelos auditores externos da Companhia em tais relatórios circunstanciados não foram consideradas significativas a ponto de gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

A Companhia informa que os controles internos foram avaliados pelos auditores externos em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, tendo sido emitidos relatórios circunstanciados nos termos do artigo 25, II, da Instrução CVM nº 308/1999.

Os Diretores da Companhia entendem que as deficiências e recomendações identificadas pelos auditores externos da Companhia em tais relatórios circunstanciados não foram consideradas significativas a ponto de gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

**5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

**a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

**i. Principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela companhia**

Para o gerenciamento do risco os processos, procedimentos e controles internos devem permitir que a Administração e os demais gestores envolvidos gerenciem os riscos financeiros - liquidez, mercado e crédito-, estratégicos, operacionais, de conformidade, de divulgação, de imagem e legal de acordo com as políticas e os limites estabelecidos pela Companhia, inclusive os aprovados pelo Conselho de Administração, buscando um ambiente de continuidade e sustentabilidade dos negócios da Companhia.

**ii. Estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade**

Neste processo estão envolvidos, (i) o Conselho de Administração; (ii) a Diretoria; (iii) o Comitê de Auditoria; (iv) a Área de Controles Internos e *Compliance* que se reporta diretamente ao Conselho de Administração; e (v) a Área de Auditoria Interna que se reporta diretamente ao Conselho de Administração, e que possui estrutura e orçamento próprios.

**iii. Código de Ética ou de Conduta**

**• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia adota um Código de Conduta que tem como objetivo tornar claro e de conhecimento geral, o padrão de comportamento aceitável pela Companhia, no exercício das atividades sociais e profissionais, por todos os Administradores e colaboradores (empregados, estagiários e terceiros) que permeiam os relacionamentos entre acionistas, colaboradores, fornecedores, parceiros e governo, para o alcance dos objetivos da Empresa.

**• se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os colaboradores da Companhia têm acesso ao Código de Conduta Ética quando de sua contratação, e neste momento são apresentados ao Termo de Adesão

ao Código de Conduta Ética da Companhia, por meio do qual firmam compromisso em seguir suas diretrizes e regras enquanto estiverem vinculados à Companhia.

Além disso, todos os nossos colaboradores deverão participar de treinamentos semestrais acerca da necessidade de cumprimento do disposto neste Código de Conduta Ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Aqueles que praticarem atos que violem o Código de Conduta Ética ou a sua essência ficarão sujeitos às consequências legais e administrativas aplicáveis, conforme disposto na legislação civil, penal e trabalhista.

As sanções aplicáveis em razão da violação aos preceitos dispostos no Código de Conduta Ética serão mensuradas caso a caso e avaliadas pelo Comitê de Ética, conforme as suas atribuições elencadas acima, levando em consideração: (i) a natureza e a gravidade da violação; (ii) o cargo e histórico do transgressor, bem como suas responsabilidades; (iii) circunstâncias atenuantes ou agravantes em relação à infração cometida; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia em linha com os compromissos e valores descritos neste Código de Conduta Ética, implementou um portal de denúncias disponibilizado no endereço eletrônico [canaldenuncias@maestrofrotas.com.br](mailto:canaldenuncias@maestrofrotas.com.br), onde todos os destinatários deste Código de Conduta Ética poderão: (i) comunicar as suas preocupações ou a ocorrência de atos potencialmente violadores; (ii) esclarecer dúvidas em relação a quaisquer disposições deste Código de Conduta Ética; e (iii) ter assegurado que as denúncias serão apuradas pelo Comitê de Ética e, aquelas com base fundamentada, aplicadas as diligências cabíveis para a apuração dos fatos.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncia está disponível a todos os seus destinatários, internos ou externos à Companhia e é gerido por empresa independente. As denúncias podem ser feitas a qualquer momento pelo site <https://maestrofrotas.legaletica.com.br>, pelo telefone 0800-400-3333, ou pelo e-mail: [maestrofrotas@legaletica.com.br](mailto:maestrofrotas@legaletica.com.br).

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Nos termos do Código de Conduta Ética da Companhia, o Canal de Denúncia está disponível aos Administradores, colaboradores, terceiros fornecedores e prestadores de serviços da Companhia, e ao público em geral.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Código de Conduta Ética da Companhia estabelece que os relatos serão recebidos por uma empresa independente e especializada e podem ser realizados de forma anônima, garantindo, assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação.

A Companhia não tolerará nenhuma retaliação contra questionamentos ou denúncias de boa-fé. Para tanto, todas as denúncias serão tratadas de forma confidencial sob os cuidados de uma comissão de pessoas orientadas a assegurar o sigilo e atuar na prevenção de retaliações e discriminações de qualquer natureza.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Código de Conduta Ética da Companhia estabelece que as denúncias serão apuradas pelo Comitê de Ética e, àquelas com base fundamentada, aplicadas as diligências cabíveis para a apuração dos fatos.

**c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Em que pese o Código de Conduta Ética da Companhia não estabelecer diretrizes específicas a respeito de processos aplicáveis a operações de fusões e aquisições, a Companhia realiza os procedimentos usualmente aplicados neste tipo de operação, incluindo legal e business due diligence, com o intuito de identificar, entre outras questões a existência de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas companhias alvo.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota o Código de Conduta Ética e a Política de Gerenciamento de Riscos, conforme descrito nos itens anteriores, como forma de prevenção, detecção e remediação.

**5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos**

Não houve alteração significativa nos principais riscos a que a Companhia está exposta no último exercício social.

**5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 5 do Formulário de Referência.

## 6- HISTÓRICO DO EMISSOR

### 6.1/2/4 Constituição/ Prazo/ Registro CVM

<b>Data de constituição</b>	05/04/2007
<b>Forma de constituição</b>	Sociedade empresária limitada
<b>País de constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de duração</b>	Prazo de duração indeterminado
<b>Data do Registro na CVM</b>	26/05/2015

### **6.3 Breve histórico**

A Companhia é uma empresa especializada no serviço de terceirização e gestão de frota para empresas de todos os portes, aliando a redução de custos operacionais à excelência na prestação de serviços.

Foi criada em 2007, dentro do Grupo ABA (rede de concessionárias) pela Família Lewkowicz, com o objetivo de atender o crescente mercado de locação de veículos ainda carente em qualidade de serviços.

Em 2011, a Companhia foi selecionada entre dezenas de locadoras no país para, em um projeto inédito, receber um aporte de capital de um fundo de investimentos gerido pela Stratus Gestão de Carteiras Ltda. ("Stratus"), com a missão de se tornar um dos principais participantes do mercado em que atua. Os principais motivos que levaram a Stratus a selecionar a Companhia para início dessa parceria foram: agressivo e sustentável crescimento anual, base sólida de clientes, alto grau de satisfação dos clientes em função da boa prestação de serviços, alto conhecimento do segmento automotivo de forma mais ampla e equipe experiente e profissionalizada. Nesse sentido, em outubro de 2011, foi aprovado um aumento de capital na Companhia, no valor de R\$30,1 milhões, que permitiu a entrada do Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Stratus Fleet ("Fleet"), com o aporte de R\$28,7 milhões, da Stratus Investimentos Ltda. (administradora do Fleet e controladora da Stratus), com o aporte de R\$0,4 milhão, e da Lewco Participações e Administração Ltda. (empresa controlada pela Família Lewkowicz) ("Lewco"), com o aporte de R\$1,0 milhão.

Em maio de 2014, pouco mais de dois anos após receber um investimento de um fundo gerido pela Stratus – o Fleet –, a Companhia realizou um novo aumento de capital, no valor de R\$21,2 milhões, o qual permitiu a entrada de um novo fundo também gerido pela Stratus – o Stratus SCP Brasil FIP –, mediante o aporte de R\$20,0 milhões. A Lewco e a Família Lewkowicz também participaram do referido aumento de capital mediante a subscrição de novas ações correspondentes a R\$1,2 milhão.

Esta capitalização permitiu à Companhia continuar cumprindo seu plano de negócios e possibilitou a retomada de captação de operações estruturadas de endividamento mais longas. O objetivo foi reduzir a parcela mensal do fluxo de caixa operacional destinado ao serviço de juros e principal, liberando recursos adicionais para o crescimento da frota.

Em março de 2015 a Companhia realizou uma reforma estatutária para se tornar companhia aberta, listada no segmento Bovespa Mais da B3. A partir dessa transformação, passou a realizar emissões de debêntures como um importante mecanismo de financiamento de suas operações, já tendo realizado, na data deste Formulário de Referência 4 (quatro) emissões com êxito.

### **Aquisição da Minas Real Vendas e Serviços Ltda.**

Em 13 de novembro de 2018 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações tendo por objeto a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Minas Real Vendas e Serviços Ltda, nos termos do respectivo contrato de compra e venda, sujeita à ratificação pelos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada antes do fechamento da Operação, do laudo de avaliação previsto no §1º do Art. 256 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

A Minas Real Vendas e Serviços Ltda é empresa especializada em terceirização e gestão de frotas, contando com uma frota de aproximadamente 1.000 veículos e com atuação em vários estados brasileiros, predominantemente em Minas Gerais.

Posteriormente, em 1º de setembro de 2019, a Companhia incorporou os saldos da Locarcity com o objetivo de melhorar a sinergia na terceirização de sua frota. O Processo de incorporação foi concluído com a emissão do laudo contábil por avaliador especializado e independente e foi realizada nos termos do artigo 225 da Lei 6.404 de 1976, e desta forma, a Companhia passou a não apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

### **6.5 Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial**

Não aplicável, pois não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia até a data deste Formulário de Referência.

## **6.6 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 6 do Formulário de Referência.

## 7.1 – Descrição das principais atividades do emissor

Fundada em 2007, a Companhia opera no segmento de locação de veículos com foco em Gestão e Terceirização de Frotas (GTF), com crescimento expressivo de 26,7% entre 2017 e o período de 12 meses encerrado em 31 de março de 2020 (“1T2020LTM”)<sup>1</sup> em termos do índice composto de crescimento anual (CAGR) de receita líquida de locação. O modelo de negócios da Companhia consiste no aluguel de veículos novos para clientes do segmento corporativo através de contratos com prazos entre 12 e 60 meses, o que garante alta previsibilidade de receita para os períodos seguintes.

A venda dos veículos da frota da Companhia após o encerramento dos contratos de terceirização de frota constitui uma parte complementar de seu modelo de negócios (“Seminovos”), garantindo constante renovação da frota com maiores descontos e redução de custo de manutenção. A Companhia também atua no mercado de pesados.

Para ajudar no desenvolvimento do seu plano de expansão, o fundo de investimentos Stratus passou a fazer parte do capital social da Companhia a partir de 2011, contribuindo ainda para reforçar práticas de governança corporativa e inteligência de mercado. Entre 2014 e 2016, a Companhia passou a ser listada no Bovespa Mais, fez sua primeira emissão de debêntures e recebeu um aporte de capital adicional da Stratus. Em 2018, a Companhia fez outras duas emissões de debêntures a mercado e completou com sucesso sua primeira aquisição, a Locarcity, adicionando cerca de 1.000 veículos a sua frota e entrando no segmento de varejo de seminovos. Ainda, entre 2019 e 2020, a Companhia fez sua 4ª emissão de debêntures e aumentou sua frota para mais de 4.000 veículos.

A imagem abaixo apresenta uma linha do tempo do desenvolvimento das atividades da Companhia e dos principais eventos desde a sua fundação.



Fonte: Companhia

Com sólida performance financeira e desempenho operacional, a Companhia apresentou R\$ 118,8 milhões de receita líquida de locação no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 versus R\$ 43,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$91,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, R\$ 37,9 milhões de EBITDA e frota líquida equivalente a R\$ 149,9 milhões.

Resumidamente, o ciclo de operação da Companhia consiste em quatro grandes etapas, sendo: Aquisição de Frota, Otimização da Operação, Venda de Seminovos e Financiamento. As alavancas de valor para a etapa de aquisição de frota incluem relacionamento com as montadoras e aumento do poder de barganha. Na etapa seguinte de otimização, os destaques estão relacionados à manutenção dos altos níveis de utilização da frota, seja via gestão do mix de veículos, índices de renovação ou duração dos contratos.

A etapa de venda dos veículos seminovos está associada a capacidade de renovação da frota, sendo uma fonte de recursos importante para novas aquisições de veículos, de forma que diferentes canais de distribuição podem trazer melhor giro e melhor preço para as vendas. Finalmente, na etapa de financiamento há otimização da estrutura de capital e cenário de mercado de crédito com juros em níveis historicamente mais baixos.

A Companhia investe consistentemente em iniciativas digitais e metodologias de gestão para melhorar continuamente seus processos internos e a experiência do cliente. A Companhia desenvolve projetos de metodologia ágil, ou "*srum*", em grupos de trabalhos, ou "*squads*", para o desenvolvimento de diferentes atividades – dentre elas (i) foco em pessoas, (ii) jornada do usuário, (iii) análise de leads e (iv) NPS, "*Net Promoter Score*" como métrica para satisfação do cliente.

Para a gestão da frota, a Companhia utiliza o aplicativo App Ticket Log – Condutor, interface entre os motoristas, a Companhia e as oficinas para manutenção, com aplicações de geolocalização e seleção de filtros para identificar a melhor oficina para o motorista – o aplicativo permite também o acompanhamento do status dos serviços e seus respectivos orçamentos.

As ferramentas utilizadas para o processo de venda de seminovos incluem: Repasse Fácil, MotorMarket e Autorola para o segmento de atacado; e Mercado Livre, Facebook, Webmotors, iCarros e Instagram para o segmento de varejo. Como plataforma de integração de dados e inteligência de negócios (*Business Intelligence* – BI) a Companhia utiliza como principal ferramenta o Qlik.

A imagem abaixo resume as iniciativas digitais da Companhia e as plataformas utilizadas:

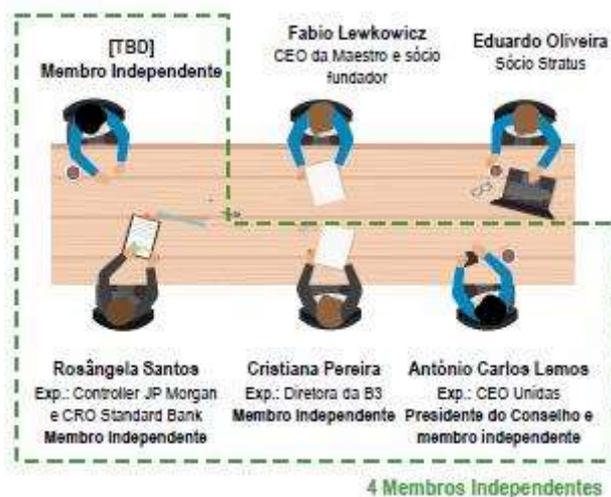


**Fonte:** Companhia

Em termos de governança corporativa, um Conselho de Administração (C.A.) foi criado para as tomadas de decisões, como ilustrado abaixo. O C.A. é composto pelo (i) Fabio Lewkowicz, CEO e sócio fundador, (ii) Eduardo Oliveira, sócio da Stratus, além de outros quatro membros independentes, sendo eles (iii) Antônio Carlos Lemos, presidente do conselho, (iv) Cristiana Pereira, e (v) Rosângela Santos

Dentre as responsabilidades do conselho, incluem (i) aprovação do orçamento anual, (ii) aquisição ou venda de ativos, (iii) emissão de debêntures, notas promissórias etc., (iv) emissão de novas ações, (v) aprovação da política de dividendos e (vi) escolha de auditores. Existem também dois comitês internos criados (Auditoria e Remuneração).

### Conselho da Companhia



**Fonte:** Companhia

### Mercado de Atuação

A companhia atua no segmento de frotas terceirizadas, dentro do mercado de frotas corporativas.

A imagem abaixo reflete as principais características do mercado endereçável da Companhia, indicando um segmento de atuação com alto crescimento e sub penetrado se comparado a outros países. Nesse sentido, a Companhia apresenta um alto potencial de crescimento adicional, tanto caso a Companhia se torne um consolidador de mercado, ganhando participação frente aos concorrentes, quanto através do próprio crescimento desse mercado.

Se comparado com outros países, o Brasil tem uma penetração da frota terceirizada em relação a frota corporativa (9%) bem menor que outros países, como por exemplo a Inglaterra com 47%.

### Mercado endereçável, crescimento histórico do segmento e comparativo de penetração



**FonteS:** ABLA ("Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis"), Global Fleet (Brazil has sizable corporate fleet growth potential), Datamonitor e Euromonitor

Ainda, com relação ao segmento de terceirização de frota, no Brasil, os três players listados na B3 do segmento possuem apenas 37% de participação de mercado. De forma comparativa, o segmento de Rent-a-Car (RAC) é bem mais consolidado, com os três players do setor listados na B3, que possuem uma participação no segmento de 84%. Um dos argumentos da tese de investimentos da Companhia é que o segmento de GTF pode seguir essa mesma tendência de consolidação do segmento de RAC, o que favorece a Companhia, dado o seu posicionamento.

## Consolidação de Mercado dos Principais Competidores – RAC vs. GTF



**Fontes:** Companhias e ABLA ("Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis")

### NOSSOS PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia acredita que seus principais pontos fortes e vantagens competitivas são:

**Modelo de negócios com alta previsibilidade e resiliência, baseado em contratos de longo prazo, altas taxas de renovação dos contratos e de utilização da frota, com capacidade e posicionamento únicos para M&As.**

Sendo uma locadora com foco em gestão e terceirização de frotas, o contrato médio da Companhia é de 41 meses de duração e, nesse sentido, já apresenta montantes relevantes de receita contratada para os próximos anos, totalizando R\$ 99 milhões até 2024. Ainda que a Companhia tenha uma exposição maior a alguns clientes com valor do contrato mais significativos – por exemplo, com os cinco clientes principais compondo mais de 49% do valor dos contratos de locação, desde 2016 a Companhia conseguiu manter seu crescimento sem oscilações relevantes, dada a alta taxa de renovação e ao fato de que, mesmo em situações que um cliente rescindia o contrato de locação, a Companhia conseguiu manter sua operação estável, através de ações comerciais e de gestão.



A Companhia apresentou uma taxa de renovação de 84% e uma cadência no crescimento trimestre a trimestre, sem oscilações relevantes em termos da receita de locação, comprovando a tese de receita recorrente e indicativo de redução do risco operação.

Pelo fato dos clientes que a Companhia mantém atuarem em vários setores da economia, parte do risco associado a continuidade da operação e manutenção dos contratos é diluído, dado que alguns setores são mais resilientes e respondem de maneira diferente a incentivos do seu contexto, sejam eles econômicos, regulatórios, tecnológicos ou de outra natureza.

Ainda, nesse sentido, a Companhia consegue navegar bem tanto em períodos de alta da economia, quanto em períodos de recessão. Em um cenário positivo, a Companhia tem maior facilidade em fechar novos contratos de médio e longo prazo, além de ter acesso a melhores condições de financiamento para expansão da operação. Por outro lado, em um cenário negativo, a Companhia tem acesso a mais oportunidades de aquisição e melhores preços, além da opção de terceirização da frota ser uma alternativa mais interessante para clientes reduzirem custos e gerar caixa imediato, como a nova modalidade de contrato que passou a ser explorada pela Companhia, o *Sale Leaseback*, modalidade de contrato em que a companhia adquire a frota do cliente, que, por sua vez, faz a locação dessa mesma frota a partir de determinadas condições pré-estabelecidas.

### **Posicionamento único para oportunidades de M&A**

A Companhia busca oportunidades de aquisições que gerem valor aos acionistas e sejam compatíveis com seu perfil de negócios e estratégia de crescimento, com critérios bem definidos para análise, dentre eles: (i) baixo prêmio pago pela frota, (ii) diversificação geográfica, (iii) alvos com forte atuação local e bom relacionamento com as montadoras; (iv) portfólios de clientes com ROIC alto; (v) frotas entre 500 e 2.000 veículos; e (vi) alvos com baixa exposição à Administração Pública e aos setores de telecomunicações e de escolta armada.

Ainda com relação a aquisições, a Companhia entende que se posiciona de forma diferente dos concorrentes listados na B3, no mercado de locação de veículos, dado seu histórico de aquisições nos últimos cinco anos com tamanhos de frotas maiores, empresas que operam em nichos de mercado ou que tenham alguma competência específica.

Nos últimos 4 anos, a Companhia esteve engajada em diversos sobre oportunidades de investimento.

### **Visão geral da análise de oportunidades de aquisições da Companhia**

A Locarcity, adquirida em 2018, já apresentava um EBITDA superior a R\$ 12 milhões e uma frota de mais de 1.000 veículos. De forma a contribuir com a tese de investimento da Companhia, é perceptível um aumento tanto no volume de EBITDA entre 2018 e 2019 de R\$ 25,6 milhões para R\$ 42,1 milhões quanto um aumento na margem EBITDA de 59,0% para 64,2% – indicativo que sinergias foram capturadas

no ano seguinte após a aquisição, esse caso de sucesso comprova a capacidade de execução e integração de fusões e aquisições.

**Com foco em terceirização de frotas, a Companhia possui um posicionamento único frente aos comparáveis de mercado. Em um modelo de negócios que por natureza faz uso intensivo de capital, a Companhia consegue alocar seu capital de forma mais eficiente.**

A Companhia atua focada em GTF, adotando um modelo de negócios diferenciado e mais resiliente, dada maior taxa de utilização da frota e, conseqüentemente, alocação mais eficiente do capital. Apesar de ainda existirem ganhos não realizados com economias de escala e captura de maior poder de barganha na medida que a operação da Companhia se expande, bem como o reconhecimento da marca, a Companhia opera com margens e níveis de retorno no capital investido superiores aos seus comparáveis.

Outro destaque da Companhia é sua capacidade de operar e precificar bem o ativo no segmento de seminovos. Dessa forma, a Companhia apresenta resultado positivo e crescente, acima dos seus principais comparáveis. Com a aquisição da Locarcity, a Companhia conseguiu melhorar seu resultado, com uma operação segmentada em venda de veículos no varejo em Minas Gerais e venda de veículos no atacado em São Paulo.

**7.1-A. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista**

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## 7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

### a. produtos e serviços comercializados

Conforme descrito no item 7.1, a Companhia atua no segmento de locação de veículos de longa duração, provendo serviços de terceirização de frotas para empresas. Como consequência dos negócios, após o término do contrato de locação, os veículos são colocados à venda. Desta forma, a Companhia possui um único segmento operacional de atuação divulgado em suas demonstrações financeiras, cuja receita total é desmembrada em receita de locação de veículos e receita de vendas de seminovos.

### b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Conforme mencionado acima, a Companhia possui apenas um segmento operacional. A receita é desmembrada em receita de locação de veículos e receita de venda de seminovos, como segue:

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de							
	2020		2019		2019		2018	
	Individual	%	Consolidado	%	Individual	%	Consolidado	%
Locação de Veículos	68.181	57%	17.637	76%	60.531	66%	47.882	76%
Venda de Veículos	56.932	48%	7.135	31%	37.016	40%	19.620	31%
<b>Total</b>	<b>125.113</b>	<b>105%</b>	<b>24.771</b>	<b>107%</b>	<b>97.547</b>	<b>106%</b>	<b>67.502</b>	<b>107%</b>
Impostos sobre serviços e vendas	(6.305)	-5%	(1.631)	-7%	(5.599)	-6%	(4.429)	-7%
<b>Receita líquida</b>	<b>118.808</b>	<b>100%</b>	<b>23.140</b>	<b>100%</b>	<b>91.948</b>	<b>100%</b>	<b>63.073</b>	<b>100%</b>

### c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia possui apenas um segmento operacional. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 o resultado líquido da Companhia correspondeu a um lucro de R\$ 1.070 mil, sendo que a receita de locação de veículos e a receita de venda de veículos representaram, respectivamente 57% e 48% da receita líquida da Companhia.

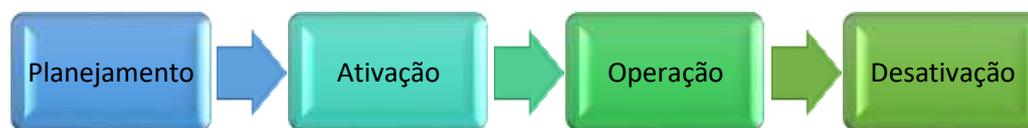
No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o resultado líquido da Companhia correspondeu a um lucro de R\$ 916 mil, sendo que a receita de locação de veículos e a receita de venda de veículos representaram, respectivamente 66% e 40% da receita líquida da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 o resultado líquido da Companhia correspondeu a um prejuízo de R\$ 1.060 mil, do qual a receita de locação de veículos e a receita de venda de veículos representaram, respectivamente, 76% e 31% da receita líquida da Companhia.

### 7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrever:

#### a. características do processo de produção

O ciclo operacional da Companhia pode ser subdividido em quatro macroprocessos, a saber:



#### Planejamento

As atividades de planejamento compreendem o mapeamento do mercado potencial, avaliando inclusive a possibilidade de ofertar serviços diferenciados que permitam uma prospecção mesmo em clientes com baixo potencial de evolução para o pacote de serviços usualmente oferecido pelo mercado.

Neste sentido, há grande potencial de crescimento do mercado. Esse potencial de crescimento oferece grandes oportunidades para empresas que tem um processo operacional capaz de identificar estes obstáculos e propor soluções customizadas aos clientes.

Sendo assim, a equipe comercial atua em dois eixos de prospecção de novos negócios com características específicas de abordagem e processo de venda:

- **Clientes com frota própria** – Constituído por empresas com frota adquirida diretamente no mercado (varejo ou diretamente das montadoras, dependendo do tamanho da frota), compreendendo empresas de diversos tamanhos que, além de precisarem gerir o seu negócio, precisam administrar sua frota, sem necessariamente ter a *expertise* para tal, sujeitando-se a mobilizar e destinar recursos humanos e financeiros substanciais para uma atividade que é importante, mas não faz parte de seu *core business*. A abordagem desses clientes se dá, principalmente, através de estudo financeiro comparativo entre os dois modelos: frota terceirizada ou frota própria. Em geral, estes potenciais clientes proporcionam boa margem de flexibilização de serviços a serem oferecidos e, frequentemente, são alvos da concorrência bem como, eventualmente, apresentam barreiras culturais à mudança do modelo de gestão de frota; e
- **Clientes com frota locada** – Constituído por empresas que já têm frota terceirizada, caracterizando-se por já conhecer o produto e sua operação e por ser objeto de forte assédio pela concorrência, oferece possibilidades de volume de faturamento.

O processo de venda é dividido em quatro etapas distintas:

**I. Prospecção:** A prospecção em si é a primeira e uma das mais importantes do ciclo operacional, pois, além de identificar potenciais clientes, é nela que são mapeados os vencimentos dos contratos vigentes bem como percebidas novas oportunidades de negócio que possam ser exploradas através da customização de serviços, oferecendo uma solução em terceirização de frota específica para cada cliente.

Suas atividades consistem na pesquisa ativa via *mailing-lists*, relatórios informativos, *websites* de câmaras setoriais, associações e outros documentos que contenham informações relevantes de empresas potenciais com frota operacional e/ou gerencial, atuando em todo o território nacional, visando um contato inicial, preferencialmente presencial, através de visitação às instalações do cliente, que permita conhecer o cliente (necessidades, peculiaridades e operação), a base do início do relacionamento.

**II. Proposta:** Desse contato, é feito um estudo da necessidade do cliente, contendo o perfil de sua frota, o tipo de utilização, o tempo de contrato (ou renovação), quilometragem a ser utilizada nesse período e praça de utilização dos veículos, além de características de operação específicas do cliente, que permitam elaborar uma proposta customizada, seja nos aspectos contratuais mais básicos, seja em detalhes operacionais, como rotinas de manutenção, serviços adicionais, etc.

**III. Precificação:** Nesse sentido, a matriz de precificação contempla o ciclo total de vida do veículo na Companhia, englobando tanto a compra em si, com descontos agressivos junto às principais montadoras, passando pelos prazos de ativação (tempo decorrido entre o desembolso para a compra do veículo e o início do faturamento de locação), toda a gestão dos custos do veículo (manutenção, seguro, veículo reserva, pneus, etc.) enquanto na posse do cliente, bem como de sua preparação para venda ao final do contrato e a respectiva venda do veículo, ao final do mesmo.

Essa matriz permeia todo o processo operacional da Companhia, mensurando e convertendo em valores cada processo, refletindo os custos inerentes a cada etapa, de forma compreensiva e total e é realimentada pelas variações de cada um de seus componentes, respeitando sempre os históricos: da Companhia, de cada cliente, do segmento de atuação, utilização do veículo, etc. e sendo ferramenta essencial ao sucesso, sua precisão oferece diferencial competitivo significativo garantindo o binômio "rentabilidade do contrato com preços competitivos".

**IV. Negociação:** Nessa etapa os diferenciais competitivos são importantes e é nesse momento que relacionamento, conhecimento do cliente e flexibilidade no processo operacional permitem que se possa oferecer uma solução em terceirização de frotas que ofereça a melhor relação custo-benefício, agregando valor aos negócios do cliente.

**V. Contrato:** A carteira atual apresenta contratos com prazo mínimo de 12 e máximo de 48 meses, com prazo médio de 28 meses e prazo restante de vigência de 17 meses.

### **Ativação**

A etapa de ativação se inicia com o recebimento do contrato de locação devidamente assinado pelo cliente, a partir do qual é feito o pedido de compra junto à(s) montadora(s).

À administração de vendas cabe checar a aderência do contrato às condições de precificação de origem dos preços mencionados no contrato, fazendo o pedido somente após essa conferência. Essa precificação passa a ser o orçamento do contrato e será o balizador de cada veículo/contrato durante toda sua vida útil.

O prazo decorrido entre o pedido e a entrega, com o consequente início da locação, é uma das variáveis importantes de precificação, pois nesse período o veículo já gerou um compromisso financeiro sem ainda ter iniciado a receita de locação, e é monitorado cuidadosamente.

O prazo médio de implantação é de aproximadamente 21 dias, considerado baixo no mercado.

### **Operação**

A etapa de operação compreende a gestão propriamente dita do contrato, veículos e, principalmente, do relacionamento com o cliente, e ocorre em três diferentes dimensões:

#### ***Gestão de Relacionamento***

A gestão de relacionamento é a atividade responsável pela interface com os gestores de frota do cliente, dando suporte e treinamento aos usuários/gestores do cliente no início do contrato, familiarizando o cliente com a locadora e seus processos operacionais e mitigando eventuais ruídos entre o cliente a área de operações da locadora.

Além disso, cumpre papel essencial no acompanhamento do contrato, atuando ativamente nas negociações de inclusão, renovação e alteração do contrato, desenvolvendo e aprofundando a relação com o cliente, constantemente agindo no alinhamento entre suas necessidades, os serviços previstos no contrato e o atendimento proporcionado de fato pela Companhia.

Normalmente, quando o prazo contratual está próximo do vencimento, o cliente é procurado, especificamente para negociar a renovação do contrato, sendo que, em alguns casos, quando há oportunidade de oferecer uma condição especial na renovação, esse contato pode se dar com uma antecedência maior, sempre usando como parâmetros de precificação seu histórico de manutenção, sinistralidade e demais variáveis do contrato que se encerra, garantindo assim uma maior precisão e adequação das condições à tipologia de cada cliente, nos permitindo atingir taxa de renovação dos contratos superior a 80%.

### ***Gestão do Contrato***

A gestão do contrato aqui se refere aos números efetivos do contrato e sua contraparte precificada, ou seja, sua rentabilidade.

Suas atividades envolvem o faturamento, bem como a medição sistemática do contrato, avaliando se está cumprindo com o escopo contratado, bem como se todas as variáveis envolvidas na matriz de precificação estão dentro dos valores estimados para cada uma.

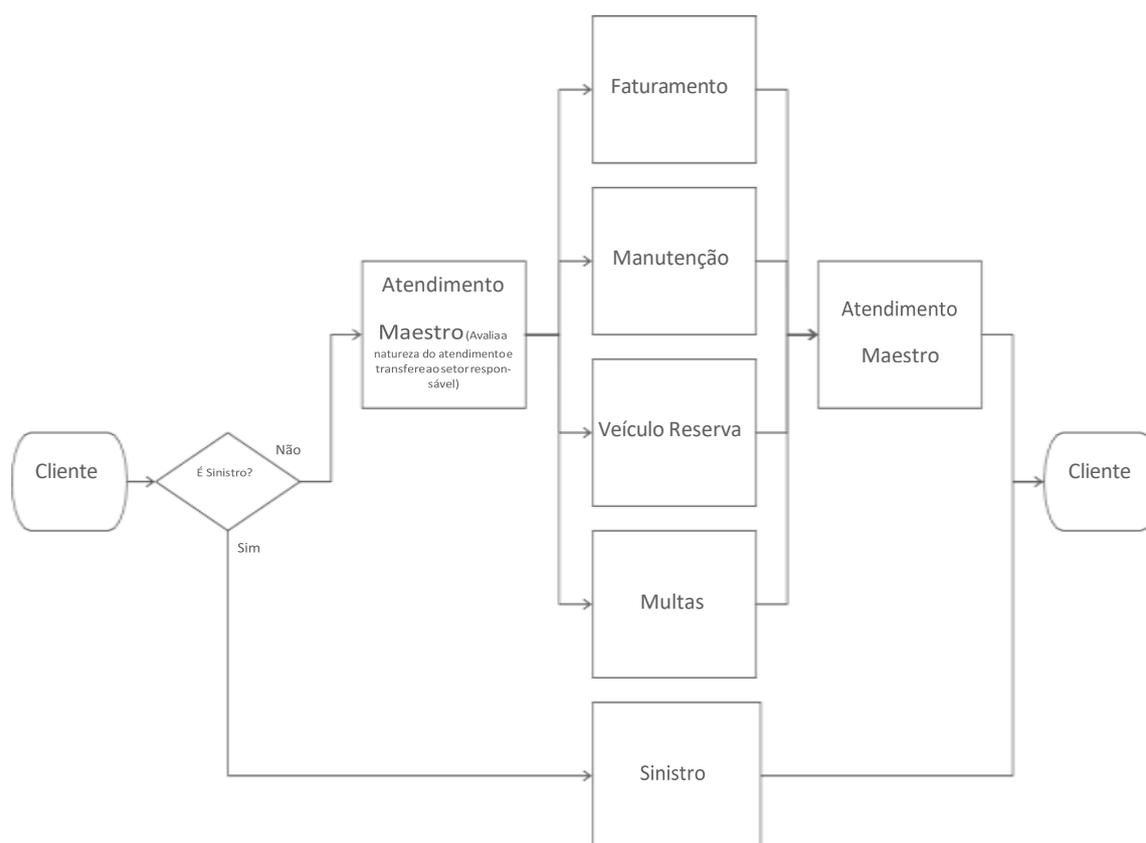
Além disso, contemplam também a utilização dos serviços complementares, tais como administração de multas, assistência 24 horas, sinistros, despachantes, etc., alguns deles sujeitos a cobrança complementar se ultrapassados os parâmetros previstos no contrato e que também são objeto de provisão na matriz de precificação. O prazo médio de faturamento é de 30 dias com 30 dias para recebimento, mas eventualmente há exceções que podem fugir desses prazos, desde que expressamente anuídos em contrato.

O contrato prevê, além da multa contratual por atraso no pagamento, assim que decorridos 30 dias do vencimento, uma multa a ser aplicada sobre o valor do título em aberto, bem como majoração nos valores mensais de locação, até que a pendência financeira seja quitada.

### ***Gestão da Frota***

A gestão da frota consiste nas atividades mais diretamente relacionadas aos veículos locados e compreende a gestão dos custos de atendimento, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento e documentação, gestão de sinistros, assistência 24 horas, veículo reserva, etc.

Seu fluxo se inicia com o contato do cliente, sendo direcionado à Central de Atendimento, que avalia o chamado, direciona o cliente e acompanha o mesmo junto ao setor responsável pela prestação do serviço, conforme o fluxo resumido abaixo:



Seu processo pode ser dividido em 8 etapas:

### **Logística e Documentação:**

Após o pedido efetivamente colocado pelo comercial/relacionamento junto ao departamento de logística, coloca-se o pedido para a montadora da respectiva marca (através de uma concessionária da marca parceira da Companhia), considerando modelo, quantidade, cor e desconto concedido. Quando faturado pela montadora, a Companhia recebe a fatura para pagamento do veículo e o "kit despachante" (liberado na maioria das vezes após confirmação de pagamento pela montadora) que é enviado ao despachante para solicitação de toda documentação referente ao primeiro emplacamento. Enquanto prepara-se a documentação, a logística providencia, caso seja contratada, a instalação de todos os acessórios. Após documentação e placas prontas, o despachante, lacra o veículo na própria Concessionária/Montadora (conforme acordo entre Companhia/Montadora) e providencia a entrega ao cliente. Se fora de São Paulo/SP emite-se carta ao fisco, caso contrário é agendada com o cliente a entrega na base do cliente ou a retirada pelo cliente na Concessionária ou na base da Companhia. O departamento de documentação é responsável pelo licenciamento anual da frota da Companhia, cumprindo-se o pagamento de todas as taxas e processos do governo.

### **Credenciamento:**

A busca de novos fornecedores ocorre sempre que houver solicitação do departamento de atendimento, demanda em região que ainda não tem fornecedor ou demanda de cliente (em caso específico). A oficina/concessionária é credenciada e cadastrada no sistema da Companhia, a qual informa os procedimentos que deverão seguir, incluindo SLA's (*Service Level Agreements* ou Acordo de Prestação de Serviços). A Companhia mantém um relacionamento constante com os credenciados de forma a manter informações gerais relativas ao relacionamento, tais como cadastro e parâmetros de manutenção, sempre atualizadas.

### **Atendimento:**

O condutor/cliente entra em contato com o atendimento solicitando algum tipo de manutenção (preventiva ou corretiva), é solicitado ao condutor todos os dados para agendamento da revisão (km, placa, contato, serviços que devem ser realizados, cidade, data de agendamento). Aliado às necessidades do cliente, o atendente verifica a oficina mais próxima e confirma/agenda com o fornecedor, informando todas as considerações do condutor/cliente. Essa informação fica registrada no atendimento (sistema da Companhia) para que a manutenção possa analisar o orçamento recebido. O departamento de atendimento acompanha a finalização do atendimento até a aprovação do orçamento, informando ao condutor/cliente a previsão de quando o veículo ficará pronto.

### **Manutenção:**

Após o agendamento da revisão preventiva ou corretiva, o departamento de orçamento (controla o recebimento dos orçamentos recebidos do fornecedor) direciona para a manutenção analisar/criticar junto à oficina/concessionária. Quando aprovado, é enviado um código de autorização pela Companhia para pagamento futuro. Quando reprovado (não autorizado), remove-se o veículo para outra oficina. O processo inicia-se novamente, nesse caso, até a efetiva aprovação. Quando há cobrança de reparo para repasse ao cliente, a manutenção envia via e-mail solicitando aprovação do valor da manutenção para a execução do serviço ao gestor/cliente e, assim que aprovado, é enviado o código de autorização para a oficina/concessionária. Após toda aprovação (Companhia/Cliente), o fornecedor executa o serviço e o cliente é informado do horário de finalização para a retirada do veículo. Todo esse processo também é acompanhado pelo atendimento. A Companhia tem cadastrado como sua rede credenciada quase 3.000 fornecedores (oficinas/concessionárias) ao redor de todo território brasileiro.

### **Veículo Reserva:**

Caso haja necessidade de contratação de um veículo reserva, para casos de manutenção, sinistro, roubo e provisório (até a chegada do veículo zero Km), as áreas envolvidas solicitarão ao departamento de sublocações que seguirá o contratado pelo cliente (categoria, quantidade de diárias, prazo de liberação) ou para provisório mediante aprovação da diretoria. Caso haja necessidade, o departamento fará cotação com as principais locadoras do mercado (*rent a car*) já credenciadas, sempre avaliando melhor custo. Quando efetivada a reserva, o departamento de atendimento recebe a informação para dar prosseguimento no atendimento junto ao condutor/cliente. Em todas as situações, acompanha-se o veículo até a devolução, e

caso haja algum item de cobrança que não faça parte da locação, avaliar e efetuar o faturamento de extras ao cliente solicitante da locação.

### **Sinistro:**

Quando ocorre um sinistro, o cliente é orientado a acionar diretamente o departamento de sinistro para as devidas providências, com relação ao veículo locado e ao terceiro, se for o caso. Após abertura do sinistro e recebimento de boletim de ocorrência, e com a informação da localização dos veículos envolvidos, inicia-se a negociação com oficina e terceiro, caso haja. Aciona-se o terceiro quando for culpado pelo acidente para o pagamento dos danos causados no veículo da Companhia. Em caso de insucesso no ressarcimento, é acionado o Departamento Jurídico da Companhia.

### **Gestão de Multas:**

É responsável por receber notificações, multas e agravos do departamento de trânsito em relação a todo território brasileiro e comunicar o cliente (condutor cadastrado ou gestor) para que seja notificado o condutor na infração. É realizado o pagamento junto ao órgão competente, bem como a cobrança do cliente.

### **Assistência 24 horas:**

Em caso de sinistro e/ou pane no veículo, o cliente tem acesso à assistência 24 horas contratada pela Companhia que, quando acionada, consiste em envio de caminhão plataforma, socorro mecânico e taxi, quando necessário. Para sinistro/pane que não possa ser consertado no local, o veículo é enviado para uma oficina/concessionária credenciada dentro do raio estipulado em contrato e, se necessário, envia-se um taxi para locomoção do condutor. Inicia-se então um novo processo de atendimento para reparo e/ou conserto do veículo. Caso haja possibilidade de conserto no local (ex.: troca de bateria ou pane seca) o socorro mecânico executa o serviço, liberando o condutor.

### **Desativação:**

A última etapa do ciclo operacional é representada pela desativação, que corresponde ao período entre o final do contrato de locação e a venda dos veículos no mercado, sejam os contratos renovados ou não. Na renovação, geralmente ocorre a substituição dos veículos do contrato vencido por modelos novos, iniciando então um novo contrato.

A etapa da desativação tem papel preponderante na precificação da locação, tanto no prazo estimado para sua conclusão, quanto em relação aos valores residuais esperados de receita de venda ao final de todo o processo, ambas variáveis com influência no ciclo de rentabilidade do contrato.

Ela se inicia com a devolução propriamente dita dos veículos pelos clientes, momento em que são avaliadas as condições gerais de cada veículo, tanto através do *check-list*<sup>1</sup> com o próprio usuário no momento da devolução, quanto através de laudo de

empresa especializada, feito posteriormente à devolução, ocasião em que será avaliado mais profunda e compreensivamente o estado de cada veículo devolvido.

Em seguida, os veículos são preparados para venda, ou seja, são objeto de revisão quanto a serviços que devam ser feitos para deixá-los em condições de venda sem impactar em seu valor residual de venda (tais serviços envolvem desde a reparação de avarias, retirada de acessórios, adesivos, higienização, lavagem, etc.).

Concluída a preparação para venda, os veículos são disponibilizados para venda no(s) pátio(s) de Seminovos, momento a partir do qual os veículos serão oferecidos no atacado (revendedores de veículos e concessionárias) e/ou para venda em leilão (apenas os veículos com maior dificuldade de venda no atacado e os sinistrados).

O tempo necessário para venda dos veículos é uma das variáveis importantes da matriz de precificação e pode variar, dependendo da praça de atuação de cada veículo (devido ao tempo de retorno do mesmo à base em São Paulo/SP), mas em média o prazo médio de estoque de veículos para venda é da ordem de 20 dias.

Além da variável tempo de desativação impactar na precificação, a receita advinda da venda desses veículos é essencial no *funding* necessário à expansão e renovação da frota e, portanto, sua gestão realimenta todo o ciclo operacional. Além disso, como os veículos em desativação provêm de contratos com prazos superiores a 12 meses, é possível prever com razoável antecedência quais veículos serão disponibilizados para venda, permitindo o planejamento da colocação desses veículos no mercado, eventualmente, até mesmo possibilitando o início de negociações antes dos mesmos terem sido fisicamente devolvidos.

## **b. características do processo de distribuição**

A Companhia utiliza os centros de operação de seus parceiros ao redor do país, não necessitando de estrutura própria para atender a sua base de clientes. Nesse sentido, considerando a pulverização da frota da Companhia, que possui veículos rodando em diversas cidades em todo o território nacional, tais como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, a Companhia, por meio do aplicativo App Ticket Log – Condutor possui acesso a diversas concessionárias e oficinas independentes, para a entrega de veículos zero quilometro e para a realização das manutenções preventivas e corretivas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia contava com cerca de 3.000 parceiros/fornecedores.

A venda de veículos é realizada através de lojistas especializados, permitindo rápida e adequada desmobilização para o perfil típico da frota atual da Companhia.

### **c. características dos mercados de atuação, em especial:**

#### **i. Participação em cada um dos mercados**

#### **I. Perspectivas de crescimento da economia brasileira**

Nos últimos anos a economia brasileira enfrentou uma severa recessão econômica, com um impacto significativo no setor de locação de veículos, principalmente em 2020, por conta pandemia causada pelo COVID-19. A Recuperação esperada para 2020, acabou sendo postergada por conta a pandemia, para 2021 em diante as projeções do Banco Central mostram um retomada do crescimento do PIB do Brasil. Além disso, é esperado um índice inflacionário controlado e em níveis inferiores ao centro da meta do governo para os anos seguintes.

#### **II. Perspectiva positiva de Crédito para os próximos anos**

A manutenção da inflação em patamares baixos se comparado com a média histórica e a perspectiva de retomada do crescimento do PIB do país devem permitir o aumento do acesso a crédito e capital privado o Brasil.

Com isso, a taxa Selic tende a manter sua trajetória descendente nas próximas reuniões do COPOM, o que permite com que negócios intensivos em capital (como o mercado de atuação da Maestro) consigam tomar dívidas a custos menores. De acordo com o Banco Central do Brasil, mesmo com um aumento em 2021 e 2022, a taxa Selic ainda estaria em um patamar atrativo considerando o histórico recente.

A redução da taxa básica de juros comprime as taxas de juros e os spreads bancários, reduzindo assim o custo de captação de novas dívidas das empresas do setor do locação de veículos.

#### **III. Participação em Mercados Endereçáveis**

As vendas de veículos automotores podem se dividir em (i) Varejo e (ii) Vendas Diretas. As vendas diretas se destinam às Locadoras, Pessoas com Deficiência (PCD), governos, taxis e frotistas. O número de vendas Indiretas é uma maneira eficiente para mostrar como cada mercado vem performando e quais perspectivas e tendências para cada segmento.

O Crescimento das compras das locadoras tem uma nítida relação com a mudança da "cultura de posse" para uma "cultura de utilização" em nível mundial, em que o indivíduo está mais preocupado e usar um bem ou serviço ao invés de simplesmente adquiri-los.

- a) Vantagens da Frota Terceirizada vs. Frota Própria: Sob a ótica do mercado corporativo onde existe a opção de operar com frota própria ou com uma frota terceirizada e administrada por uma outra companhia, o mercado de

terceirização traz inúmeras vantagens e grande potencial de redução de custo para as companhias

#### Vantagens da Locação vs. Frota Própria

<b>Itens de Custo</b>	<b>Frota Própria (Custos)</b>	<b>Frota Terceirizada (Benefícios)</b>
Licenciamento e emplacamento	Empresa administra	<b>Já vem licenciado e emplacado</b>
Distribuição logística	Empresa distribui	<b>Entregue onde solicitado</b>
Seguros	Empresa contrata e custeia	<b>Já incluso no aluguel</b>
Peças de reposição	Empresa procura e adquire	<b>A locadora paga a conta</b>
Pessoal para manutenção	Empresa contrata e remunera	<b>Pessoal da locadora/rede</b>
Veículo reserva	Empresa tem que manter	<b>Fornecido pela locadora</b>
Assistência 24 horas	Empresa tem que contratar	<b>Serviço da locadora</b>
Roubo, incêndio ou colisão	Empresa assume	<b>O risco é da locadora</b>
Assessoria jurídica	Empresa contrata	<b>A locadora cuida de tudo</b>
Oportunidade do capital	Empresa investe na frota	<b>A locadora investe na frota</b>
Impostos	Empresa arca com os custos	<b>As despesas são da locadora</b>
Renovação da frota	Empresa investe	<b>Por conta da locadora</b>
Ociosidade da frota	Empresa paga	<b>Por conta da locadora</b>

Fonte: Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (ABLA)

O mercado de Locação de Veículos pode ser dividido em 2 principais grupos: (i) Rent-a-Car e (ii) Gestão e Terceirização de Frotas (“GTF”):

- a) Rent-a-Car: é um mercado com relativa concentração por parte das 3 maiores empresas do setor:
- b) Gestão e Terceirização de Frotas: o setor de GTF é mais pulverizado quando comparado com o mercado de RAC. Outra característica desse segmento é uma maior previsibilidade das receitas e fluxos de caixa, uma vez que o setor é baseado em contratos de longo prazo com grandes empresas (B2B) enquanto o segmento de RAC tem sua operação mais concentrada no serviço ao consumidor final (B2C) e é um mercado com relativa concentração por parte de 3 maiores empresas do setor:

#### **IV. Oportunidades de Crescimento nos Mercados de Seminovos e Pesados**

A Maestro Frotas tem duas avenidas de crescimento em dois segmentos específicos em que a companhia já tem atuação, mas ainda pouco relevante: varejo de seminovos e pesados.

- a) Varejo de Seminovos: o mercado de seminovos no Brasil tem atingido um volume alta de vendas, o que demonstra um relevante potencial de mercado para os veículos seminovos. Com a aquisição da Locarcity em 2018, a Maestro Frotas reforça sua presença no varejo de seminovos com sua segunda loja física no Sudeste, ampliando sua participação nesse segmento.
- b) Pesados: o mercado de pesados no Brasil também tem registrado um aumento significativo no volume de vendas. Há, portanto, um grande mercado para as locadoras de caminhões penetrarem, aumentando sua participação sobre a frota total. Além disso, trata-se de um segmento mais rentável vis-à-vis ao de locação de veículos quanto a margens e rentabilidade.

#### **ii. Condições de competição nos mercados**

O setor de locação de veículos no Brasil se caracteriza por ser bastante pulverizado, com *players* dos mais variados portes, sendo que vários deles atuam tanto em terceirização de frotas quanto em locação avulsa (diária). Na data deste Formulário de Referência, a Companhia considera como seus principais concorrentes e maiores *players* de mercado do setor de terceirização de frotas e locação de veículos as seguintes companhias: Localiza Rent a Car S.A., Companhia de Locação das Américas (Unidas), Movida Locação de Veículos S.A., Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e Ouro Verde Locação e Serviço S.A.

#### **d. eventual sazonalidade**

Os negócios de locação de frotas da Companhia não apresentam flutuações relevantes ao longo do ano.

**e. principais insumos e matérias primas, informando:**

**i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**

Os principais fornecedores da Companhia são as montadoras brasileiras, junto às quais adquirimos todos os veículos destinados aos contratos de terceirização, sejam eles para ampliação ou renovação de contrato.

**ii. Eventual dependência de poucos fornecedores**

A Companhia acredita que não é dependente de nenhuma montadora específica, tendo em vista que no segmento de terceirização de frotas, normalmente, a composição da frota é determinada pela categoria dos veículos, e não por marcas e modelos específicos.

**iii. Eventual volatilidade em seus preços**

A Companhia acredita que os preços dos veículos que adquire não estão sujeitos a intensa volatilidade.

**7.4 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:**

**a) montante total de receitas provenientes do cliente**

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 a Companhia não possuía clientes individualmente responsáveis por mais de 10% da receita líquida total.

**b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentava em suas demonstrações financeiras um único segmento, referente à locação de veículos.

**7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:**

**a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações**

O exercício de nossas atividades não está sujeito à obtenção de quaisquer autorizações governamentais, exceto pela obtenção de CNPJ emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, Inscrição Municipal e alvarás de licença e funcionamento expedidos pelas prefeituras municipais das cidades nas quais estão localizadas nossa sede e nossas filiais.

**b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.**

As atividades de aluguel de frotas exercidas pela Companhia não geram impactos ambientais significativos. Além disso, a Companhia não gera resíduos sólidos que necessitem de gerenciamento especial ou efluentes líquidos perigosos. A Companhia acredita que cumpre integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos ambientais atualmente aplicáveis às nossas atividades.

No entanto, está ciente de que a incapacidade de cumprir com quaisquer dessas disposições poderá sujeitá-la à imposição de sanções administrativas, que podem chegar a multas de valor significativo, além de sanções criminais e da obrigação de reparar o meio ambiente.

As emissões atmosféricas produzidas pela frota da Companhia estão sujeitas a programas de inspeção e manutenção de veículos em uso, que, em regra, são estaduais, mas, no caso dos municípios com frota igual ou superior a três milhões de veículos, podem ser municipais.

Embora tais programas ainda sejam incipientes, a Companhia sabe que a legislação ambiental tem se tornado progressivamente mais rigorosa. A exigência legal de eventuais novos padrões de controle de emissões atmosféricas geradas pelo setor de transporte, inclusive sobre os gases de efeito estufa liberados, pode elevar nossos custos operacionais.

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não aderiu a nenhuma norma de conduta específica ou padrões internacionais relativos à proteção ambiental, porém mitiga qualquer risco por meio da realização das manutenções programadas e pela prática de renovação constante da frota.

Adicionalmente, desde 2018 a Companhia participa de projeto de neutralização de carbono, que contribui com a restauração florestal do Parque Ecológico do Tietê, um bolsão ecológico de importante relevância ambiental para a cidade de São Paulo. Ainda em 2018 a Companhia recebeu a certificação do Instituto Brasileiro de Defesa da Natureza, pela participação, em um ato voluntário, na neutralização das emissões de carbono na atmosfera, por meio do plantio de árvores nativas minimizando os impactos causados ao meio ambiente, por suas atividades, com uma quantidade de Co<sup>2</sup> Neutro de 28,77 tCO<sup>2</sup>eq.

**c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.**

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, para designar produtos e serviços incluídos na classe em que a marca foi registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços, a qual pode se concretizar (mediante a concessão do registro), ou não (em caso de indeferimento do pedido).

A Companhia é titular do registro da marca nominativa "Maestro" e de suas duas logomarcas (marcas mistas "Maestro Frotas"), que foram concedidos pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI em 2018 e 2017.

A Companhia não utiliza patentes, licenças, concessões, franquias ou contratos de royalties para o desenvolvimento de suas atividades. Para mais informações a respeito dos ativos intangíveis relevantes da Companhia, vide item 9.1 b, deste Formulário de Referência.

**7.6. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:**

**a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não atua em mercados estrangeiros e, em razão disso as receitas auferidas pela Companhia provém exclusivamente de suas atividades desenvolvidas no Brasil.

**b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não atua em mercados estrangeiros e, em razão disso as receitas auferidas pela Companhia provém exclusivamente de suas atividades desenvolvidas no Brasil.

**c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não atua em mercados estrangeiros e, em razão disso as receitas auferidas pela Companhia provém exclusivamente de suas atividades desenvolvidas no Brasil.

**7.7 Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o Emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não atua em mercados estrangeiros e, portanto, não está sujeita aos efeitos da regulação estrangeira.

**7.8 – Em relação a políticas socioambientais, indicar:**

**a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga relatório de informações socioambientais.

**b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga relatório de informações socioambientais.

**c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga relatório de informações socioambientais.

**d. a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga relatório de informações socioambientais.

### **7.9 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 7 do Formulário de Referência.

## **8 – NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS**

### **8.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor**

Além daquelas informações relativas às operações societárias realizadas pela Companhia descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante da Companhia que não se enquadre como operação normal de seus negócios nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

## **8.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

### **8.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia ou suas controladas não diretamente relacionados com as suas atividades operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

#### **8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 8 do Formulário de Referência.

## **9 – ATIVOS RELEVANTES**

### **9.1 – Outros bens relevantes do ativo não circulante**

Todas as informações acerca dos bens do ativo não-circulante relevantes da Companhia estão descritas nas letras "a", "b" e "c" deste item 9.1.

### 9.1.a – Ativos Imobilizados

<b>Descrição do bem do ativo imobilizado</b>	<b>País de localização</b>	<b>UF de localização</b>	<b>Município de localização</b>	<b>Tipo de propriedade</b>
4.099 veículos em frota	Brasil	SP	São Paulo	Própria

### 9.1.b Patentes/ Marcas/ Licenças/ Concessões/ Franquias/ Contratos de Transferência de Tecnologia/ Nomes de Domínio

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequências da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 903694441, marca nominativa "MAESTRO", na Classe NCL(9) 39	Até 02/01/2028 renovável por períodos iguais e sucessivos de 10 anos.	Os registros de marca já concedidos podem ser extintos pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 e demais legislações correlatas ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual foi concedida para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 903694514, marca mista "MAESTRO FROTAS", na Classe NCL(9) 39	Até 02/01/2028 renovável por períodos iguais e sucessivos de 10 anos. * Sem direito ao uso exclusivo da expressão "FROTAS".	Os registros de marca já concedidos podem ser extintos pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 e demais legislações correlatas ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual foi concedida para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No	Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros

			<p>âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>
<p>Marcas</p>	<p>Registro nº 908921543, marca mista "MAESTRO FROTAS", na Classe NCL(10) 39</p>	<p>Até 05/09/2027 renovável por períodos iguais e sucessivos de 10 anos.</p>	<p>Os registros de marca já concedidos podem ser extintos pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, através de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 e demais legislações correlatas ou, ainda, através de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual foi concedida para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora a Companhia seja titular do registro de diversas de suas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto. A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre o sinal. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.</p>

Marcas	Registro nº 917312112, para a marca mista "Locarcity Grupo Maestro Frotas", na Classe NCL(11) 39	Aguardando exame de recurso contra o indeferimento.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI.	Não aplicável, trata-se de pedido de registro, a Companhia tem mera expectativa de direito.
--------	--	---	--	---

**9.1.c. Sociedades em que a Companhia tem participação**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro**

Não aplicável, uma vez que a Companhia em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020 a Companhia não possuía participações societárias em outras sociedades.

## **9.2 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 9 do Formulário de Referência.

## 10.1. Comentários dos Diretores

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.8 devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas históricas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Conforme detalhado nos itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência, a Companhia adquiriu, em 13 de dezembro de 2018, a totalidade das quotas do capital social da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") e passou a apresentar Demonstrações Financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 1º de agosto de 2019, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, na qual foi aprovada a incorporação da Locarcity com o objetivo de melhorar a sinergia na terceirização de sua frota. A incorporação foi concluída com a emissão do laudo contábil por avaliador especializado e independente e foi realizada nos termos do artigo 225 da Lei nº 6.404/1976, com data base de 31 de agosto de 2019, e desta forma, a Companhia passou a não apresentar Demonstrações Financeiras consolidadas a partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

De modo a propiciar comparabilidade às Demonstrações Financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas Demonstrações Financeiras combinadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 44 – Demonstrações Combinadas. Tais Demonstrações Financeiras combinadas do Grupo Maestro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 compreendem a Companhia e a Locarcity referidas como ("Grupo Maestro") e foram combinadas para refletir o efeito da incorporação descrita anteriormente como se esta tivesse ocorrido a partir de 1º de janeiro de 2019.

As Demonstrações Financeiras combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros, acionistas e instituições financeiras e que não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas. O comparativo das informações financeiras que derivam das Demonstrações Financeiras combinadas e das Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia, conforme descrito anteriormente, encontram-se no item 10.9 deste Formulário de Referência.

Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que a Companhia pudesse realizar uma avaliação a respeito do impacto da pandemia do Covid-19 em seus negócios, além das ponderações realizadas nos itens 10.1 e 10.9 e no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras da Companhia ao longo de um determinado tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia,

ou em relação ao total do ativo e total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração de seu balanço patrimonial.

Todas as informações apresentadas neste item estão em milhares ou milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

#### **a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

##### **(i) Liquidez Corrente e Geral**

A Diretoria entende que os indicadores de liquidez da Companhia são condizentes com seu plano de negócio, desenvolvimento de seus projetos e cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazos, conforme abaixo indicado:

<b>(em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2020 Individual</b>	<b>2019 Individual</b>	<b>2018 Consolidado</b>
Liquidez Corrente <sup>(1)</sup>	0,87	0,99	1,02
Liquidez Geral <sup>(2)</sup>	1,27	0,44	0,42

<sup>(1)</sup> O Índice de Liquidez Corrente corresponde ao quociente da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante da Companhia.

<sup>(2)</sup> O Índice de Liquidez Geral corresponde ao quociente da divisão (i) do resultado da soma do ativo circulante e realizável a longo prazo; pelo (ii) resultado da soma do passivo circulante e do passivo não circulante da Companhia.

**Liquidez corrente:** Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 68,0 milhões e o passivo circulante era de R\$ 77,7 milhões, representando um Índice de Liquidez Corrente de 0,87. Em 31 de dezembro de 2019, o mesmo Índice de Liquidez Corrente era de 0,99. Em 31 de dezembro de 2018, por sua vez, o Índice de Liquidez Corrente era de 1,02. Dada a sazonalidade da desmobilização da frota, em consonância com o término dos contratos com clientes, os índices sofrem oscilações consideráveis, porém é necessário avaliar tal índice em conjunto com as demonstrações de fluxo de caixa para inferir na continuidade das operações da Companhia, essa que por sua vez tem continuamente conseguido cumprir com suas dívidas de curto prazo ao longo dos anos.

**Liquidez Geral:** Em 31 de dezembro de 2020, o somatório do ativo circulante e do realizável a longo prazo era de R\$241,1 milhões e o somatório do passivo circulante e passivo não circulante era de R\$190,3 milhões, representando um Índice de Liquidez Geral de 1,27. Em 31 de dezembro de 2019, nosso índice de liquidez geral era de 0,44. Em 31 de dezembro de 2018, nosso Índice de Liquidez Geral era de 0,42. De maneira análoga à liquidez corrente os índices sofrem oscilações consideráveis, porém é necessário avaliar tal índice em conjunto com as demonstrações de fluxo de caixa para inferir na continuidade das operações da Companhia, essa que por sua vez tem continuamente conseguido cumprir com suas dívidas de curto e longo prazo ao longo dos anos.

##### **(ii) Covenants do Endividamento: Alavancagem Financeira**

O acompanhamento do capital é feito com base nos *covenants* da Companhia, que são estruturados pelo endividamento, patrimônio líquido, EBITDA e frota líquida da Companhia.

A dívida líquida é definida pela Companhia como sendo os empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras de uso restrito (circulante e não circulante).

Já a frota líquida é composta pela soma dos saldos de veículos, acessórios, imobilizado em curso e veículos em desativação para renovação da frota reduzidos de suas respectivas depreciações (exceto imobilizado em curso que não possui depreciação) e das provisões para perdas e roubos, conforme tabela abaixo:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2020 Individual	2019 Consolidado	2018 Individual
(+) Veículos Operacionais	150.216	163.133	156.461
(+) Imobilizado em Curso	14.791	13.409	316
(+) Acessórios	15955	11.101	7.408
(+) Veículos em desativação para renovação de frota	1.288	7.703	3.611
<b>Frota Bruta</b>	<b>182.249</b>	<b>195.346</b>	<b>167.796</b>
(-) Depreciação Acumulada Veículos Operacionais	(24.189)	(23.207)	(21.414)
(-) Depreciação Acumulada Acessórios	(7.580)	(5.437)	(3.134)
(-) Provisões para perdas e roubos	(587)	(414)	(34)
<b>Frota Líquida</b>	<b>149.893</b>	<b>166.288</b>	<b>143.214</b>

A definição de EBITDA ajustado está descrita no item 3.9 deste Formulário de Referência.

Além disso, a tabela abaixo apresenta os *covenants* da Companhia em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

(em milhares de Reais)	Em 31 de dezembro de		
	2019 Individual	2019 Individual	2018 Consolidado
Dívida Bruta <sup>(3)</sup>	172.183	181.360	144.491
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(23.747)	(5.191)	(35.018)
(-) Aplicações Financeiras de Uso Restrito (circulante e não circulante)	(24.778)	(41.809)	(2.056)
<b>Dívida Líquida<sup>(4)</sup></b>	<b>123.658</b>	<b>134.360</b>	<b>107.417</b>
Patrimônio Líquido	50.728	49.658	48.742
<b>Dívida Líquida<sup>(4)</sup> / Patrimônio Líquido</b>	<b>2,44</b>	<b>2,71</b>	<b>2,20</b>
EBITDA <sup>(5) (7)</sup> / EBITDA Ajustado <sup>(6) (7)</sup>	37.861	42.141 <sup>1</sup>	37.701 <sup>1</sup>
<b>Dívida Líquida<sup>(4)</sup> / EBITDA Ajustado</b>	<b>3,27</b>	<b>3,19</b>	<b>2,85</b>
Frota Líquida <sup>(2)</sup>	149.893	166.288	143.214
<b>Dívida Líquida / Frota Líquida</b>	<b>0,82</b>	<b>0,81</b>	<b>0,75</b>

A Administração entende que seus *covenants* estão condizentes com seu ciclo de negócios e acredita que sua alavancagem é sustentável para a continuidade de suas operações.

## b. estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a estrutura de capital da Companhia era a seguinte:

(em milhares de Reais, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2020 Individual	2019 Individual	2018 Consolidado
Total do passivo circulante e passivo não circulante (capital de terceiros)	190.354	209.626	169.539
Patrimônio líquido (capital próprio)	50.728	49.658	48.742
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (capital de terceiros + capital próprio)</b>	<b>241.082</b>	<b>259.284</b>	<b>218.281</b>
Capital de Terceiros <sup>(1)</sup>	78,96%	80,8%	77,7%
Capital Próprio <sup>(2)</sup>	21,04%	19,2%	22,3%

(1) O capital de terceiros corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.

(2) O capital próprio corresponde ao patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e patrimônio líquido.

## c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em e no exercício findo em 31 de dezembro de		
	2020 Individual	2019 Individual	2018 Consolidado
Dívida Bruta <sup>(1)</sup>	172.183	181.360	144.491
Dívida Líquida <sup>(2)</sup>	123.658	134.360	107.417

(1) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Vide reconciliação no item 3.2 deste Formulário de Referência.

(2) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), deduzido dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito (circulante e não circulante). A dívida líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*, e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Vide reconciliação no item 3.2 deste Formulário de Referência.

Considerando o perfil de endividamento, fluxo de caixa e posição de liquidez da Companhia, os diretores acreditam que a Companhia possui recursos de capital suficientes, em níveis de liquidez satisfatórios, para honrar seus compromissos

financeiros. Ainda que seja necessária a contratação de empréstimos e financiamentos para a condução dos negócios e para a implementação de sua estratégia de expansão e crescimento, os diretores acreditam que a Companhia tem condições de obtê-los e capacidade para pagá-los no curso normal de suas atividades.

Em 2018, a Companhia realizou duas emissões de debêntures que totalizaram R\$ 142 milhões captados a valor de mercado, sendo R\$ 80 milhões na segunda série em maio/18 e R\$ 62 milhões na terceira série em dezembro/18. Em novembro/19, concluiu a quarta série no valor total de R\$ 60 milhões, esta última com o objetivo de suportar crescimento orgânico e aumentar a liquidez disponível.

A Companhia monitora de forma sistemática a relação entre a sua dívida líquida, a frota e sua geração de caixa operacional, de modo que existe uma harmonia entre a aquisição de frota, desmobilização e captações, sendo esta observável no respeito dos *covenants* impostos nas operações estruturadas realizadas.

Para que o crescimento de frota não desequilibre a sustentabilidade financeira, a Companhia procura fazer captações junto ao mercado financeiro com *duration* de dívida maior que o dos contratos com clientes.

As captações de empréstimo têm sido feitas com prazo de pelo menos 36 meses, com *duration* equivalente a 18 meses, superior em 4 meses ao mesmo indicador dos contratos com clientes, melhorando o custo de captação de dívida e o modelo de *funding* da Companhia.

#### **d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas**

Para a aquisição de veículos, a Companhia utiliza a combinação entre capital próprio, geração de recursos pelos ativos e capital de terceiros para financiamento em capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Em geral, os investimentos em ativos não circulantes são financiados por meio de recursos próprios e por meio da captação de recursos. Portanto, sempre que a administração da Companhia entende apropriado, obtém empréstimos e financiamentos para realização dos investimentos da Companhia e cumprimento das obrigações financeiras por ela assumidas perante terceiros visando o menor custo financeiro que incorrerá no resultado vis a vis o aumento do lucro operacional antes dos impostos nos últimos anos.

#### **e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Para cobertura de deficiências de liquidez eventualmente constatadas, a Companhia pretende utilizar alternativas diversificadas de *funding* que incluem o aumento da exposição com os atuais parceiros e a abertura de novos relacionamentos bancários. A Companhia trabalha de forma planejada com o objetivo de ter sempre linhas de financiamento disponíveis antes de ter efetiva necessidade de financiamento e mantém posição de caixa suficiente para que possa escolher as melhores alternativas de *funding* nas várias condições de mercado, inclusive por meio de oferta pública de ações.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A maior parte do endividamento da Companhia é composta por contratos de empréstimos e financiamentos celebrados com instituições financeiras com o objetivo de financiar a aquisição de veículos para locação.

A variação do endividamento no exercício está diretamente relacionada à diferença de preço entre o carro novo e o desmobilizado na renovação da frota.

A margem operacional (EBITDA) e as variações nas contas de capital de giro, explicam o restante da variação do endividamento líquido. Com a emissão de debêntures a Companhia obteve importante alongamento do perfil do endividamento. A dívida com vencimento no curto prazo (circulante) aumentou ligeiramente com o menor número de linhas de financiamento tomadas, cujo prazo total contratado foi de 3-4 anos.

<b>Debêntures - Descritivo</b>	<b>2ª Emissão</b>	<b>3ª Emissão</b>	<b>4ª Emissão</b>
<b>Valor da Operação</b>	R\$ 80 milhões	R\$ 62 milhões	R\$ 60 milhões
<b>Data de Emissão</b>	04/05/2018	13/11/2018	23/10/19
<b>Prazo Total</b>	4 anos	4 anos	5 anos
<b>Garantias</b>	AF Veículos e CF Recebíveis de 125% do SD	AF Veículos de 120% do SD e CF Recebíveis de 120% PMT	AF Veículos de 120% do SD e CF Recebíveis de 120% PMT
<b>Covenants</b>	Dívida Líquida / EBITDA $\leq$ 4,25x Dívida Líquida / Patrimônio Líquido $\leq$ 3,25x Dívida Líquida / Frota Líquida $\leq$ 0,85x Prejuízo Auferido na Desmobilização de Frota $\leq$ 0,07 Verificação Trimestral		
<b>Agente Fiduciário</b>	Planner	Pentágono	Pentágono

FONTE: COMPANHIA

Ainda, determinados contratos financeiros firmados pela Companhia estabelecem restrições à distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, inclusive ao mínimo obrigatório, em caso de descumprimento de determinados índices de endividamento neles previstos, conforme descritos acima.

Esta flexibilidade financeira adicional, num momento de crédito escasso e muito seletivo, posiciona a Companhia de forma sólida para enfrentar os desafios econômicos atuais.

**ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Em 31 de dezembro de 2020, 2019, 2018 a Companhia não possuía em seu passivo qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras relevantes, além daquelas mencionadas no item anterior.

**iii) grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

**iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

A Companhia é parte em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, (incluindo escrituras de emissão de debêntures), que preveem a antecipação do vencimento da respectiva dívida e restrição a alienação do controle societário, que ocorre quando do não atendimento aos indicadores estabelecidos. Especificamente na 4ª debentures, a Companhia tem uma restrição que veda a realização de qualquer operação societária que implique em diluição de mais de 20% Para mais informações sobre os indicadores, vide item 10.1.f.(i) deste Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia estava em cumprimento com seus *covenants* financeiros.

**g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a Companhia não possuía financiamentos já contratados para recebimento e utilização em parcelas. Desta forma, a totalidade dos recursos disponíveis nos termos dos contratos e instrumentos financeiros celebrados pela Companhia foram integralmente disponibilizados e tomados de acordo com os termos contratados.

## h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

### COMPARAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares de Reais, exceto %)	AV %		AV %		Variação % 2020 x 2019
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>68.023</b>	28,2%	<b>76.402</b>	29,5%	-11,0%
Caixa e equivalentes de caixa	23.747	9,9%	5.191	2,0%	357,5%
Aplicações financeiras uso restrito	22.722	9,4%	39.753	15,3%	-42,8%
Contas a receber de clientes	16.953	7,0%	20.124	7,8%	-15,8%
Veículos em desativação	1.288	0,5%	7.703	3,0%	-83,3%
Impostos a recuperar	643	0,3%	644	0,2%	-0,2%
Despesas antecipadas	1.922	0,8%	1.697	0,7%	13,3%
Outras contas a receber	748	0,3%	1.290	0,5%	-42,0%
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>173.059</b>	71,8%	<b>182.882</b>	70,5%	-5,4%
Aplicações financeiras uso restrito	2.056	0,9%	2.056	0,8%	0,0%
Despesas Antecipadas	624	0,3%	899	0,3%	-30,6%
Outras contas a receber	485	0,2%	-	0,0%	0,0%
Depósitos judiciais	16	0,0%	68	0,0%	-76,5%
IRPJ e CSLL corrente e diferido	13.466	5,6%	12.365	4,8%	8,9%
Imobilizado	148.828	61,7%	159.005	61,3%	-6,4%
Intangível	6.976	2,9%	7.411	2,9%	-5,9%
Direito de uso	608	0,3%	1.078	0,4%	-43,6%
<b>Total do ativo</b>	<b>241.082</b>	100,0%	<b>259.284</b>	100,0%	-7,0%

#### TOTAL DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2020, o total do ativo da Companhia apresentou uma redução de 7,0%, ou R\$ 18,2 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019.

#### ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante da Companhia teve redução de R\$ 8,4 milhões, ou 11,0%, passando de R\$ 76,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 68,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu principalmente em razão da utilização de caixa para aquisição de novos veículos e da menor safra alocada para revenda em decorrência de término de contratos.

#### ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia teve redução de R\$ 9,8 milhões, ou 5,4%, passando de R\$ 182,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 173,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu principalmente devido a redução da frota (imobilizado) da Companhia.

(em milhares de Reais, exceto %)	AV %		AV %		Variação % 2020 x 2019
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>77.766</b>	32,3%	<b>74.093</b>	28,6%	5,0%
Fornecedores	1.866	0,8%	12.033	4,6%	-84,5%
Empréstimos e financiamentos	9.889	4,1%	6.156	2,4%	60,6%
Debêntures a pagar	54.845	22,7%	41.794	16,1%	31,2%
Passivo de arrendamento	386	0,2%	456	0,2%	-15,4%
Salários, encargos e contribuições sociais	687	0,3%	730	0,3%	-5,9%
Obrigações tributárias	3.138	1,3%	1.252	0,5%	150,6%
Outras contas a pagar	1.237	0,5%	1.838	0,7%	-32,7%
Adiantamento de clientes	5.718	2,4%	9.834	3,8%	-41,9%
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>112.588</b>	46,7%	<b>135.533</b>	52,3%	-16,9%
Empréstimos e financiamentos	39.896	16,5%	11.747	4,5%	239,6%
Debêntures a pagar	67.553	28,0%	121.663	46,9%	-44,5%
Adiantamento de clientes	4.273	1,8%	841	0,3%	408,1%
Passivo de arrendamento	197	0,1%	652	0,3%	-69,8%
Provisão para contingências	669	0,3%	630	0,2%	6,2%
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>50.728</b>	21,0%	<b>49.658</b>	19,2%	2,2%
Capital social	51.735	21,5%	51.735	20,0%	0,0%
Reserva de lucros	3.796	1,6%	3.796	1,5%	0,0%
Prejuízos acumulados	(4.803)	-2,0%	(5.873)	-2,3%	-18,2%
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>241.082</b>	100,0%	<b>259.284</b>	100,0%	-7,0%

## TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2020, o total do passivo e patrimônio líquido da Companhia apresentou uma diminuição de 7,0% ou R\$ 18,2 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2019.

### PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Companhia aumentou 5,0%, ou R\$ 3,7 milhões, passando de R\$ 74,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 77,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se principalmente em decorrência do aumento da dívida com obrigações tributárias.

### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia diminuiu 16,9%, ou R\$ 22,9 milhões, passando de R\$ 135,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 112,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência da diminuição do saldo devedor das debêntures que se encontrava no passivo não circulante.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 2,2%, passando de R\$ 49,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 50,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de R\$ 1,1 milhão, valor este referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**COMPARAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

<b>ATIVO (em milhares de Reais, exceto %)</b>	<b>Em 31.12.19(i ndividual)</b>	<b>AV % 31.12.19</b>	<b>Em 31.12.18( consolidad o)</b>	<b>AV % 31.12.18</b>	<b>Varição % 2019 x 2018</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>72.992</b>	<b>28,2%</b>	<b>53.286</b>	<b>24,4%</b>	<b>37,0%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.191	2,0%	35.018	16,0%	-85,2%
Aplicações Financeiras de Uso Restrito	39.753	15,3%	-	-	N/A
Contas a Receber de Clientes	16.714	6,4%	10.263	4,7%	62,9%
Veículos em Desativação para Renovação de Frota	7.703	3,0%	3.611	1,7%	113,3%
Tributos a Recuperar	644	0,2%	879	0,4%	-26,7%
Despesas Antecipadas	1.697	0,7%	2.681	1,2%	-36,7%
Outras Contas a Receber	1.290	0,5%	834	0,4%	54,7%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>186.292</b>	<b>71,8%</b>	<b>164.995</b>	<b>75,6%</b>	<b>12,9%</b>
Aplicações Financeiras de Uso Restrito	2.056	0,8%	2.056	0,9%	0,0%
Contas a Receber de Clientes	3.410	1,3%	2.683	1,2%	27,1%
Depósitos Judiciais	68	0,0%	34	0,0%	100,0%
Despesas Antecipadas	899	0,3%	331	0,2%	171,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12.365	4,8%	12.095	5,5%	2,2%
Outras Contas a Receber	-	-	226	0,1%	-100,0%
Imobilizado	159.005	61,3%	140.353	64,3%	13,3%
Intangível	7.411	2,9%	7.217	3,3%	2,7%
Direito de Uso	1.078	0,4%	-	-	N/A
<b>Total do ativo</b>	<b>259.284</b>	<b>100,0%</b>	<b>218.281</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,8%</b>

**TOTAL DO ATIVO**

Em 31 de dezembro de 2019, o total do ativo da Companhia apresentou um crescimento de 18,8%, ou R\$ 41,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2018.

**ATIVO CIRCULANTE**

O ativo circulante da Companhia teve aumento de R\$ 15,3 milhões, passando de R\$ 53,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 73,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Esse aumento ocorreu principalmente em razão da saída de caixa para pagamento da aquisição da Locarcity em 2018, da utilização de aplicações financeiras de uso restrito para compra de veículos (que são tidas como garantias dos empréstimos da Companhia) e do aumento da frota em desmobilização.

## ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante da Companhia aumentou R\$ 21,3 milhões, ou 12,9%, passando de R\$ 165,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 186,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento da frota líquida da Companhia (imobilizado), tanto organicamente quanto com a aquisição da Locarcity em 2018.

<b>PASSIVO &amp; PL (em milhares de Reais, exceto %)</b>	<b>Em 31.12.19(i ndividual)</b>	<b>AV % 31.12.19</b>	<b>Em 31.12.18(c onsolidado )</b>	<b>AV % 31.12.18</b>	<b>Variação % 2019 x 2018</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>74.093</b>	<b>28,6%</b>	<b>52.345</b>	<b>24,0%</b>	<b>41,5%</b>
Fornecedores	12.033	4,6%	3.564	1,6%	237,6%
Empréstimos e Financiamentos	6.156	2,4%	6.292	2,9%	-2,2%
Debêntures a Pagar	41.794	16,1%	21.342	9,8%	95,8%
Salários, Encargos e Contribuições Sociais	730	0,3%	667	0,3%	9,4%
Obrigações Tributárias	1.252	0,5%	718	0,3%	74,4%
Contas a Pagar por Aquisição de Negócio	-	-	17.337	7,9%	-100,0%
Outras Contas a Pagar	1.838	0,7%	2.425	1,1%	-24,2%
Passivo de Arrendamento	456	0,2%	-	-	N/A
Adiantamento de Clientes	9.834	3,8%	-	-	N/A
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>135.533</b>	<b>52,3%</b>	<b>117.194</b>	<b>53,7%</b>	<b>15,6%</b>
Empréstimos e Financiamentos	11.747	4,5%	12.499	5,7%	-6,0%
Debêntures a Pagar	121.663	46,9%	104.358	47,8%	16,6%
Passivo de Arrendamento	652	0,3%	-	-	N/A
Adiantamento de Clientes	841	0,3%	-	-	N/A
Outras Contas a Pagar	-	-	227	0,1%	-100,0%
Provisão para Contingências	630	0,2%	110	0,1%	472,7%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>49.658</b>	<b>19,2%</b>	<b>48.742</b>	<b>22,3%</b>	<b>1,9%</b>
Capital Social	51.735	20,0%	51.735	23,7%	0,0%
Reserva de Lucros	3.796	1,5%	3.796	1,7%	0,0%

Prejuízos Acumulados	(5.873)	-2,3%	(6.789)	-3,1%	-13,5%
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>259.284</b>	<b>100,0%</b>	<b>218.281</b>	<b>100,0%</b>	<b>18,8%</b>

## **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em 31 de dezembro de 2019, o total do passivo e patrimônio líquido da Companhia apresentou um crescimento de 18,8% ou R\$ 41,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2018.

## **PASSIVO CIRCULANTE**

O passivo circulante da Companhia aumentou 41,5%, ou R\$ 21,8 milhões, passando de R\$ 52,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 74,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se principalmente em decorrência de uma compra maior de veículos junto à fornecedores, do aumento da dívida com debêntures (4ª emissão em novembro/2019), da quitação do pagamento da aquisição da Locarcity e da contabilização de um adiantamento recebido em forma de garantia de um determinado cliente com expressividade na composição da receita da Companhia.

## **PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

O passivo não circulante da Companhia aumentou R\$ 18,3 milhões, ou 15,6%, passando de R\$ 117,2 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 135,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se, quase que inteiramente, em decorrência do aumento da dívida com debêntures.

## **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido da Companhia aumentou 1,9%, passando de R\$ 48,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 49,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$ 1 milhão, valor este referente ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que foi contabilizado.

**COMPARAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E INDIVIDUAL 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

<b>ATIVO</b> <b>(em milhares de Reais, exceto %)</b>	<b>Em</b> <b>31.12.18</b> <b>(consolidado)</b>	<b>AV %</b> <b>31.12.18</b>	<b>Em</b> <b>31.12.17</b> <b>(individual)</b>	<b>AV %</b> <b>31.12.17</b>	<b>Variação %</b> <b>2018 x 2017</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>53.286</b>	<b>24,4%</b>	<b>24.377</b>	<b>17,9%</b>	<b>118,6%</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.018	16,0%	11.239	8,2%	211,6%
Aplicações Financeiras de Uso Restrito	-	-	900	0,7%	-100,0%
Contas a Receber de Clientes	10.263	4,7%	9.230	6,8%	11,2%
Veículos em Desativação para Renovação de Frota	3.611	1,7%	538	0,4%	571,2%
Tributos a Recuperar	879	0,4%	595	0,4%	47,7%
Despesas Antecipadas	2.681	1,2%	1.023	0,8%	162,1%
Outras Contas a Receber	834	0,4%	852	0,6%	-2,1%
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>164.995</b>	<b>75,6%</b>	<b>111.938</b>	<b>82,1%</b>	<b>47,4%</b>
Aplicações Financeiras de Uso Restrito	2.056	0,9%	3.316	2,4%	-38,0%
Contas a Receber de Clientes	2.683	1,2%	2.391	1,8%	12,2%
Depósitos Judiciais	34	0,0%	-	-	N/A
Despesas Antecipadas	331	0,2%	924	0,7%	-64,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	12.095	5,5%	11.825	8,7%	2,3%
Outras Contas a Receber	226	0,1%	452	0,3%	-50,0%
Imobilizado	140.353	64,3%	93.025	68,2%	50,9%
Intangível	7.217	3,3%	5	0,0%	144.240,0%
<b>Total do ativo</b>	<b>218.281</b>	<b>100,0%</b>	<b>136.315</b>	<b>100,0%</b>	<b>60,1%</b>

**TOTAL DO ATIVO**

Em 31 de dezembro de 2018, o total do ativo da Companhia apresentou um crescimento de 60,1%, ou R\$ 82,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2017.

**ATIVO CIRCULANTE**

O ativo circulante da Companhia teve aumento de R\$ 28,9 milhões, passando de R\$ 24,4 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 53,3 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Esse aumento ocorreu principalmente em razão do aumento das disponibilidades da Companhia (caixa e equivalentes de caixa) e do aumento da frota em desmobilização.

**ATIVO NÃO CIRCULANTE**

O ativo não circulante da Companhia aumentou R\$ 53,1 milhões, ou 47,4%, passando de R\$ 111,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 165,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento da frota oriundo da Locarcity e do intangível originado também pela aquisição da Locarcity.

<b>PASSIVO &amp; PL</b> (em milhares de Reais, exceto %)	<b>Em</b> <b>31.12.18</b> (consolida do)	<b>AV %</b> <b>31.12.18</b>	<b>Em</b> <b>31.12.17</b> (individual )	<b>AV %</b> <b>31.12.17</b>	<b>Variação</b> <b>%</b> <b>2018 x</b> <b>2017</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>52.345</b>	<b>24,0%</b>	<b>42.623</b>	<b>19,5%</b>	<b>22,8%</b>
Fornecedores	3.564	1,6%	6.148	2,8%	-42,0%
Empréstimos e Financiamentos	6.292	2,9%	22.104	10,1%	-71,5%
Debêntures a Pagar	21.342	9,8%	11.146	5,1%	91,5%
Salários, Encargos e Contribuições Sociais	667	0,3%	482	0,2%	38,4%
Obrigações Tributárias	718	0,3%	714	0,3%	0,6%
Contas a Pagar por Aquisição de Negócio	17.337	7,9%	-	-	N/A
Outras Contas a Pagar	2.425	1,1%	2.029	0,9%	19,5%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>117.194</b>	<b>53,7%</b>	<b>43.790</b>	<b>20,1%</b>	<b>167,6%</b>
Empréstimos e Financiamentos	12.499	5,7%	31.289	14,3%	-60,1%
Debêntures a Pagar	104.358	47,8%	12.031	5,5%	767,4%
Outras Contas a Pagar	227	0,1%	452	0,2%	-49,8%
Provisão para Contingências	110	0,1%	18	0,0%	511,1%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>48.742</b>	<b>22,3%</b>	<b>49.902</b>	<b>22,9%</b>	<b>-2,3%</b>
Capital Social	51.735	23,7%	51.735	23,7%	0,0%
Reserva de Lucros	3.796	1,7%	3.796	1,7%	0,0%
Prejuízos Acumulados	(6.789)	-3,1%	(5.629)	-2,6%	20,6%
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>218.281</b>	<b>100,0%</b>	<b>136.315</b>	<b>100,0%</b>	<b>60,1%</b>

## TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, o total do passivo e patrimônio líquido da Companhia apresentou um crescimento de 60,1% ou R\$ 82,0 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2017.

### PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante da Companhia aumentou 22,8%, ou R\$ 9,7 milhões, passando de R\$ 42,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 52,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deu-se principalmente em decorrência do aumento das debêntures a pagar e do valor remanescente da aquisição da Locarcity.

### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O passivo não circulante da Companhia aumentou R\$ 73,4 milhões, passando de R\$ 43,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 117,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deu-se exclusivamente pelo aumento da dívida com debêntures.

### PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Companhia diminuiu 2,3%, passando de R\$ 49,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 48,7 milhões em 31 de dezembro de 2018,

representando uma redução de R\$ 1,2 milhão, valor este referente ao prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 que foi contabilizado.

**Demonstrações dos resultados****Exercício social encerrado em dezembro de**

	2020	AV	2019	AV	Variação 2020x2019	
(R\$ em milhares)		(%)		(%)		(%)
Receita líquida	118.808	100%	114.913	100%	3.895	3%
Bruta de Locação	68.181	57%	72.374	63%	(4.193)	-6%
(-) impostos sobre receita locação	(6.305)	5%	(6.699)	6%	394	-6%
Venda de veículos	56.932	48%	49.238	43%	7.694	16%
Custo de locação e venda de veículos	(83.096)	70%	(79.282)	69%	(3.814)	5%
Lucro bruto	35.712	30%	35.631	31%	81	0%
(Despesas) receitas operacionais adm. e gerais (a)	(17.837)	15%	(13.731)	12%	(4.116)	30%
Outras receitas operacionais (b)	-	-	930	1%	930	-100%
Total operacionais (a)+(b)	(17.837)	15%	(12.801)	11%	5.036	39%
Resultado antes das despesas fin. líq. e impostos	17.875	15%	22.830	20%	(4.955)	-22%
Despesas financeiras	(17.567)	15%	(22.433)	20%	4.866	-22%
Receitas financeiras	1.021	1%	2.452	2%	(1.431)	-58%
Despesas financeiras, líquidas	(16.546)	14%	(19.981)	17%	3.435	-17%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.329	1%	2.850	2%	(1.521)	-53%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(259)	0%	(1.934)	2%	1.675	-87%
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>1.070</b>	<b>1%</b>	<b>916</b>	<b>1%</b>	<b>(154)</b>	<b>17%</b>

**RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS**

A receita bruta total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

(R\$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
Aluguel	42.070	47.235	72.374	68.181
Venda de carros	32.809	19.417	49.238	56.932
<b>Total</b>	<b>74.879</b>	<b>66.652</b>	<b>121.612</b>	<b>125.113</b>
Crescimento	2017	2018	2019	2020
Aluguel	4%	12%	53%	-6%
Venda de carros	40%	-41%	154%	16%

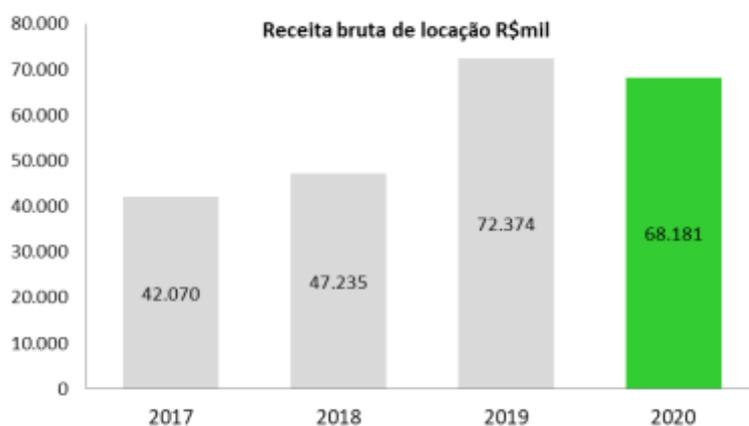
## Evolução da receita

A receita de aluguel de veículos em 2020 apresentou diminuição de 6% em relação ao ano anterior, atingindo R\$68,1milhões. Esta queda ocorreu principalmente pela demora na retomada do ritmo de produção das montadoras pós ajuste pelo Covid, em especial nos últimos meses do ano. Estivessem todos os carros contratados por clientes disponíveis nos prazos usuais, a receita de aluguel teria aumentado em relação ao ano anterior.

Também contribuíram para esta queda os descontos pontuais concedidos a clientes no início da pandemia (março-abril) no valor equivalente a R\$928mil.

A receita de aluguel é composta por veículos leves e pesados. Dentro do alinhamento estratégico de aumentar a participação de pesados no mix da frota, terminamos o ano com 21,8% do faturamento de aluguel neste segmento, aumento em relação a 13,9% do total em 2019.

Em 2020, a frota locada média foi de 3.650 veículos em comparação com 3.361 de 2019 aumento equivalente a 8,6%.



## Custo de Locação e Venda de Veículos

(R\$ em milhares)	2020	2019
	Maestro	Consolidado
Custos de manutenção	(14.509)	(16.408)
Custos com depreciação	(17.043)	(18.194)
Custos Veículos Vendidos	(53.651)	(46.380)
Outros Custos c/ Veículos Vendidos	(979)	(334)
Custos com pessoal	(2.290)	(2.285)
Recuperação créditos PIS/COFINS	4.133	4.318
Receita de taxa de administração de multas	118	-
Outras receitas (custos) operacionais	1.125	-
Total do Custo de Locação e Venda Veículos	(83.096)	(79.282)

No fim do exercício de 2020, os custos de locação e venda de veículos representaram 70% da receita líquida total, mantendo relativa estabilidade em relação ao patamar do ano anterior.

Os custos de venda de veículos totalizaram R\$53,6milhões em 2020 aumento de 15,7% em relação ao ano anterior.

Em linha com o histórico de vários períodos anteriores, o resultado de venda de veículos foi positivo, tendo a receita de venda de carros subido 16% (nota anterior).

Os custos diretos de locação, totalizados sem os custos de venda de veículos, alcançaram R\$28,4milhões em 2020, frente ao valor de R\$32,5milhões do ano anterior, redução de R\$4,1milhões.

Vale ressaltar que as contas de "taxa de administração de multas" e "recuperação de custos" foram reclassificadas em 2020 para este grupo "Custo de Locação e Vendas de Veículos". No fechamento de 2019 estavam classificados no grupo "Despesas Operacionais Administrativas e Gerais".

Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais:

- Custos com depreciação que atingiram R\$17,0milhões em 2020, apresentando diminuição de 6,3% em relação ao ano anterior. Este valor equivale a uma depreciação média em 2020 de 9,22% sobre o valor do ativo (veículos) bruto, índice inferior aos 10,3% registrados no ano anterior. O resultado na venda de veículos (vide nota específica) corrobora que a depreciação tem sido corretamente incorporada ao preço do aluguel mensal.
- Custos de manutenção (incluindo custo com pessoal) atingiu R\$16,8milhões, redução de R\$2milhões equivalente a 11% em relação ao ano anterior. Este indicador demonstra o aumento da eficiência operacional ao passar de 10,6% para 9,1% do ativo bruto médio em 12 meses.
- Recuperação de crédito de PIS/COFINS, conta credora, que atingiu R\$4,1milhões em 2020 frente ao valor de R\$4,3milhões em 2019. Redução de 4,6% em linha com a receita de locação.

### **Lucro Bruto**

O Lucro Bruto atingiu R\$35,7milhões redução de 4,7% em relação ao ano anterior em linha com a variação da receita de locação no exercício.

## Despesas administrativas e gerais

(R\$ em milhares)	2020	2019
	Maestro	Consolidado
DESPEAS GERAIS e ADM.		
Despesas com pessoal (Adm/Com)	(6.643)	(6.627)
Serviços de terceiros	(1.427)	(2.236)
Despesas com ocupação	(665)	(878)
Despesas gerais	(1.635)	(2.057)
PECLD	(3.470)	(395)
Reversão de PECLD	-	452
Perda com incobráveis	(1)	-
Despesa com Depreciação e Amortização	(1.239)	(1.116)
Despesas de comunicação	(371)	(237)
Impostos sobre outras receitas	(682)	(637)
Despesas com IPO e M&A	(1.704)	-
Receita de taxa de administração de multas	-	187
Outras receitas (despesas) operacionais	-	742
<b>Total Despesas</b>	<b>(17.837)</b>	<b>(12.801)</b>

Para efeito de comparação com o ano anterior, excluiremos despesas não recorrentes de IPO e M&A no valor de R\$1.7milhões. A análise dos parágrafos abaixo segue a partir dos números recorrentes de 2020 em relação ao ano anterior.

Desta forma, a soma das despesas administrativas e gerais recorrentes de 2020 atingiu R\$16,1 milhões (R\$17,8 milhões – R\$1,7 milhões), o que equivale a um aumento de R\$3,3 milhões ou 25,8% em relação à base comparável do ano anterior. Este aumento deve-se principalmente pelo aumento de R\$3mm no ano da PECLD. Aproximadamente metade deste valor vem de um único cliente cujo contrato foi iniciado em 2019. Este evento específico não está relacionado com o quadro da pandemia.

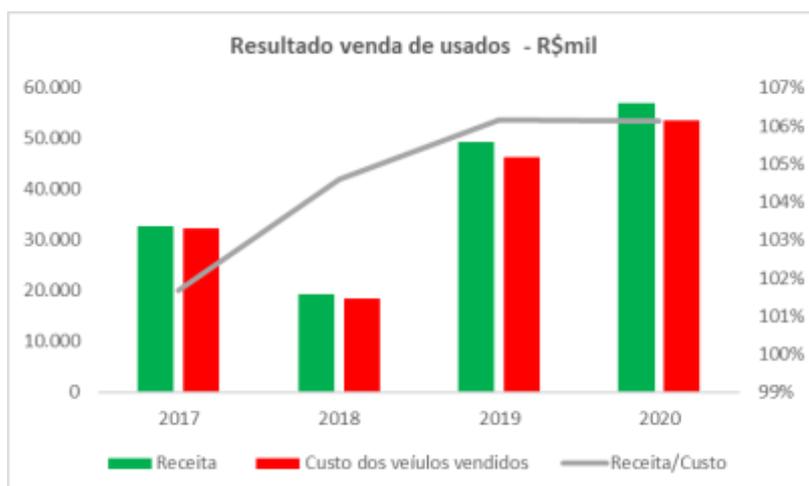
Vale ressaltar que as contas de “taxa de administração de multas” e “recuperação de custos” foram reclassificadas em 2020 para este grupo “Custo de Locação e Vendas de Veículos”. No fechamento de 2019 estavam classificados no grupo “Despesas Operacionais Administrativas e Gerais”.

## Resultado na Venda de Veículos – Desativação da Frota

Em 2020, vendemos os veículos seminovos a 106% do custo total, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos temos vendidos nossos carros através de nossa rede de parceiros lojistas em todo território nacional.

O aumento de 16% no volume de vendas deve-se ao maior número de contratos vencendo em relação ao ano anterior.

(R\$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
			Consolidado	Maestro
Receita	32.809	19.417	49.238	56.932
Custo dos veículos vendidos	32.272	18.564	46.380	53.651
Resultado	537	853	2.858	3.281
Receita/Custo	102%	105%	106%	106%



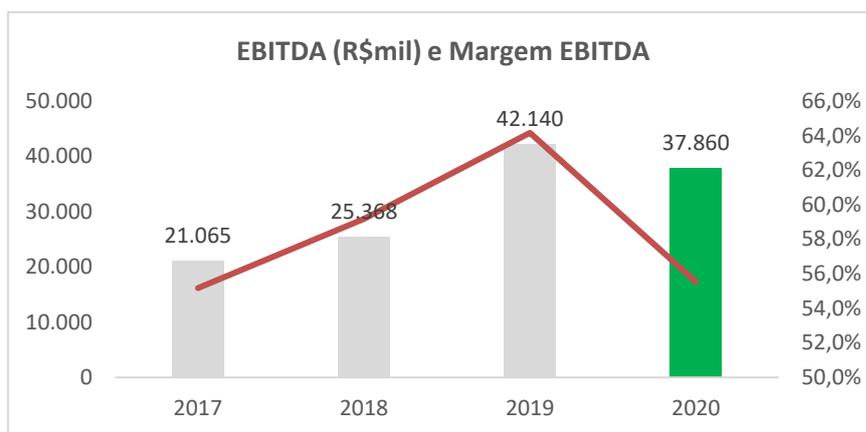
## EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA recorrente (ajustado) em 2020 atingiu R\$37,9 milhões redução de R\$4,2 milhões em relação ao ano anterior. Como mencionado anteriormente 3 fatores transitórios contribuíram para este efeito:

- A redução da receita de locação pela diminuição da velocidade de implantação de novos contratos com o gargalo da disponibilidade de veículos no mercado, em especial no segundo semestre. Portanto, um reflexo na rentabilidade em razão da pandemia, assim como os descontos concedidos.
- Do evento pontual de um cliente elevando a PECLD em R\$3mm em relação ao ano anterior.
- Queda dos juros ao longo do ano que ocasionou queda nos preços e rental rate.

(R\$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
			Consolidado	Maestro
EBITDA	21.065	25.368	42.140	36.156
Despesas não recorrentes (*)	-	-	-	1.704
EBITDA Ajustado	21.065	25.368	42.140	37.860
Crescimento EBITDA	24%	20%	66%	-10%
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>55,2%</b>	<b>59,2%</b>	<b>64,2%</b>	<b>55,5%</b>

(\*) Gastos com IPO



### Despesas Financeiras Líquidas

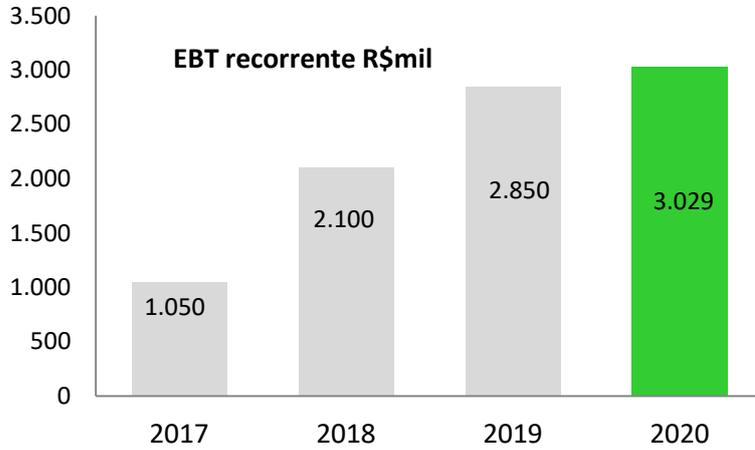
Em 2020, as despesas financeiras líquidas caíram R\$3,4m, equivalente a 17%, mesmo com o aumento da dívida bruta média em 8,5%.

Sem grandes volumes de novos empréstimos contraídos em 2020 contribuíram de forma importante para esta redução:

- Endividamento caindo 9% (vide quadro abaixo).
- Queda do cdi que acumulou 2,75% no exercício de 12 meses de 2020 frente a 5,96% do ano anterior. Praticamente todo o endividamento é pós-fixado.

### Lucro antes de Impostos e Lucro Líquido

O lucro líquido antes dos tributos foi impactado pelo aumento da provisão da PECLD no montante de R\$3milhões (queda de receita, PECLD pontual) sendo maior que a diminuição das despesas financeiras. Se não fosse o evento pontual de PECLD de um cliente específico, 2020 teria apresentado o maior lucro antes de impostos da história, mesmo num cenário de pandemia, e teria se aproximado de R\$4milhões.



**COMPARAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO INDIVIDUAL RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADA À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADA RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (individual)		Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (consolidado)		Δ 19/18
		AV		AV	
<b>Receita Líquida</b>	<b>91.948</b>	<b>100%</b>	<b>63.073</b>	<b>100%</b>	<b>46%</b>
Custo de Locação e Venda de Veículos	(61.810)	(67)%	(40.784)	(65)%	<b>52%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>30.138</b>	<b>33%</b>	<b>22.289</b>	<b>35%</b>	<b>35%</b>
Despesas Administrativas e Gerais	(12.624)	(14)%	(9.245)	(15)%	<b>37%</b>
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	859	1%	849	1%	<b>1%</b>
Resultado de equivalência patrimonial	2.875	3%	-	-	<b>N/A</b>
<b>Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos</b>	<b>21.248</b>	<b>23%</b>	<b>13.893</b>	<b>22%</b>	<b>53%</b>
Despesas Financeiras	(22.232)	(24)%	(17.312)	(27)%	<b>28%</b>
Receitas Financeiras	2.263	2%	1.989	3%	<b>14%</b>
Despesas financeiras, líquidas	(19.969)	(22)%	(15.323)	(24)%	<b>30%</b>
<b>Lucro Antes dos Tributos</b>	<b>1.279</b>	<b>1%</b>	<b>(1.430)</b>	<b>(2)%</b>	<b>-189%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(631)	(1)%	-	-	<b>N/A</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	269	0%	270	0%	<b>0%</b>
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>916</b>	<b>1%</b>	<b>(1.160)</b>	<b>(2)%</b>	<b>-179%</b>

**RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS**

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
	Individual		Consolidado		
Locação de Veículos	60.531	66%	47.882	76%	26%
Venda de Veículos	37.016	40%	19.620	31%	89%
<b>Total</b>	<b>97.547</b>	<b>106%</b>	<b>67.502</b>	<b>107%</b>	<b>45%</b>
Impostos sobre serviços e vendas	(5.599)	-6%	(4.429)	-7%	26%
<b>Receita líquida</b>	<b>91.948</b>	<b>100%</b>	<b>63.073</b>	<b>100%</b>	<b>46%</b>

A receita bruta de locação de veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 apresentou aumento de 26% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 60,5

milhões. Esta variação é devida principalmente à contribuição, desde janeiro, da frota da Locarcity. Em 2019, a frota locada média foi de 3.361 veículos em comparação com 2.419 de 2018, aumento equivalente a 39%.

## CUSTO DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
	Individual		Consolidado		
Custos de manutenção	(12.936)	21%	(11.761)	29%	10%
Custos com depreciação	(15.657)	25%	(11.549)	28%	36%
Custos dos veículos vendidos	(34.373)	56%	(18.646)	46%	84%
Outros custos com veículos vendidos	(335)	1%	(98)	0%	242%
Custos com pessoal	(2.081)	3%	(1.550)	4%	34%
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	3.572	-6%	2.820	-7%	27%
<b>Custo de locação e venda de veículos</b>	<b>(61.810)</b>	<b>100%</b>	<b>(40.784)</b>	<b>100%</b>	<b>52%</b>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos de locação e venda de veículos representaram 67% da receita líquida total, comparado a 65% no ano anterior.

Os custos dos veículos vendidos e outros custos com veículos vendidos totalizaram R\$ 34,7 milhões em 2019, valor superior em R\$ 16,0 milhões ao ano anterior e consistente com a maior receita da venda associada de R\$ 37,0 milhões, acarretando assim a desmobilização da frota acima do valor do *book* (107% do custo total), evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos a Companhia tem vendido seus carros através de sua rede de parceiros lojistas em todo território nacional.

Os custos diretos de locação, que correspondem aos custos de manutenção, depreciação, pessoal e receita com recuperação de créditos de PIS e COFINS, alcançaram R\$ 27,1 milhões em 2019, frente ao valor de R\$ 22,0 milhões do ano anterior, aumento de R\$ 5,1 milhões.

Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais:

- **Custos com Depreciação:** Atingiram R\$ 15,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentando aumento de 36% em relação ao ano anterior. Este valor equivale a uma depreciação média em 2019 de 8,6% sobre o valor do ativo (veículos) bruto, índice superior aos 8,5% registrados no ano anterior. Contribuíram para este aumento a maior penetração de caminhões e de veículos de aplicativos na carteira total. O resultado na venda de veículos corrobora que este aumento de depreciação tem sido corretamente incorporado ao aluguel mensal;
- **Custos de Manutenção (incluindo Custo com Pessoal):** Atingiram R\$ 15,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram 13% maiores que em 2018, crescimento também decorrente do aumento de frota, mas inferior ao crescimento da receita de locação;
- **Recuperação de Crédito de PIS/COFINS:** Aumento (com efeito redutor no custo total direto, por ser uma receita) de 27%, equivalente à R\$

0,8 milhão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, se comparado ao ano anterior.

## LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto atingiu R\$ 30,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 35% em relação ao ano anterior, com o crescimento combinado das receitas de locação (principalmente Locarcity) e da venda de veículos (safra de desmobilização).

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2019		2018		AH%
	Individual	AV%	Consolidado	AV%	
Despesas com pessoal	(6.041)	48%	(4.495)	49%	34%
Serviços de terceiros	(1.890)	15%	(1.384)	15%	37%
Despesas com ocupação	(583)	5%	(594)	6%	-2%
Despesas gerais	(1.813)	14%	(1.360)	15%	33%
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(337)	3%	(306)	3%	10%
Baixa de contas a receber incobráveis	-	-	(483)	5%	-100%
Despesas com depreciação e amortização	(1.112)	9%	(184)	2%	504%
Despesas de comunicação	(211)	2%	(105)	1%	101%
Impostos sobre outras receitas	(637)	5%	(335)	4%	90%
<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>(12.624)</b>	<b>100%</b>	<b>(9.246)</b>	<b>100%</b>	<b>37%</b>

As despesas administrativas e gerais subiram 37% em relação ao ano anterior, valor inferior ao aumento de receita de locação. Este valor também considera período de alguns meses no começo do ano onde as sinergias de estrutura fixa com a Locarcity ainda não haviam sido plenamente capturadas.

## DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas financeiras líquidas aumentaram R\$ 4,6 milhões, equivalente a um aumento de 30%. Esta variação tem origem e naturezas distintas, decorrentes de: (i) despesas de pré-pagamento de operações financeiras de curto prazo, (ii) despesas financeiras de transferência de titularidade de gravames por ocasião da incorporação pela Companhia da Locarcity, (iii) aumento da dívida líquida média no período. Este aumento foi parcialmente compensado pela queda do CDI e dos *spreads* aplicáveis a seus contratos financeiros.

## LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido também foi o maior da história da Companhia e atingiu R\$ 0,9 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, frente ao prejuízo de R\$ 1,2 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



**COMPARAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO CONSOLIDADA RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADA À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO RELATIVA AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (consolidado)		Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (consolidado)		Δ 18/17
		AV		AV	
<b>Receita Líquida</b>	<b>63.073</b>	<b>100%</b>	<b>70.989</b>	<b>100%</b>	<b>-11%</b>
Custo de Locação e Venda de Veículos	(40.784)	(65)%	(49.783)	(70)%	<b>-18%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>22.289</b>	<b>35%</b>	<b>21.206</b>	<b>30%</b>	<b>5%</b>
Despesas Administrativas e Gerais	(9.245)	(15)%	(9.555)	(13)%	<b>-3%</b>
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	849	1%	215	0%	<b>295%</b>
<b>Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos</b>	<b>13.893</b>	<b>22%</b>	<b>11.866</b>	<b>17%</b>	<b>17%</b>
Despesas Financeiras	(17.312)	(27)%	(12.403)	(17)%	<b>40%</b>
Receitas Financeiras	1.989	3%	1.587	2%	<b>25%</b>
Despesas financeiras, líquidas	(15.323)	(24)%	(10.816)	(15)%	<b>42%</b>
<b>Lucro Antes dos Tributos</b>	<b>(1.430)</b>	<b>(2)%</b>	<b>1.050</b>	<b>1%</b>	<b>-236%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(629)	(1)%	<b>-100%</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	270	0%	(39)	0%	<b>-792%</b>
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>(1.160)</b>	<b>(2)%</b>	<b>382</b>	<b>1%</b>	<b>-404%</b>

**RECEITA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS**

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	AV%	2017	AV%	AH%
	Consolidado		Individual		
Locação de Veículos	47.882	76%	42.070	59%	14%
Venda de Veículos	19.620	31%	32.809	46%	-40%
<b>Total</b>	<b>67.502</b>	<b>107%</b>	<b>74.879</b>	<b>105%</b>	<b>-10%</b>
Impostos sobre serviços e vendas	(4.429)	-7%	(3.890)	-5%	14%
<b>Receita líquida</b>	<b>63.073</b>	<b>100%</b>	<b>70.989</b>	<b>100%</b>	<b>-11%</b>

A receita bruta de locação de veículos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentou aumento de 14% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 47,9 milhões, onde tal variação é devida ao aumento da frota média locada ao longo do ano. Em 2018, a frota locada média foi de 2.419 veículos em comparação com 2.149 de 2017, variação equivalente a 13%.

## CUSTO DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2018		2017		
	Consolidado	AV%	Individual	AV%	AH%
Custos de manutenção	(11.761)	29%	(9.351)	19%	26%
Custos com depreciação	(11.549)	28%	(8.930)	18%	29%
Custos dos veículos vendidos	(18.646)	46%	(32.183)	65%	-42%
Outros custos com veículos vendidos	(98)	0%	(89)	0%	10%
Custos com pessoal	(1.550)	4%	(1.600)	3%	-3%
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	2.820	-7%	2.370	-5%	19%
<b>Custo de locação e venda de veículos</b>	<b>(40.784)</b>	<b>100%</b>	<b>(49.783)</b>	<b>100%</b>	<b>-18%</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os custos de locação e venda de veículos representaram 65% da receita líquida total, representando uma redução frente aos 70% do ano anterior.

Os custos dos veículos vendidos e outros custos com veículos vendidos totalizaram R\$ 18,7 milhões em 2018, valor inferior em R\$ 13,5 milhões ao ano anterior e consistente com a menor receita de venda de veículos, de R\$ 19,6 milhões em 2018, acarretando assim a desmobilização da frota acima do valor do *book* (105% do custo total), evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos a Companhia faz a desativação da sua frota por intermédio de sua extensa rede de parceiros lojistas em todo território nacional.

Os custos diretos de locação, que correspondem aos custos de manutenção, depreciação, pessoal e receita com recuperação de créditos de PIS e COFINS, totalizaram R\$ 22,0 milhões em 2018, frente ao valor de R\$ 17,5 milhões do ano anterior, resultando em um aumento de R\$ 4,5 milhões.

Os custos diretos de locação podem ser decompostos 3 grupos principais:

- **Custos com Depreciação:** Atingiram R\$ 11,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentando aumento de 29% em relação ao ano anterior. Este crescimento está em linha com a frota média líquida ao longo dos meses que foi de R\$ 87,7 milhões em 2017 para R\$ 118,1 milhões em 2018, variação de 35%. A maior penetração de caminhões no ativo também contribuiu marginalmente para o crescimento do índice.

- **Custos de Manutenção (incluindo Custo com Pessoal):** Atingiram R\$ 13,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foram 22% maiores que em 2017, crescimento também em linha com o crescimento da Companhia, embora ligeiramente inferior, e com a variação da frota líquida.
- **Recuperação de Crédito de PIS/COFINS:** Registrou aumento (com efeito redutor no custo total direto, por ser uma receita) de 19% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, equivalente à R\$ 2,8 milhões, se comparado ao ano anterior.

## LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto atingiu R\$ 22,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aumento de 5% em relação ao ano anterior, com as receitas crescendo marginalmente mais do que os custos diretos.

## DESPESAS OPERACIONAIS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2018	AV%	2017	AV%	AH%
	Consolidado		Individual		
Despesas com pessoal	(4.495)	49%	(4.643)	49%	-3%
Serviços de terceiros	(1.384)	15%	(1.460)	15%	-5%
Despesas com ocupação	(594)	6%	(596)	6%	0%
Despesas gerais	(1.360)	15%	(1.182)	12%	15%
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(306)	3%	(672)	7%	-54%
Baixa de contas a receber incobráveis	(483)	5%	(185)	2%	161%
Despesas com depreciação e amortização	(184)	2%	(269)	3%	-32%
Despesas de comunicação	(105)	1%	(100)	1%	5%
Impostos sobre outras receitas	(335)	4%	(448)	5%	-25%
<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>(9.246)</b>	<b>100%</b>	<b>(9.555)</b>	<b>100%</b>	<b>-3%</b>

As despesas administrativas e gerais tiveram queda de 3% e contribuíram significativamente para o resultado antes de impostos e das despesas financeiras.

Este resultado reflete uma operação mais eficiente e enxuta, tendo sido possível crescer receita sem aumento de estrutura fixa no período.

## OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Vale ressaltar também contribuição positiva importante de "Outras Receitas Operacionais" (aumento de outras receitas de R\$ 634 mil em comparação com o ano anterior). Esta rubrica inclui itens como recuperação de multas de trânsito e manutenção, bem como gestão de venda de veículos para terceiros.

## DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas financeiras líquidas aumentaram R\$ 4,5 milhões. Esta variação tem origem e naturezas distintas, decorrentes de: (i) despesas de pré-pagamento de operações financeiras de curto prazo, (ii) reconhecimento antecipado de despesas de transação de operações financeiras pré-pagas e (iii) aumento da dívida líquida média no período (excluindo efeito de compra da Locarcity).

### **LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo foi de R\$ 1,2 milhão. Já no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve lucro líquido de R\$ 0,4 milhão.

## **10.2. Resultado operacional e financeiro**

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

### **a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

A receita total da Companhia é composta pela receita de locação e da receita de venda de veículos ao final do período do contratual. A receita de venda de veículos é uma atividade acessória e complementar à receita de locação.

A receita de aluguel tem como principais componentes a depreciação do veículo, a taxa de *funding* com que é financiado, bem como os custos operacionais e de documentação associados ao mesmo.

Aumentos na taxa básica de juros, no *spread* de captação, nas condições de compra e venda bem como nos custos de serviços automotivos (peças e serviços) afetam materialmente os resultados operacionais.

### **b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Todos os contratos com clientes são reajustados anualmente a partir do 12º mês de vigência por algum índice usual de mercado, sendo o mais comum o IGPM. A aplicação deste índice tem coberto de forma satisfatória os aumentos de insumos e serviços que a Companhia esteja exposta.

A Companhia não possui qualquer exposição, ativa ou passiva, à variação cambial.

Novos produtos e serviços são desenvolvidos de forma a atender demandas específicas de alguns clientes trazendo-lhes valor agregado e gerando lucros à Companhia.

### **c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

O impacto da inflação é coberto pelo reajuste anual definido em contrato, como explicitado em item anterior. O eventual descasamento pode ocorrer nos primeiros 12 meses após o início da locação, mas este risco é mitigado pelo fato de corresponder ao período onde o veículo apresenta cobertura pela garantia de fábrica e menores necessidades de manutenção.

### **10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

#### **a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável, tendo em vista a ausência de introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

#### **b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 13 de novembro de 2018 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações tendo por objeto a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Minas Real Vendas e Serviços Ltda., nos termos do respectivo contrato de compra e venda, sujeita à ratificação pelos acionistas da Companhia, em assembleia geral extraordinária realizada antes do fechamento da Operação, do laudo de avaliação previsto no §1º do Art. 256 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

A Minas Real Vendas e Serviços Ltda. (Locarcity) é uma empresa especializada em terceirização e gestão de frotas, contando com uma frota de 1.014 veículos e com atuação em vários estados brasileiros, predominantemente em Minas Gerais.

Posteriormente, em 1º de agosto de 2019, a Companhia incorporou os saldos da Locarcity com o objetivo de melhorar a sinergia na terceirização de sua frota. O processo de incorporação foi concluído com a emissão do laudo contábil por avaliador especializado e independente e foi realizada nos termos do Art. 225 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Desta forma, a Companhia passou a não apresentar demonstrações financeiras consolidadas a partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2019.

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2017 esse item não é aplicável, tendo em vista a ausência de constituição, aquisição ou alienação de participação societária nesse período.

#### **c) eventos ou operações não usuais**

Não aplicável, tendo em vista a ausência de operações e/ou eventos não usuais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

#### **10.4. Os diretores devem comentar:**

##### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Os diretores da Companhia entendem que não houve alterações em práticas contábeis que tivessem efeitos significativos nas demonstrações financeiras, pois a Companhia adotou práticas e políticas contábeis consistentes para todos os períodos apresentados nas Demonstrações Contábeis.

##### **b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os diretores da Companhia entendem que não houve alterações em práticas contábeis que tivessem efeitos significativos nas demonstrações financeiras, pois a Companhia adotou práticas e políticas contábeis consistentes para todos os períodos apresentados nas Demonstrações Contábeis.

##### **c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

O relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, não contém quaisquer ressalvas ou ênfases.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

Na elaboração de suas Demonstrações Contábeis a Companhia leva em consideração as seguintes Políticas Contábeis Críticas:

#### *Aplicações Financeiras de Uso Restrito*

Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado e na data do balanço patrimonial, sem a característica de liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, sendo mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia.

#### *Conta a Receber de Clientes e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa*

As contas a receber representam os serviços prestados e a venda de veículos até a data dos balanços patrimoniais e são apresentadas líquidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a qual foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização destas contas.

#### *Veículos em Desativação para Renovação da Frota*

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o exercício em que a frota está alugada à terceiros. Após este exercício, os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação *core*). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do exercício de utilização da frota nas atividades de aluguel.

## **IMOBILIZADO**

### *Reconhecimento e Mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, uma vez que o ativo tenha a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil e, conseqüentemente, desmobilização da frota que compõe o ativo não circulante da Companhia).

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a sua propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

<b>Individual e Consolidado (em anos)</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Veículos</b>	2 - 3	2 - 3	2 - 3
<b>Equipamentos de informática e telefonia</b>	5 - 10	5 - 10	5 - 10
<b>Máquinas e equipamentos</b>	10	10	10
<b>Móveis e utensílios</b>	10	10	10
<b>Benfeitorias</b>	10	10	10
<b>Acessórios</b>	2 - 3	2 - 3	2 - 3

FONTE: COMPANHIA

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre seu custo e seu valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

## **ARRENDAMENTOS**

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

### *Companhia como Arrendatário*

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

### *Ativos de Direito de Uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, subtraídos dos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

1. **Imóveis:** 3 a 4 anos; e
2. **Software:** 3 a 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida à Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. De acordo com o CPC 06 (R2), o custo de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico (CPC 06 (R2).24 (d)).

Os contratos de arrendamento da Companhia não contêm a obrigação de desmontar e remover o ativo subjacente, restaurar o local em que está localizado ou restaurar o ativo subjacente a uma condição específica.

#### *Passivos de Arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é novamente mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do

arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

## **REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL**

### *Ativos Não Financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que seguem o pronunciamento CPC 01 R1, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

### *Provisões*

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe, ou não, uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço.

### *Imposto de Renda e Contribuição Social*

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%,

acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

#### *Combinação de Negócios*

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, essa qual é avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição,

alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos à essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

**10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**iv. contratos de construção não terminados**

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que conforme mencionado no item 10.6 anteriormente, não há itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**b. natureza e propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que conforme mencionado no item 10.6 anteriormente, não há itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que conforme mencionado no item 10.6 anteriormente, não há itens relevantes que não tenham sido evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios social encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020.

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:**

**a) investimentos, incluindo:**

**(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os investimentos em aquisição de frota são feitos segundo planejamento dos diretores, levando-se em consideração as oportunidades de mercado em que a Companhia atua, o ciclo operacional dos veículos na frota existente, o ambiente de negócios na atividade de venda de seminovos, entre outros. A compra de veículos é feita somente após o fechamento comercial de contratos de locação. Desta forma, o volume de investimento a ser realizado nos próximos anos é função direta e exclusiva do fechamento de novos contratos comerciais.

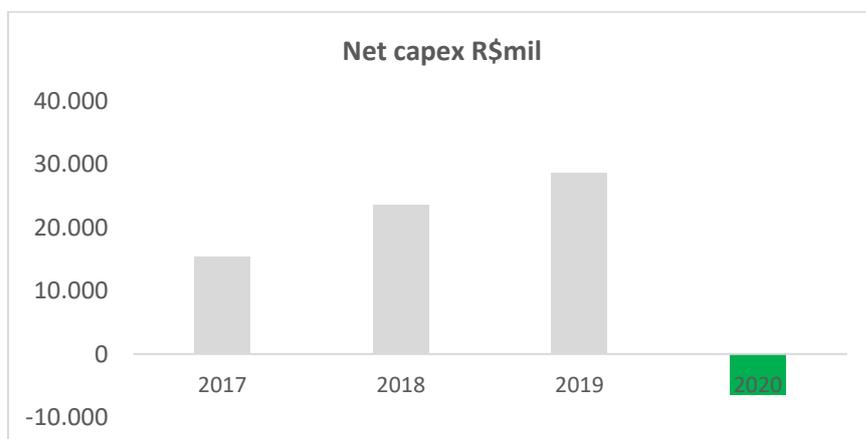
Ainda visando a aquisição de frota, existe a possibilidade da aquisição de empresas para incremento dessa, gerando assim um crescimento inorgânico. À título de exemplo, pode-se citar o caso da Locarcity, em relação ao qual a Companhia entende que uma via de crescimento bastante atrativa e com grande potencial de geração de valor aos acionistas está ligada à realização de aquisições de locadoras focadas na gestão e terceirização de frotas, de tal modo que a Administração tem focado na prospecção de negócios que incrementem receita e frota e, ainda assim, tragam uma diluição dos custos e uma consequente otimização nas margens, uma vez que potenciais sinergias poderão ser capturadas, sem a necessidade de expandir, de forma proporcional à receita, a estrutura fixa da Companhia.

A Companhia investiu R\$50,4m em aquisição de novos veículos em 2020 perfazendo total de 959 carros ao preço médio de R\$52,6k por veículo. Em 2019, o valor médio dos carros comprados tinha sido de R\$ 43.8k.

O net capex negativo em 2020 pela primeira vez em vários anos teve como principal motivo a baixa disponibilidade das montadoras em prover veículos para novos contratos no segundo semestre. Os descontos com montadoras permaneceram em níveis equivalentes nos períodos, porém o aumento no preço médio se deve ao crescimento no volume da frota de veículos pesados (caminhões).

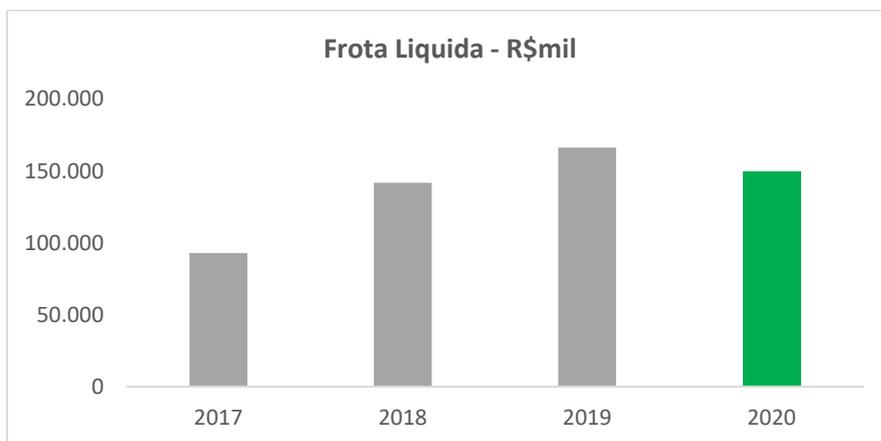
(R\$ em milhares, exceto número de veículos)

	2017	2018	2019	2020
	Consolidado			Maestro
<b>Aquisição</b>				
Investimento	48.240	42.979	77.896	50.431
Veículo	1.052	887	1.777	959
preço médio	45,9	48,5	43,8	52,6
<b>Venda</b>				
Desinvestimento	32.809	19.417	49.238	56.932
Veículos (em unidades)	1.109	659	1.239	1.786
preço médio	29,6	29,5	39,7	31,9
<b>Net capex</b>	<b>15.431</b>	<b>23.562</b>	<b>28.658</b>	<b>(6.501)</b>



A frota total da Maestro atingiu R\$149,8m no final do exercício de 2020, diminuição de 10% em relação ao ano anterior. A frota média em 2020 aumentou 2% passando de R\$154,1m em 2019 para R\$157m em 2020.

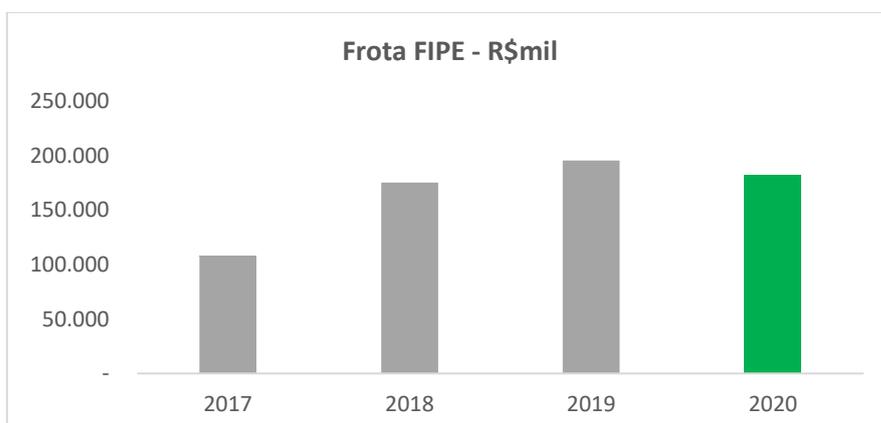
A frota de pesados representa ao final de 2020 21,8% deste total aumento em relação ao 13,9% do ano anterior.



#### Frota Contábil (fim de período)

(R\$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
			<b>Consolidado</b>	<b>Maestro</b>
	<b>92.375</b>	<b>141.854</b>	<b>166.288</b>	<b>149.893</b>
Crescimento		<b>54%</b>	<b>17%</b>	<b>-10%</b>

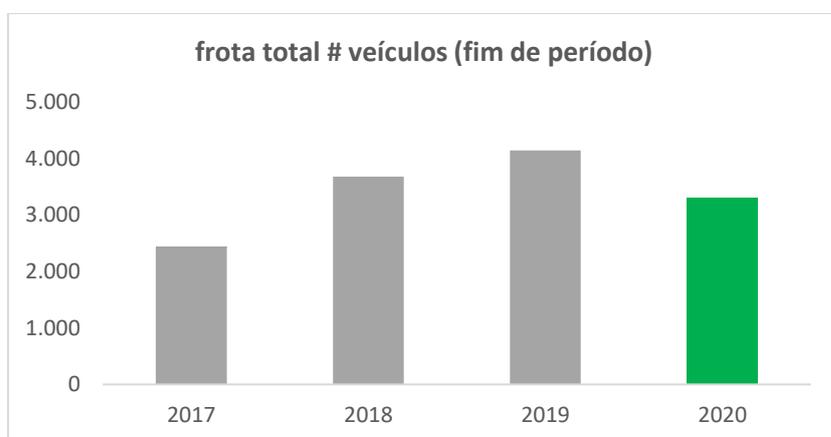
Em relação à frota FIPE (mercado) a diminuição de Maestro foi de 7% em 2020.



**Frota FIPE (fim de exercício)**

(R\$ em milhares)	2017	2018	2019	2020
	<b>107.509</b>	<b>175.197</b>	<b>195.623</b>	<b>181.861</b>
Crescimento		<b>63%</b>	<b>12%</b>	<b>-7%</b>

O número de veículos total da frota diminuiu por sua vez 20% em 2020, atingindo 3.301 unidades.



#### Frota total (fim de exercício)

(Em unidades)	2017	2018	2019	2020
	Consolidado			Maestro
	2.429	3.683	4.142	3.301
Crescimento		52%	12%	-20%

#### (ii) fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento são operações tradicionais de crédito, como CDC, Leasing e Capital de Giro, com bancos de primeira linha e com duração igual ou superior à dos contratos de locação com clientes, além de operações estruturadas tais como debêntures e CCB's e potenciais negociações de ações da Companhia no mercado de capitais. O mix entre operações bancárias, estruturadas será definido de acordo com as oportunidades de mercado à época de cada investimento, onde a Companhia tem tido a preferência de captação de recursos, que suportem seu crescimento e o andamento normal de suas operações, com terceiros.

#### (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os desinvestimentos relevantes são na totalidade, venda de veículos realizados entre 30 e 60 dias em média, após o término dos contratos de locação. Desta forma, como os contratos de locação atualmente ativos têm até 36 meses de duração, toda a frota atual será desinvestida em até 38 meses (36 meses de contrato mais 2 meses de prazo máximo de venda). A avaliação quantitativa dos desinvestimentos da Companhia está discriminada no item 10.1 nos comentários gerais da diretoria acerca dos resultados dos exercícios sociais.

**b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Excluindo-se os investimentos em frota mencionados no item (i) acima, realizados de acordo com o plano de investimentos da Companhia, não há previsão de outros investimentos de capital relevantes.

**c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Não há previsão imediata de implementação de novos produtos e serviços em relação ao portfólio já existente.

## **10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

### ***Análise dos impactos da COVID-19 nas Atividades da Companhia***

Atualmente a carteira de clientes da Maestro é composta por contratos de média/longa duração, com prazos típicos entre 12 e 60 meses. A atuação destes clientes é diversificada em vários setores da economia com diferentes graus de exposição aos impactos da diminuição da atividade econômica, esta última principalmente ocasionada pelas medidas de isolamento social.

Em condições normais, a geração de caixa das operações somada a venda de veículos usados é suficiente para cobrir o serviço da dívida, pagamento de juros e principal, trazendo flexibilidade financeira à Companhia no que tange suas obrigações pecuniárias e fiduciárias. A compra de novos veículos, por sua vez, é efetuada com caixa próprio e linhas de crédito disponíveis no mercado.

Dois principais efeitos devidos à pandemia podem afetar no curto/médio prazos este equilíbrio.

Diminuição do fluxo de caixa operacional com eventuais atrasos e/ou inadimplência de clientes;  
Diminuição do fluxo de caixa de venda de veículos em função da queda de demanda;

Estes dois efeitos, combinados ou isoladamente, e dependendo do grau de cada um, podem no curto prazo reduzir o fluxo de caixa disponível para o serviço da dívida, consumindo liquidez e afetando eventualmente a capacidade de pagamentos no curto prazo.

No sentido de monitorar com afinco estes impactos foi criado um "Comitê de Crise" composto pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Maestro. Periodicamente, dentre outros aspectos relevantes do negócio, estão sendo discutidos o aging dos recebíveis, as principais renegociações com clientes e fornecedores bem como o volume diário de venda de veículos. Além disso, tem se buscado aumentar ao máximo a liquidez disponível e consequente flexibilidade financeira para manutenção da saúde do caixa da Companhia.

Adicionalmente, através da simulação de vários possíveis cenários de stress, foi possível traçar potenciais impactos no tempo e assim desenvolver ações que mitigariam potenciais problemas oriundos da pandemia.

Na medida em que o isolamento social tem se mostrado como a medida mais efetiva na prevenção da disseminação do Covid-19, a maior parte dos colaboradores têm atuado em home-office desde 19 de março de 2020. Por meio das supervisões diretas, temos monitorado o estado de saúde da nossa equipe e até dezembro de 2020 tivemos conhecimento de poucos casos de colaboradores que testaram positivo para o covid-19 e todos já recuperados.

Algumas medidas de adequação da estrutura fixa foram tomadas já em abril e outras poderão vir a ser realizadas caso haja uma deterioração dos recebimentos e/ou alongamento da perspectiva de duração da pandemia.

Até o fechamento do exercício de 2020 não houve redução no quadro funcional por conta da covid-19.

Adicionalmente, no sentido de aumentar a margem de segurança na gestão de liquidez a Companhia utilizou as seguintes Medidas Provisórias relativas às:

MP 927 de 22 de março de 2020 - Prorrogação do prazo para pagamento do FGTS;  
MP 936 de 1º de abril de 2020 - Redução Jornada/Salário  
Portaria ME nº 139 de 3 de abril de 2020 - Prorrogação do prazo para recolhimento do PIS e da COFINS e do INSS.

Até a data da conclusão deste relatório, decorridos já cerca dos meses desde o início das primeiras medidas de isolamento, a diminuição da atividade econômica geral não levou a nenhuma consequência adversa no cumprimento de compromissos financeiros ou covenants. Uma vez que a Companhia se baseia quase que integralmente no negócio de locação de longo prazo, os efeitos negativos da pandemia afetaram pouco a Companhia, que manteve suas obrigações em dia, não teve problema com nenhum dos covenants e manteve a carteira de clientes saudável, sem cancelamentos/devoluções antecipadas representativas dos contratos vigentes.

Para os principais pontos de atenção descritos anteriormente:

Diminuição do fluxo de caixa operacional com eventuais atrasos e/ou inadimplência de clientes: em todos os meses deste último trimestre o fluxo operacional apresentou resultados em linha com as séries históricas pré-Covid. As negociações de alargamento do prazo de pagamento com clientes com pontuais e vencimento nos últimos três meses, foram cumpridas. Não houve casos de clientes rescindindo contratos antecipadamente.

A venda de seminovos retomou já seus patamares históricos no final do 2º trimestre e neste 3º trimestre vimos aumento consistente tanto de volume de carros vendidos quanto de margem. Esta tendência se manteve no 4º trimestre.

Ao final deste 2020, o impacto remanescente da pandemia na Companhia é a velocidade da retomada de produção da indústria automobilística, o que tem levado a um ciclo mais longo de implementação de novos contratos de aluguel já firmados com clientes. Avaliamos que a indústria retome aos patamares de produção e entrega pré-Covid até o fim do 2º trimestre de 2020 regularizando por sua vez o lead-time padrão de implantação de novos veículos na frota.

Desta forma, no que se refere exclusivamente aos efeitos da pandemia, mantemos inalteradas a perspectiva que tínhamos pré-Covid para o negócio no médio e longo prazo.

**ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMBINADA CONTRA A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 CONSOLIDADA**

*Conforme detalhado nos itens 6.3 e 15.7 deste Formulário de Referência, a Companhia adquiriu, em 13 de dezembro de 2018, a totalidade das quotas do capital social da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. ("Locarcity") e passou a apresentar Demonstrações Financeiras consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.*

*Em 1º de agosto de 2019, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, na qual foi aprovada a incorporação da Locarcity com o objetivo de melhorar a sinergia na terceirização de sua frota. A incorporação foi concluída com a emissão do laudo contábil por avaliador especializado e independente e foi realizada nos termos do artigo 225 da Lei nº 6.404/1976, com data base de 31 de agosto de 2019, e desta forma, a Companhia passou a não apresentar Demonstrações Financeiras consolidadas a partir do trimestre findo em 30 de setembro de 2019.*

*De modo a propiciar comparabilidade às Demonstrações Financeiras consolidadas históricas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas Demonstrações Financeiras combinadas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 44 – Demonstrações Combinadas. Tais Demonstrações Financeiras combinadas do Grupo Maestro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 compreendem a Companhia e a Locarcity referidas como ("Grupo Maestro") e foram combinadas para refletir o efeito da incorporação descrita anteriormente como se esta tivesse ocorrido a partir de 1º de janeiro de 2019.*

*As Demonstrações Financeiras combinadas estão sendo apresentadas apenas para fornecimento de análises adicionais a terceiros, acionistas e instituições financeiras e que não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma pessoa jurídica e suas controladas. O comparativo das informações financeiras que derivam das Demonstrações Financeiras combinadas e das Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia.*

*Esta análise foi aqui inserida pela Administração por acreditar que ela retrata de forma mais fidedigna a operação no que tange a comparação dos resultados de 2019 vs. 2018, trazendo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o efeito acumulativo de 8 meses da Locarcity previamente à sua incorporação a Companhia.*

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 31 de dezembro de		Δ 19/18
	2019		2018		
	Combinado	AV	Consolidado	AV	
<b>Receita Líquida</b>	<b>114.913</b>	<b>100%</b>	<b>63.073</b>	<b>100%</b>	<b>82%</b>
Custo de Locação e Venda de Veículos	(79.282)	(69)%	(40.784)	(65)%	94%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>35.631</b>	<b>31%</b>	<b>22.289</b>	<b>35%</b>	<b>60%</b>
Despesas Administrativas e Gerais	(13.731)	(12)%	(9.245)	(15)%	49%
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	930	1%	849	1%	10%
<b>Lucro antes das despesas financeiras líquidas e tributos</b>	<b>22.830</b>	<b>20%</b>	<b>13.893</b>	<b>22%</b>	<b>64%</b>
Despesas Financeiras	(22.432)	(20)%	(17.312)	(27)%	30%
Receitas Financeiras	2.452	2%	1.989	3%	23%
Despesas financeiras, líquidas	(19.981)	(17)%	(15.323)	(24)%	30%
<b>Lucro Antes dos Tributos</b>	<b>2.850</b>	<b>2%</b>	<b>(1.430)</b>	<b>(2)%</b>	<b>-299%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.204)	(2)%	-	-	<b>N/A</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	269	0%	270	0%	0%
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>916</b>	<b>1%</b>	<b>(1.160)</b>	<b>(2)%</b>	<b>(179)%</b>

## RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE VEÍCULOS

A receita líquida total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos, conforme tabela abaixo:

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
	Combinado		Consolidado		
Locação de Veículos	72.374	63%	47.882	76%	51%
Venda de Veículos	49.238	43%	19.620	31%	151%
<b>Total</b>	<b>121.612</b>	<b>106%</b>	<b>67.502</b>	<b>107%</b>	<b>80%</b>
Impostos sobre serviços e vendas	(6.699)	-6%	(4.429)	-7%	51%
<b>Receita líquida</b>	<b>114.913</b>	<b>100%</b>	<b>63.073</b>	<b>100%</b>	<b>82%</b>

A receita bruta de locação de veículos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 apresentou aumento de 51% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 72,4 milhões. Esta variação é devida principalmente à contribuição, desde janeiro, da frota da Locarcity. Em 2019, a frota locada média foi de 3.323 veículos em comparação com 2.419 de 2018, aumento equivalente a 37%.

## CUSTO DE LOCAÇÃO E DA VENDA DE VEÍCULOS

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
	Combinado		Consolidado		
Custos de manutenção	(16.408)	21%	(11.761)	29%	40%
Custos com depreciação	(18.194)	23%	(11.549)	28%	58%
Custos dos veículos vendidos	(46.380)	59%	(18.646)	46%	149%
Outros custos com veículos vendidos	(334)	0%	(98)	0%	241%
Custos com pessoal	(2.285)	3%	(1.550)	4%	47%
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	4.318	-5%	2.820	-7%	53%
<b>Custo de locação e venda de veículos</b>	<b>(79.282)</b>	<b>100%</b>	<b>(40.784)</b>	<b>100%</b>	<b>94%</b>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos de locação e venda de veículos representaram 69% da receita líquida, enquanto no ano anterior representaram 65%.

Os custos dos veículos vendidos e outros custos com veículos vendidos totalizaram R\$ 46,7 milhões em 2019, valor superior em R\$ 28,0 milhões ao ano anterior e consistente com maior receita de venda que foi de R\$49,2 milhões, acarretando assim a desmobilização da frota acima do valor do *book* (105% do custo total), evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos a Companhia tem vendido seus carros através de sua rede de parceiros lojistas em todo território nacional.

.

Os custos diretos de locação, que correspondem aos custos de manutenção, depreciação, pessoal e receita com recuperação de créditos de PIS e COFINS, alcançaram R\$ 32,6 milhões em 2019, frente ao valor de R\$ 22,0 milhões do ano anterior, aumento de R\$ 10,6 milhões.

Os custos diretos de locação podem ser decompostos em 3 grupos principais:

- **Custos com Depreciação:** Atingiram R\$ 18,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentando aumento de 58% em relação ao ano anterior. Este valor equivale a uma depreciação média em 2019 de 8,6% sobre o valor do ativo (veículos) bruto, índice superior aos 8,5% registrados no ano anterior. Contribuíram para este aumento a maior penetração de caminhões e de veículos de aplicativos na carteira total. O resultado na venda de veículos (vide nota específica) corrobora que este aumento de depreciação tem sido corretamente incorporado ao aluguel mensal;

- **Custos de Manutenção (incluindo Custo com Pessoal):** Atingiram R\$ 18,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foram 40% maiores que em 2018, crescimento também decorrente do aumento de frota, mas inferior ao crescimento da receita de locação;
- **Recuperação de Crédito de PIS/COFINS:** Aumento (com efeito redutor no custo total direto, por ser uma receita) de 53%, equivalente à R\$ 1,5 milhão, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, se comparado ao ano anterior.

## LUCRO BRUTO

O Lucro Bruto atingiu R\$ 35,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, aumento de 60% em relação ao ano anterior, com o crescimento combinado das receitas de locação (principalmente Locarcity) e de venda de veículos (safra de desmobilização).

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

(em milhares de Reais, exceto %)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2019	AV%	2018	AV%	AH%
	Combinado		Consolidado		
Despesas com pessoal	(6.627)	48%	(4.495)	49%	47%
Serviços de terceiros	(2.236)	16%	(1.384)	15%	62%
Despesas com ocupação	(835)	6%	(594)	6%	41%
Despesas gerais	(2.057)	15%	(1.360)	15%	51%
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(395)	3%	(306)	3%	29%
Reversão de PECLD	452	(3)%	-	-	N/A
Baixa de contas a receber incobráveis	-	-	(483)	5%	-100%
Despesas com depreciação e amortização	(1.159)	8%	(184)	2%	530%
Despesas de comunicação	(237)	2%	(105)	1%	126%
Impostos sobre outras receitas	(637)	5%	(335)	4%	90%
<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>(13.731)</b>	<b>100%</b>	<b>(9.246)</b>	<b>100%</b>	<b>49%</b>

As despesas operacionais administrativas subiram 49% em relação ao ano anterior, valor inferior ao aumento de receita de locação. Este valor também considera período de alguns meses no começo do ano onde as sinergias de estrutura fixa com a Locarcity ainda não haviam sido plenamente capturadas.

## DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas financeiras líquidas aumentaram R\$ 4,7 milhões, equivalente a um aumento de 30%. Esta variação tem origem e naturezas distintas, decorrentes de: (i) despesas de pré-pagamento de operações financeiras de curto prazo, (ii) despesas financeiras de transferência de titularidade de gravames por ocasião da incorporação pela Companhia da Locarcity, (iii) aumento da dívida líquida média no período. Este aumento foi parcialmente compensado pela queda do CDI e dos *spreads* aplicáveis a seus contratos financeiros.

## **LUCRO LÍQUIDO**

O resultado líquido final também foi o maior da história da Companhia e atingiu um lucro líquido de R\$ 0,9 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, frente ao prejuízo de R\$ 1,2 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

## **11 – PROJEÇÕES**

### **11.1 – Projeções divulgadas e premissas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

## **11.2 – Acompanhamento das projeções**

### **a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 11.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

### **b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 11.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

### **c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, uma vez que conforme informado no item 11.1 deste Formulário de Referência, a Companhia não divulga projeções e/ou estimativas.

## **12.1 Descrição da estrutura administrativa**

### **a) Atribuições de cada órgão e comitê**

#### **Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, facultada a eleição de suplentes, residentes no País, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo um deles o Presidente e outro o Vice-Presidente, que serão designados pela própria Assembleia Geral que os eleger.

Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 1 (um) deverá ser conselheiro independente, devendo a caracterização do indicado ao Conselho de Administração como conselheiro independente ser deliberada na Assembleia Geral que o eleger.

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos bimestralmente, com melhores esforços para reunir-se mensalmente. O Conselho de Administração reunir-se-á também, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, através de carta registrada ou correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e dos documentos pertinentes. Não poderão ser aprovados nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia assuntos que não tenham sido incluídos na pauta apresentada na convocação da respectiva reunião, exceto se de outra forma acordado pela totalidade dos conselheiros da Companhia.

Além das matérias previstas em lei, compete ao Conselho de Administração a deliberação sobre as seguintes matérias:

- (i) a aprovação do orçamento anual da Companhia;
- (ii) a indicação e destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (iii) a aquisição ou alienação de participação no capital social de outra sociedade, de parte substancial dos ativos ou de negócio de outra sociedade, ou de participação em grupo de sociedades ou, ainda, a associação da Companhia com outras sociedades, ou qualquer outra operação societária envolvendo a Companhia ou seus negócios, existentes ou futuros, considerando que, quando a operação societária se der por meio de incorporação, incorporação de ações, cisão ou fusão envolvendo a Companhia, caberá ao Conselho de Administração aprovar a proposta, ad referendum da Assembleia Geral de acionistas;
- (iv) a aquisição ou a venda, cessão ou transferência de ativos de qualquer natureza, pela Companhia, fora do curso normal dos seus negócios e cujo valor exceda, individualmente ou no agregado em 12 (doze) meses, R\$50.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (v) a concessão de avais, fianças ou a prestação de qualquer outra forma de garantia pela Companhia para terceiros;
- (vi) a aprovação da celebração de transações entre a Companhia (ou qualquer subsidiária direta ou indireta da Companhia) e suas partes relacionadas (incluindo a

assinatura, aditivos ou rescisão de contratos de qualquer natureza, inclusive contratos de empréstimo);

(vii) a cessão, transferência ou negociação por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à Companhia;

(viii) a criação, por qualquer forma, de ônus sobre qualquer ativo da Companhia fora do curso normal de seus negócios e cujo valor exceda, individualmente ou no agregado em 12 (doze) meses, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(ix) a aprovação da remuneração aplicável ao Conselho de Administração e a cada um dos diretores da Companhia, observada a determinação do valor global de tal remuneração instituído pela Assembleia Geral de Acionistas para cada exercício;

(x) a aprovação da aquisição pela Companhia de suas próprias ações, para manutenção em tesouraria e/ou posterior recolocação no mercado ou cancelamento; a aprovação de qualquer empréstimo, bem como a emissão de debêntures não conversíveis, notas promissórias comerciais e bônus de subscrição, ou outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida; a aprovação de operação de leasing financeiro ou qualquer outra forma de endividamento com valor, individual ou agregado durante um período de 12 (doze) meses, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(xi) a aprovação de abertura de capital ou cancelamento de registro de companhia aberta (observado o disposto no Regulamento do BOVESPA MAIS quanto à saída do BOVESPA MAIS) da Companhia, ou de quaisquer planos de oferta pública de distribuição de ações ou de bônus de subscrição de emissão da Companhia a seus empregados ou administradores;

(xii) qualquer das seguintes matérias: (a) propor modificação relevante do Estatuto Social da Companhia; (b) propor mudanças no objeto social da Companhia, ou da atividade da Companhia; (c) propor a incorporação de novas subsidiárias da Companhia, exceto se integrais; ou (d) aprovar a celebração, aditamento ou rescisão de acordos de joint venture, ou outras relações de divisão de lucros da Companhia;

(xiii) a emissão de novas ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições da emissão;

(xiv) a aprovação da política de dividendos da Companhia e a sua eventual alteração; e

(xv) a definição de lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS.

### **Diretoria**

A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, observado o disposto no(s) acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede social, para um mandato unificado de 1 (um) ano, admitida a reeleição, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Superintendente, um Diretor Administrativo Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Comercial e de Marketing e um Diretor sem designação específica.

A eleição e a destituição dos membros da Diretoria serão estabelecidas exclusivamente por deliberação formal do Conselho de Administração, observados os critérios descritos na Política de Indicação da Companhia.

Deverão ser apontadas para os cargos de diretor apenas pessoas de notório saber na sua área de atuação, reputação ilibada e de comprovada experiência prática na área em questão, nos termos da Política de Indicação da Companhia.

Os diretores exercerão seus mandatos em caráter exclusivo e terão as seguintes diretrizes e responsabilidades funcionais, a serem refletidas também nos instrumentos individuais de posse que caracterizarão o início de cada mandato:

(i) todos os diretores se reportarão formalmente ao Conselho de Administração, com coordenação funcional exercida pelo Diretor Presidente;

(ii) cada diretor poderá acumular, sem ensejar cumulatividade de remuneração, 2 (dois) cargos adicionais da Diretoria durante um mandato de 1 (um) ano, exceto para os seguintes casos: (a) os cargos de Diretor Presidente e Diretor Administrativo Financeiro não poderão ser acumulados por um único Diretor; (b) o cargo de Diretor Comercial e de Marketing e de Relações com Investidores poderá ser acumulado com qualquer outro cargo na Diretoria, por prazo indeterminado; e/ou (c) por períodos de interinidade limitados a 6 (seis) meses, nas hipóteses em que um cargo da Diretoria se torne vago ou um Diretor deva se ausentar por período prolongado devido a férias, licença, doença ou qualquer outro motivo;

(iii) a Diretoria terá disponibilidade para participar de Reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais de Acionistas, sempre que assim solicitado pelo Diretor Presidente ou pelo Presidente do Conselho de Administração; e

(iv) cada diretor será responsável pelas atribuições estabelecidas pelo Estatuto Social, conforme estabelecidas nos artigos a seguir, que poderão ser complementadas em deliberação do Conselho de Administração, atuando diretamente ou através da operação de equipes funcionais, sempre sob sua responsabilidade, em cada uma das atividades decorrentes de tais atribuições.

### **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é um órgão societário com caráter não permanente, sendo instalado nos exercícios sociais em que houver solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e suplentes em igual número, eleitos pela assembleia geral, acionistas ou não, naturais e residentes no País, observados os requisitos e impedimentos fixados na Lei nº 6.404/76.

O Conselho Fiscal da Companhia será instalado pela Assembleia Geral de Acionistas a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do BOVESPA MAIS, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

### **Comitê de Remuneração**

A Companhia possui um Comitê de Remuneração, é órgão colegiado, permanente, não estatutário, de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2020. O Comitê tem como finalidade o assessoramento do Conselho de Administração nas questões relativas à política de remuneração, avaliação de desempenho e o programa de participação nos resultados dos órgãos de administração da Companhia e determinados funcionários.

O Comitê será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros, todos designados pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo certo que será necessariamente designado para integrar o Comitê ao menos 01 (um) membro independente do Conselho de Administração.

O Comitê contará com um Coordenador que será definido pelo Conselho de Administração. Será necessariamente designado para integrar o Comitê ao menos 01 (um) membro independente do Conselho de Administração. É permitida a participação de terceiros nas reuniões do Comitê de Remuneração, desde que tal participação seja necessária para os trabalhos.

O Comitê reunir-se-á ordinariamente, trimestralmente, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador, por solicitação de qualquer dos integrantes do Comitê ou do Conselho de Administração, sendo que as reuniões poderão ser feitas de forma remota. Nos termos de seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Remuneração:

(i) avaliar e recomendar para aprovação do Conselho de Administração as políticas de remuneração e sistemas de avaliação de desempenho dos diretores estatutários, bem como daqueles que ocupam cargo de gerência ou superiores (salário fixo e variável, benefícios, bônus de curto e longos prazos entre outras modalidades de remuneração);

(ii) anualmente avaliar e recomendar remuneração dos Administradores para aprovação do Conselho de Administração e Assembleia de Acionistas, e sistema de avaliação de desempenho com metas estratégicas, financeiras e operacionais para o pagamento de bônus anual aos diretores;

(iii) revisar as Políticas de Remuneração, e de Avaliação de Desempenho da Companhia e recomendar as alterações necessárias;

(iv) propor nas políticas de remuneração e avaliação de desempenho, métricas e mecanismos de incentivos que estejam alinhados com a Política de Gerenciamento de Riscos e Compliance da Companhia.

O Comitê de Remuneração possui regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e disponível para consulta nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia (<https://maestrofrotas.com.br/ri/>).

### **Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos**

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos que é órgão, não estatutário, de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, regido pela legislação e regulamentação aplicável, e pelo disposto no Regimento Interno. O Comitê reportar-se-á ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia. Para o desempenho de suas funções, o Comitê disporá de autonomia operacional e dotação orçamentária, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração.

O Comitê será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, sendo que:

- a) ao menos um deles deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, e nas atividades de auditoria independente;
- b) ao menos um deles deve ser conselheiro independente da Companhia, conforme definição constante do Regimento Interno;
- c) o mesmo membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos poderá acumular as duas características previstas nas alíneas (a) e (b) acima; e
- d) todos os membros devem possuir efetiva disponibilidade para se dedicar ao cargo no Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos.

Os membros do Comitê que sejam conselheiros independentes, deverão atender os requisitos dispostos nos Regulamento do Bovespa Mais.

É vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, de diretores da Companhia, de diretores de suas controladas, de seu acionista controlador, de coligadas ou sociedades sob controle comum.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, bimestralmente, preferencialmente mensalmente, ou com maior frequência para o adequado desenvolvimento do plano de trabalho anual, e extraordinariamente, quando convocado por qualquer um de seus membros ou pelo Conselho de Administração, devido a assuntos de caráter urgente.

O Comitê tem a função de assessorar o Conselho de Administração na supervisão:

(I) Da qualidade e integridade das demonstrações financeiras e de relatórios financeiros relevantes enviados a órgãos reguladores:

- a. revisar e avaliar as demonstrações financeiras intercalares, trimestrais e anuais, incluindo as divulgações no relatório da administração e monitorar a qualidade e integridade das mesmas, revisar também a minuta do relatório de auditoria a ser emitido pelos auditores independentes e apresentar ao Conselho de Administração as recomendações que entender oportunas sobre tais documentos;
- b. reunir-se com a administração para entender as políticas contábeis e os procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- c. reunir-se periodicamente com os auditores independentes, questionando sobre a qualidade das políticas e práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação de seus relatórios financeiros vis a vis as normas contábeis vigentes, bem como sobre eventuais mudanças de prática contábeis em relação ao exercício anterior; e
- d. Reunir-se com conselho fiscal, se em funcionamento, para obter resultado da avaliação realizada sobre as informações financeiras relevantes da companhia.

(II) Da aderência da Companhia aos requerimentos legais e regulamentares:

a. monitorar junto a administração da Companhia a adequação e efetividade dos procedimentos para assegurar a aderência às normas legais e regulatórias aplicáveis, inclusive a respectiva efetividade dos trabalhos das auditorias internas e externas.

(III) Dos aspectos pertinentes à qualificação, performance e independência dos auditores independentes:

a. opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, bem como da adequação a qualquer contratação de serviços adicionais em conformidade com a Política de contratação de serviços extra-auditorias;

b. supervisionar os trabalhos dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia, estabelecendo protocolo formal de comunicação entre os auditores independentes e o Comitê; apresentação dos resultados dos trabalhos de cada trimestre e do exercício em curso, e para apresentação dos aspectos descritos no item (c) a seguir;

c. requerer junto ao sócio-líder do trabalho da empresa de auditoria independente, no mínimo anualmente, apresentação formal sobre as políticas e procedimentos internos adotados pela empresa relacionados a: (i) controle de qualidade; (ii) monitoramento de rotação do sócio responsável e dos demais membros das equipes de trabalho da auditoria independente; (iii) monitoramento da experiência e qualificação técnica requeridas dos integrantes da equipe para a execução dos trabalhos de auditoria; (iv) monitoramento de todos os relacionamentos profissionais e comerciais da empresa e seus colaboradores com a Companhia; (v) monitoramento de todos os serviços prestados à Companhia, que não de auditoria e a consequente análise de que os mesmos não afetam a independência; (vi) monitoramento de processos instaurados pelos órgãos reguladores da profissão contra a empresa de auditoria ou seus membros que possam impactar a continuidade de prestação de serviços à Companhia; e (viii) comunicação formal e tempestiva à administração da Companhia de quaisquer exceções identificadas nos processos de monitoramento acima citados e como os mesmos foram sanados.

(IV) Da avaliação e monitoramento dos riscos corporativos e respectivos controles internos:

a. manter, periodicamente, reuniões com os gestores dos principais processos operacionais da Companhia com o objetivo de conhecer as operações, o mapeamento dos riscos do negócio e os controles internos em vigor para mitigá-los bem como o reporte periódico dessas exposições para o Conselho de Administração;

b. supervisionar as atividades da área de auditoria interna, por meio da discussão e parecer acerca do plano de atividades da auditoria interna e acompanhamento da sua execução; acompanhar as atividades da área de controles internos da Companhia e compliance, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, propondo ao Conselho de Administração as ações que entender necessárias para aperfeiçoá-la;

c. avaliar a observância, pela diretoria da Companhia, quanto a resposta e estabelecimento de planos de ação e prazos para implementação de solução das recomendações apresentadas pela auditoria interna ou independente, assim como as emitidas pelo próprio Comitê.

d. recomendar ao Conselho de Administração da Companhia a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de gerenciamento de riscos, transações entre partes relacionadas, podendo reunir-se com o Conselho de Administração para discutir tais políticas, bem como as práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; e

e. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação, conforme estabelecido no Código de Conduta Ética da Companhia.

(V) Das transações com partes relacionadas:

a. nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, analisar previamente se as transações com partes relacionadas estão sendo realizadas de forma adequada, observando as condições de mercado usualmente aplicáveis a quaisquer terceiros com os quais a Companhia se relacione, manifestando-se favorável ou contrariamente à sua realização para o órgão competente para sua aprovação; e

b. avaliar e monitorar, juntamente com a administração da Companhia e com a área de auditoria interna, a adequação dos controles internos relativos às transações com partes relacionadas, bem como a adequação das próprias transações com partes relacionadas celebradas pela Companhia às normas legais, regulamentares e à Política de Transações com Partes Relacionadas.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos possui regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e disponível para consulta nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia (<https://maestrofrotas.com.br/ri/>).

## **b) Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

A Diretoria, respeitados os limites previstos em lei, no Estatuto Social e no(s) acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede social da Companhia, terá poderes gerais para administrar e conduzir os negócios da Companhia e decidirá sobre a execução de atos e operações relacionados ao objeto social.

A Companhia será representada e obrigar-se-á:

a) por quaisquer 2 (dois) diretores agindo em conjunto entre si;

b) por qualquer dos diretores agindo em conjunto com um procurador devidamente constituído pela Companhia; ou

c) exclusivamente nos atos envolvendo a alienação ou venda de veículos automotores pela Companhia, incluindo a assinatura dos documentos e a prática dos atos necessários à efetivação das transferências junto aos órgãos competentes, bem como dos instrumentos envolvendo a alienação fiduciária de tais veículos em operações de crédito ou financiamento e a baixa/cancelamento de tais instrumentos de garantia, por 2 (dois) diretores, 2 (dois) procuradores, ou por 1 (um) diretor agindo em conjunto com 1 (um) procurador.

A outorga de procurações pela Companhia deverá ser realizada sempre por 02 (dois) diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor Administrativo Financeiro, devendo possuir um prazo máximo de validade de 30 (trinta) dias, com exceção de procurações (i) com poderes ad judicia, que poderão possuir prazo de validade indeterminado, (ii) com poderes para representação perante órgãos públicos federais, estaduais e municipais, incluindo, sem limitação, a Secretaria da Receita Federal, SECEX, DECEX, Secretarias da Fazenda Estaduais e Municipais, Prefeituras, que poderão possuir prazo máximo de validade de 1 (um) ano; (iii) com poderes para a prática dos atos envolvendo a alienação ou venda de veículos automotores pela Companhia, conforme indicado no item (c) acima, que poderão ter prazo máximo de validade de 1 (um) ano; e (iv) com poderes para representação outorgados a agente fiduciário no âmbito de emissão de debêntures da Companhia, que poderão ter prazo máximo de validade atrelado à vigência da referida emissão e enquanto a dívida não for quitada.

Compete ao Diretor Presidente:

- a) dirigir a Companhia cumprindo e fazendo cumprir o Estatuto Social e as decisões dos órgãos deliberativos;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões da Diretoria;
- c) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais diretores;
- d) supervisionar os trabalhos de assessoria legal;
- e) executar atividades de administração, incluindo, sem limitação, a formalização de atos societários;
- f) representar a Companhia em juízo e fora dele, ativa e passivamente;
- e
- g) zelar pela conformidade regulatória, tributária, trabalhista e ambiental da Companhia.

Compete ao Diretor Superintendente:

- a) fornecer relatórios para as reuniões do Conselho de Administração e relatar quaisquer atos e fatos da rotina operacional da Companhia que sejam relevantes ao curso normal dos seus negócios;
- b) planejar, coordenar e manter o controle das atividades de operação, manutenção e modernização das operações da Companhia;
- c) orientar e acompanhar a elaboração e implantação de normas, métodos e rotinas operacionais, de acordo com as metas estabelecidas, inclusive promovendo a conformidade das operações às boas práticas de negócios;
- d) elaborar, em conjunto com o Diretor Administrativo Financeiro e com o Diretor Presidente, o orçamento anual e o plano de negócios da Companhia;
- e) planejar, executar e administrar as atividades de compras e suprimentos da Companhia;

- f) coordenar e produzir diretrizes para os procedimentos de compras; e
- g) auxiliar o Diretor Presidente nas atividades de dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores.

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

I. Atribuições Financeiras:

- a) coordenar as atividades internas de controles econômico-financeiros, incluindo a operacionalização atualizada dos registros contábeis e fiscais, liderando nesse contexto as equipes internas de profissionais e também empresas de prestação de serviços, quando aplicável;
- b) assegurar, em contexto de conformidade estatutária e regulamentar, a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, assim como a contratação e execução dos trabalhos de auditoria independente, de forma que a administração possa dispor de todas as informações em caráter permanente e que todos os atos corporativos e societários possam transcorrer de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e dentro dos prazos regulamentares e determinações do Conselho de Administração;
- c) representar a Companhia sob o aspecto financeiro, liderando a análise e a contratação de financiamentos que permitam a contínua execução dos negócios de acordo com as diretrizes orçamentárias deliberadas pelo Conselho de Administração; e
- d) elaborar, propor e executar, após aprovadas pelo Conselho de Administração, as peças orçamentárias e outros estudos, sobretudo o orçamento anual a ser aprovado e acompanhado através de relatórios e indicadores atualizados periodicamente, incluindo projeções de demonstrações financeiras, investimentos e estruturas de capitalização e financiamentos.

II. Atribuições Administrativas:

- a) coordenar o controle de ativos e estabelecimentos da Companhia, zelando pela sua correção sob os pontos de vista físico e contábil-fiscal;
- b) coordenar e produzir diretrizes, em conjunto com o Diretor Presidente e em conformidade com as decisões da Diretoria e do Conselho de Administração, para a integração e melhores práticas com relação aos recursos humanos e ao corpo funcional da Companhia; e
- c) coordenar e administrar direta ou indiretamente através de serviços contratados, os controles, em conformidade com prazos e determinações legais, referentes aos atos societários e corporativos da Companhia, bem como a publicação relacionada junto aos meios e entidades apropriados.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- a) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, e manter atualizados os registros da Companhia nessas instituições;

- b) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais; e
- c) cumprir com todas as funções aplicáveis ao Diretor de Relações com Investidores previstas na regulamentação em vigor.

Compete ao Diretor Comercial e de Marketing:

- a) liderar, direcionar e exercer responsabilidade funcional sobre a área de vendas para os mercados interno e externo;
- b) aprimorar os processos comerciais internos da Companhia;
- c) apresentar-se, em nome da Companhia, perante clientes, inclusive em eventos setoriais;
- d) buscar novos clientes e implementar medidas visando à manutenção dos clientes existentes, em linha com as diretrizes delineadas pelo orçamento anual da Companhia;
- e) coordenar e gerir todas as atividades relacionadas a marketing, publicidade e promoção da Companhia; e
- f) definir o plano anual de marketing e submetê-lo para aprovação perante a Diretoria e o Conselho de Administração.

**c) Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês**

O Conselho Fiscal não é permanente e não está instalado.

O Comitê de Remuneração foi formalmente instalado em 30 de junho de 2020, tendo, contudo, exercido suas atividades desde 2014.

O Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia foi formalmente instalado em 30 de junho de 2020.

**d) Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê**

**Conselho de Administração**

Em linha com o disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, o Conselho de Administração deverá realizar anualmente avaliação de desempenho, cujo resultado da avaliação do órgão como colegiado será divulgado a todos os membros do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será responsável por coordenar o processo de avaliação anual e por divulgar o respectivo resultado nos termos acima e poderá contar com o apoio de consultoria externa no processo de avaliação. O processo de avaliação incluirá, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores, uma análise do atingimento das metas pré-estabelecidas pela Companhia, baseadas em seus indicadores de resultados operacionais, estratégicos, financeiros, comerciais e de recursos humanos, bem como da frequência dos membros do Conselho de Administração às reuniões.

O Presidente do Conselho de Administração será responsável por coordenar o processo de avaliação anual e por divulgar o respectivo resultado nos termos acima. Além disso, deverão ser observadas as disposições da Política de Remuneração dos

Administradores da Companhia, conforme descrita no item 13.1 deste Formulário de Referência, no que tange à definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem como ao seu reajuste.

### **Diretoria**

Observadas as regras estabelecidas na Política de Remuneração de Administradores da Companhia O desempenho da Diretoria da Companhia é avaliado anualmente pelo Conselho de Administração de acordo com o seu desempenho e a partir de objetivos e metas previamente estabelecidos. Para detalhes sobre a avaliação dos diretores, vide item 13.1.d deste Formulário de Referência.

### **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal, quando instalado, é avaliado pela assembleia geral, levando-se em consideração as suas atribuições previstas em lei.

### **Comitês de Assessoramento**

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, caberá ao Presidente do Conselho conduzir o procedimento de avaliação periódica dos comitês de assessoramento e de seus membros, que seguirá a mesma metodologia do processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração.

## **12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais**

### **a) prazos de convocação**

A Companhia não adota práticas diferenciadas quanto a prazos de convocação.

Conforme determina a Lei das Sociedades por Ações, as assembleias são convocadas com 15 dias de antecedência para a primeira convocação e oito dias para a segunda.

### **b) competências**

Além das matérias previstas em lei, compete à Assembleia Geral de Acionistas a deliberação sobre as seguintes matérias:

(i) o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição ou remuneração aos acionistas da Companhia que exceda 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76;

(ii) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia, bem como a transformação da Companhia ou subsidiária em outro tipo societário;

(iii) alteração do Estatuto Social, incluindo, sem limitação, (a) alteração de qualquer direito decorrente das ações emitidas pela Companhia; (b) alterações no número de conselheiros ou diretores da Companhia; ou (c) modificação do objeto social;

(iv) o requerimento de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação ou dissolução da Companhia;

(v) a emissão, resgate, recompra ou criação de quaisquer títulos ou valores mobiliários a qualquer título, inclusive em favor de seus empregados e administradores; e

(vi) a fixação da remuneração global dos administradores, incluindo a participação nos resultados da Companhia, ou a criação de programas de remuneração variável, incluindo a participação nos lucros e distribuição de bônus para administradores.

### **c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Os documentos relativos à assembleia geral estão disponíveis na sede da Companhia, localizada na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Rua Paulo do Vale, 356, salão 03, fundos, Vila Cercado Grande, CEP 06804-010, bem como nos seguintes endereços eletrônicos: <http://www.maestrolocadora.com.br>, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br).

### **d) identificação e administração de conflitos de interesses**

Além de observar as disposições legais a respeito de matérias em relação as quais algum acionista esteja em situação que configure um conflito de interesses, a Companhia também observa os termos e condições previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, cuja íntegra está disponível para consulta nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia (<http://ri.maestrofrotas.com.br/>).

**e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto**

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais. O acionista poderá ser representado na assembleia geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador, advogado, instituição financeira ou administrador de fundos de investimento que represente os condôminos, quando aplicável.

**f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

O acionista poderá ser representado na assembleia geral de acionistas por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, desde que o acionista tenha depositado na Companhia, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da realização da respectiva assembleia, instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à assembleia geral munido de documentos que comprovem sua identidade e a respectiva participação acionária. Sem prejuízo do disposto acima, o procurador ou representante legal que comparecer à assembleia geral munido dos documentos referidos neste dispositivo, até o momento da abertura dos trabalhos em assembleia, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

**g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

À luz da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, ("Instrução CVM 481") a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Com o intuito de facilitar a participação de seus acionistas em suas assembleias gerais de acionistas nas quais lhes será facultado votar à distância por meio do boletim de voto, a Companhia informa que o agente escriturador de suas ações, a saber, Itaú Corretora de Valores S.A., receberá em toda a sua rede de agências bancárias espalhadas por todo o território nacional, conforme normas divulgadas pelo escriturador, o boletim de voto de seus acionistas. Os acionistas ou seus representantes deverão se inteirar dos procedimentos adotados pelo Escriturador para o recebimento do Boletim de Voto, nos termos que vierem a ser divulgados por ele.

Nos termos da Instrução CVM 481, os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a, receber boletins de voto à distância dos acionistas da Companhia. É recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao agente de custódia responsável por suas ações se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos. Nos casos em que o agente de custódia opte por receber boletins de voto à distância, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o boletim de voto à distância diretamente ao agente de custódia, observados em todos os casos os procedimentos e formalidades estabelecidos por cada agente de custódia para tanto.

No entanto, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem poderão encaminhar o boletim de voto diretamente para a Companhia, desde que observadas as regras a seguir:

O Boletim de Voto somente será recebido quando aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Avenida Queiroz Filho, nº 1560, 2º andar, Torre Beija-Flor, conj. 219, Vila Hamburguesa, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e [ri@maestrofrotas.com.br](mailto:ri@maestrofrotas.com.br), aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores.

Além disso o Boletim de Voto encaminhado à Companhia diretamente deverá estar acompanhado da seguinte documentação:

(a) extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 02 (dois) dias antes da data da realização da respectiva Assembleia Geral; e

(b) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou

(c) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista não sendo necessário o reconhecimento de firma, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos, dispensada a comprovação de sua notarização e consularização, ou alternativamente, de seu apostilamento na forma da legislação aplicável, em versão original ou cópia autenticada; ou

(d) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica.

Para os fins dos documentos previstos na alínea (d), a Companhia acatará (i) estatutos e contratos sociais, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, cópia simples do original, desde que acompanhada de certidão original emitida pelo órgão registrador ou sua cópia autenticada, atestando o registro do documento ou cópia autenticada do ato registrado; e (ii) especificamente em relação ao ato que investe o representante de poderes para votar em nome da pessoa jurídica acionista, se tratar-se de instrumento particular de mandato, não precisará conter firma reconhecida do outorgante ou de seus representantes, e deverá estar acompanhado de sua tradução juramentada devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos, sendo dispensada a apresentação dos comprovantes de notarização e consularização ou apostilamento, conforme o caso. Caso tal ato corresponda a uma reunião de conselho de administração, o acionista deverá providenciar antecipadamente o comprovante do arquivamento e publicação do ato no registro competente.

No caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio estatuto/contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente.

No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação que lhe for aplicável.

No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá estar traduzida por tradutor juramentado para o português, e registrada no competente cartório de títulos e documentos, contudo não será exigida a sua notariação e consularização. Além disso, nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 5 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, a Companhia dispensará a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que comprovado o seu apostilamento.

Documentos redigidos em outras línguas, nos termos da Lei, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada devidamente registrada no competente cartório de registro de títulos e documentos.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização

#### **h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 481 para viabilizar o processo de votação à distância, bem como para realização de assembleias parcialmente ou totalmente digitais.

#### **i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância.**

Nos termos da Instrução CVM 481, será assegurado aos acionistas, observadas a regulação vigente e as instruções contidas neste item, o direito de indicar candidatos ao cargo de membro do Conselho de Administração e/ou do Conselho Fiscal da Companhia, bem como de matérias que sejam consideradas pertinentes para inclusão na ordem do dia de sua Assembleia Geral Ordinária.

#### *Regras Gerais*

Todas as solicitações de inclusão de matérias para deliberação e de candidatos a membro do Conselho de Administração e/ou Fiscal da Companhia deverão obedecer os prazos estipulados na Instrução CVM 481 para tanto, qual sejam (i) 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária; e (ii) 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização de Assembleia Geral Extraordinária, neste caso, exclusivamente para solicitações de inclusão de candidatos a membro do Conselho de Administração e/ou do Conselho Fiscal, conforme aplicável, nas Assembleias Gerais Extraordinárias que venham a ser convocadas para este fim; e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Avenida Queiroz Filho, nº 1560, 2º andar, Torre Beija-Flor, conj. 219, Vila Hamburguesa, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e [ri@maestrofrotas.com.br](mailto:ri@maestrofrotas.com.br), aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores.

A solicitação de inclusão de matérias ou de candidatos deverá conter, local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato.

Além disso toda e qualquer solicitação deverá estar acompanhada da seguinte documentação:

(a) extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia de titularidade do respectivo acionista, contendo a indicação da respectiva participação acionária, datado de, no máximo, 02 (dois) dias antes da data da postagem da proposta de deliberação/indicação de candidato; e

(b) original ou cópia autenticada de documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, em se tratando de pessoa natural; ou

(c) instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista não sendo necessário o reconhecimento de firma, e no caso de documento lavrado no exterior, sua tradução juramentada para o português, devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos, dispensada a comprovação de sua notarização e consularização, ou alternativamente, de seu apostilamento na forma da legislação aplicável, em versão original ou cópia autenticada; ou

(d) cópia autenticada dos atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o representante de poderes bastantes para representação no âmbito de assembleias gerais, devidamente registrados nos órgãos competentes, acompanhados de suas respectivas publicações, no caso de pessoa jurídica.

Para os fins dos documentos previstos na alínea (d), a Companhia acatará (i) estatutos e contratos sociais, em certidão expedida pelo respectivo órgão de registro, cópia simples do original, desde que acompanhada de certidão original emitida pelo órgão registrador ou sua cópia autenticada, atestando o registro do documento ou cópia autenticada do ato registrado; e (ii) especificamente em relação ao ato que investe o representante de poderes para votar em nome da pessoa jurídica acionista, se tratar-se de instrumento particular de mandato, não precisará conter firma reconhecida do outorgante ou de seus representantes, e deverá estar acompanhado de sua tradução juramentada devidamente registrada no competente cartório de títulos e documentos, sendo dispensada a apresentação dos comprovantes de notarização e consularização ou apostilamento, conforme o caso. Caso tal ato corresponda a uma reunião de conselho de administração, o acionista deverá providenciar antecipadamente o comprovante do arquivamento e publicação do ato no registro competente.

No caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio estatuto/contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado, é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente.

No caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da legislação que lhe for aplicável.

No caso das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverá estar traduzida por tradutor juramentado para o

português, e registrada no competente cartório de títulos e documentos, contudo não será exigida a sua notariação e consularização. Além disso, nos termos da Convenção Sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em 5 de outubro de 1961, e promulgada pelo Decreto Nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, a Companhia dispensará a consularização de documentos estrangeiros emitidos em países signatários da mencionada convenção, desde que comprovado o seu apostilamento.

Documentos redigidos em outras línguas, nos termos da Lei, só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada devidamente registrada no competente cartório de registro de títulos e documentos.

Além disso, as solicitações de inclusão deverão ser elaboradas em linguagem clara, objetiva e que não induza os acionistas a erro, devendo conter no máximo 2.100 (dois mil e cem) caracteres (incluindo os espaços), por matéria/candidato, devendo, ainda, ser formulada como uma proposta indicando ao final o acionista responsável por sua autoria, de modo que baste aos demais acionistas aprová-la, rejeitá-la ou abster-se de deliberar sobre ela.

Adicionalmente, deverão ser encaminhadas juntamente com as solicitações de inclusão todas as informações necessárias ao correto entendimento da matéria em deliberação, especialmente caso ela se enquadre no rol de matérias que requerem informações específicas nos termos dos artigos 8º a 21 da Instrução CVM 481.

Ainda, as solicitações de inclusão de matérias e/ou candidatos deverão vir acompanhadas das informações indicadas no Anexo 21-M-II-d da Instrução CVM 481.

A solicitação de inclusão que estiver desacompanhada da documentação necessária ou, ainda, que não observar as normas aplicáveis ao caso, conforme descritas acima, não será considerada válida, e, em consequência, não será processada pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigida e reenviada pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

**j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

Não há manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores com esta finalidade.

**k) Outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância**

Conforme vier a ser oportunamente informado pela Companhia, por ocasião das convocações de suas Assembleias Gerais, a Companhia poderá, nos termos da Instrução CVM 481, realizar assembleias total ou parcialmente digitais. Nestes casos, as normas e instruções para participação serão divulgadas nas respectivas propostas de administração.

Além disso, a Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail [ri@maestrofrotas.com.br](mailto:ri@maestrofrotas.com.br).

### **12.3.– Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração**

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, permitida a eleição de suplentes, residentes no País, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo um deles o Presidente e outro o Vice-Presidente, que serão designados pela própria Assembleia Geral que os eleger.

Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 1 (um), deverá ser conselheiro independente, , devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

#### **a) frequência das reuniões**

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos bimestralmente, com melhores esforços para reunir-se mensalmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, através de carta registrada ou correio eletrônico (com a devida confirmação de recebimento), com antecedência mínima de 05 (cinco) dias e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados e dos documentos pertinentes. Não poderão ser aprovados nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia assuntos que não tenham sido incluídos na pauta apresentada na convocação da respectiva reunião, exceto se de outra forma acordado pela maioria dos conselheiros da Companhia.

A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros.

#### **b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

No Acordo de Acionistas da Companhia não há disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

#### **c) regras de identificação e administração de conflitos de interesse**

Além das regras previstas na Lei nº 6.404/76, a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia estabelece os critérios para identificação e tratamento de situações de conflito de interesses, inclusive entre membros do Conselho de Administração da Companhia. Para maiores informações a esse respeito, vide Item 16.1 deste Formulário de Referência.

**12.4 – Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem**

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei nº 6.404/76, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como das demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Bovespa Mais, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação do Bovespa Mais.

## 12.5/6 Composição e experiência prof. da administração e do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Fabio Lewkowicz	10/09/1983	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até a AGO a ser realizada em 2022	0
317.831.768-65	Empresário	33 -Conselheiro (efetivo) e Dir. Presidente	30/04/2021	Sim	100%
Diretor Comercial e de Marketing eleito e empossado em 23/04/2020 com mandato até 1ª RCA que seguir a AGO a ser realizada em 2021 e Membro do Conselho de Administração e Comitê de Remuneração.					
<p>Descrição da trajetória profissional:</p> <p>Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) de São Paulo, com Pós-Graduação em Finanças Corporativas e Investment Banking pela Fundação Instituto de Administração (FIA). O Sr Lewkowicz iniciou sua carreira no Grupo ABA em 2002, grupo de revenda de automóveis que é controlado pela Família Lewkowicz, e fundou a Companhia em 2007. Desde então, ocupa a posição de Diretor Presidente, na Companhia, passando a cumular este cargo com o de Diretor Superintendente. O Sr. Lewkowicz não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					
Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Monica Jorgino Marcondes	16/03/1967	Pertence apenas à Diretoria	30/04/2021	Até 1ª RCA que seguir a AGO a ser realizada em 2022	5
101.167.638-92	Administradora de Empresas	19 - Outros Diretores	30/04/2021	Sim	80%
N/A					

Descrição da trajetória profissional:

Graduada em Letras Inglês/Português pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/SP, com MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a Sra. Monica iniciou a sua carreira profissional na Hertz Locadora de Veículos Ltda, em 1994, atuando como start up da operação da Hertz no Brasil. A Sra. Monica tem mais de 20 anos de experiência no ramo de locação de automóveis exercendo funções de supervisão e gerência de operações (locadoras Best Fleet e Unidas S/A). Em 2009 atuou como Diretora de Operações no start up da marca chinesa de veículos JAC Motors no Brasil. Desde junho de 2014, ocupa a posição de Gerente de Operações e foi eleita, em julho de 2015, para o cargo de Diretora Superintendente. A Sra. Monica não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Alberto Costa Sousa Camões	19/11/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até AGO a ser realizada em 2022	9
048.555.488-71	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2021	Sim	0.00%
Conselheiro suplente do conselheiro Eduardo Magalhães Oliveira.					

Descrição da trajetória profissional:

Sócio-fundador do Grupo Stratus, firma brasileira de gestão de fundos de private-equity voltada ao middle-market. Atualmente é presidente ou membro de conselhos de administração de empresas investida por fundos geridos pelo Grupo Stratus (Maestro, Flex, Just Fit, BBM). Nos últimos 20 anos participou ou liderou mais de uma dúzia de outros conselhos de administração, inclusive o da primeira empresa com participação de fundos de private equity que foi listada e fez IPO no Bovespa Mais, a Senior Solution. Foi Partner do fundo Newbridge Latin America, afiliado ao Texas Pacific Group (TPG). Foi Head de fusões e aquisições do Banco Pactual. Trabalhou na McKinsey & Co. por vários anos, em projetos estratégicos, operacionais e organizacionais em diversos setores econômicos, no Brasil, México e EUA. Foi no início de sua trajetória profissional engenheiro de campo sênior da Schlumberger, empresa líder mundial em serviços petrolíferos, tendo trabalhado no México e Argentina. Engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com MBA pelo Insead. O Sr. Camões não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Eduardo Magalhães Oliveira	08/12/1975	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até AGO a ser realizada em 2022	9

205.371.978-85	Administrador de empresas	21 -- Vice-Presidente do Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100%
Membro do Comitê de Remuneração					
<p>Descrição da trajetória profissional:</p> <p>Graduado em Administração de Empresas pela FGV-SP, com MBA pelo INSEAD (França/Cingapura). O Sr. Oliveira iniciou a carreira como analista na OPP Petroquímica (atualmente Braskem); foi analista no Banco Axial; gerente de investimentos no Grupo Stratus; investment professional no Cycladic Capital em Londres e diretor do Pátria Investimentos. O Sr. Oliveira é sócio do Grupo Stratus, tendo ocupado diversas posições na administração das empresas investidas pela firma. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Cinesystem S.A., empresa responsável por uma rede de cinemas. O Sr. Oliveira ocupa a posição de Conselheiro de Administração da Companhia desde outubro de 2011. O Sr. Oliveira não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					
<b>Nome</b>	<b>Data de nascimento</b>	<b>Órgão administração</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Número de Mandatos Consecutivos</b>
<b>CPF</b>	<b>Profissão</b>	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Percentual de participação nas reuniões</b>
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Antônio Carlos Romeiras de Lemos	23/09/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até AGO a ser 2022	7
059.565.247-66	Administrador de empresas	24 - Presidente do Conselho de Administração Independente	30/04/2021	Sim	100.00%
Coordenador do Comitê de Remuneração e Membro do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos					
<p>Descrição da trajetória profissional:</p> <p>Graduado em Economia pela Universidade de Edimburgo (Escócia), e Mestre em Economia pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). O Sr Lemos iniciou a carreira como analista de investimentos na Shell; foi gestor de contas corporativas no Citibank em Portugal e mais tarde responsável de mercado de capitais e tesoureiro na mesma instituição. Foi conselheiro do Banco Espírito Santo de Investimentos e responsável global de renda fixa e gestão de riscos desta instituição. Foi CFO do Grupo SAG em Portugal e mais tarde CEO da Unidas S.A., empresa locadora de veículos do Grupo SAG no Brasil. É sócio-gerente da Resolutions, empresa de gestão de projetos imobiliários, e conselheiro independente da Companhia desde abril de 2013. É conselheiro certificado pelo IBCG e administrador de valores mobiliários registrado na CVM. O Sr. Lemos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. É considerando membro independente do Conselho de Administração de acordo com o conceito constante do Regulamento do Bovespa Mais.</p>					
<b>Nome</b>	<b>Data de nascimento</b>	<b>Órgão administração</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Número de Mandatos Consecutivos</b>
<b>CPF</b>	<b>Profissão</b>	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Percentual de participação nas reuniões</b>
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			

<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Cristiana Pereira	14/02/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até AGO a ser realizada em 2022	0
120.701.098-79	Economista	27 - Conselho de Administração Independente (efetivo)	30/04/2021	Sim	100.00%
Membro do Comitê de Remuneração					
<p>Descrição da trajetória profissional:</p> <p>Graduada em Economia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP (1992), e Mestre em Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (1997), adicionalmente ela possui MBA pela Harvard Business School, Cambridge – EUA (2004). A Sra. Pereira ocupou o cargo de Diretora de Listagem e Desenvolvimento de Emissores entre junho de 2010 e novembro de 2017. Em desde março de 2018, é sócia fundadora da ACE Governance, atuando com assessoria para executivos e conselheiros em governança corporativa. Atualmente a Sra. Cristiana Pereira ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração (desde setembro de 2016) e Coordenadora do Comitê de Gestão do CA (desde junho de 2020) do CESAR – Instituto de Inovação do Recife e de membro do Conselho Fiscal do Banco Bradesco S.A. desde março de 2020. A Sra. Cristiana Pereira não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. É considerando membro independente do Conselho de Administração de acordo com o conceito constante do Regulamento do Bovespa Mais.</p>					
Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Rosângela dos Santos	16/12/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2021	Até AGO a ser realizada em 2022	0
132.346.298-89	Administradora de Empresas e Bacharel em Ciências Contábeis	27 - Conselho de Administração Independente (efetivo)	30/06/2021	Sim	100%
Coordenadora do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos					
<p>Descrição da trajetória profissional:</p> <p>Graduada em Administração de Empresas (1991) e em Ciências Contábeis (2001) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, possui MBA em Governança Corporativa e Mercado de Capitais pela BI International (2014). Além disso ela é conselheira de administração e fiscal certificada pelo IBGC, desde novembro de 2017. A Sra. Rosângela dos Santos ocupou um cargo de Diretora Executiva de Riscos Corporativos para Brasil no Banco Standard de Investimentos (Standard Bank Group) entre 2009 e 2015. Em seguida ocupou o cargo de Diretora Executiva de Operações e Crédito (CCOO) no Banco Inbursa S.A. (Grupo Financeiro Inbursa – GFI) entre março de 2015 e julho de 2019. A Sra. Rosângela dos Santos atua também como voluntária no IBEF e no GoNew, como palestrante em debates técnicos e produzindo conteúdo para os associados. Além disso ela é Conselheira Fiscal da Fundação Stickel. A Sra. Rosângela dos Santos não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. É considerando membro independente do Conselho de Administração de acordo com o conceito constante do Regulamento do Bovespa Mais.</p>					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves	10/01/1972	Pertence apenas à Diretoria	30/06/2021	Até 1ª RCA que seguir a AGO a ser realizada em 2022	2
146.327.718-05	Engenheiro	Dir. Rel. Invest.	30/06/2021	Sim	100%
Diretor Administrativo Financeiro					
<p>Descrição da trajetória profissional:</p> <p>Graduado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com MBA pela Nyenrode Universtiteit (The Netherlands Business School). O Sr. Alves iniciou a sua carreira profissional na General Motors do Brasil, em 1993, ocupando posteriormente posições em bancos de investimento na Holanda e na Alemanha. O Sr. Alves tem mais de 10 anos de experiência em funções executivas em diversas empresas, tendo sido gerente financeiro de 2002 a 2003 e 2008 a 2011 na Unidas S.A., empresa locadora de veículos, em São Paulo. Desde outubro de 2011, ocupa a posição de Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia e foi eleito, em janeiro de 2015, para o cargo de Diretor de Relações com Investidores. O Sr. Alves não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					
Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Alberto Costa Sousa Camões	19/11/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/06/2021	Até 1ª RCA que seguir a AGO a ser realizada em 2022	2
048.555.488-71	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/06/2021	Sim	0%
<p>Descrição da trajetória profissional:</p> <p>Sócio-fundador do Grupo Stratus, firma brasileira de gestão de fundos de private-equity voltada ao middle-market. Atualmente é presidente ou membro de conselhos de administração de empresas investida por fundos geridos pelo Grupo Stratus (Maestro, Flex, Just Fit, BBM). Nos últimos 20 anos participou ou liderou mais de uma dúzia de outros conselhos de administração, inclusive o da primeira empresa com participação de fundos de private equity que foi listada e fez IPO no Bovespa Mais, a Senior Solution. Foi Partner do fundo Newbridge Latin America, afiliado ao Texas Pacific Group (TPG). Foi Head de fusões e aquisições do Banco Pactual. Trabalhou na McKinsey &amp; Co. por vários anos, em projetos estratégicos, operacionais e organizacionais em diversos setores</p>					

econômicos, no Brasil, México e EUA. Foi no início de sua trajetória profissional engenheiro de campo sênior da Schlumberger, empresa líder mundial em serviços petrolíferos, tendo trabalhado no México e Argentina. Engenheiro aeronáutico formado pelo ITA, com MBA pelo Insead. O Sr. Camões não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

<b>Nome</b>	<b>Data de nascimento</b>	<b>Órgão administração</b>	<b>Data da eleição</b>	<b>Prazo do mandato</b>	<b>Número de Mandatos Consecutivos</b>
<b>CPF</b>	<b>Profissão</b>	<b>Cargo eletivo ocupado</b>	<b>Data de posse</b>	<b>Foi eleito pelo controlador</b>	<b>Percentual de participação nas reuniões</b>
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Alan Lewkovicz		Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até 1ª RCA que seguir a AGO a ser realizada em 2022	1
368.624.248-66		23 - Conselho de Administração (Suplente)	30/04/2021	Sim	0%
Descrição da trajetória profissional: .					

**12.7 /8 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários**

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Antônio Carlos Romeiras de Lemos	23/09/1958	Pertence ao Comitê de Auditoria	30/04/2021	Até AGO a ser realizada em 2022	0
059.565.247-66	Administrador de empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2021	Sim	0.00%
Membro do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê de Remuneração					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Vide Item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					
Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Rosângela dos Santos	16/12/1968	Pertence ao Comitê de Auditoria	30/04/2021	Até 1ª RCA que seguir a AGO a ser realizada em 2022	0
132.346.298-89	Administradora de Empresas e Bacharel em Ciências Contábeis	Outros – Coordenadora do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos	30/04/2021	Sim	0.00%
Membro do Conselho de Administração					
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência					
Vide Item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					
Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos

CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
Fernando Zingales Oller do Nascimento	17/06/1978	Pertence ao Comitê de Auditoria	30/04/2021	Até AGO a ser realizada em 2022	0
270.962.798-14	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2021	Sim	0.00%
N/A					
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
<p>Fernando Zingales Oller do Nascimento - 270.962.798-14</p> <p>Graduado em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, com MBA pela FGV São Paulo. O Sr. Zingales iniciou sua carreira profissional no Citibank, no corporate bank, ocupando posteriormente cargos no DEG - Banco de Desenvolvimento Alemão, atuando com dívidas estruturadas, mezaninos e private equity. Atualmente ocupa o cargo de diretor de investimento de um Family Office no Rio de Janeiro. O Sr. Zingales não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p> <p>Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) de São Paulo, com Pós-Graduação em Finanças Corporativas e Investment Banking pela Fundação Instituto de Administração (FIA). O Sr. Lewkowicz iniciou sua carreira no Grupo ABA em 2002, grupo de revenda de automóveis que é controlado pela Família Lewkowicz, e fundou a Companhia em 2007. Desde então, ocupa a posição de Diretor Presidente, na Companhia, passando a cumular este cargo com o de Diretor Superintendente. O Sr. Lewkowicz não sofreu, nos últimos cinco anos qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.</p>					
Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
Antônio Carlos Romeiras de Lemos	23/09/1958	Pertence ao Comitê de Remuneração	30/06/2020	Até AGO a ser realizada em 2021	0
059.565.247-66	Administrador de empresas	Presidente do Comitê	30/06/2020	Sim	0.00%
Membro do Conselho de Administração e Comitê de Auditoria					
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Vide Item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					

Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
Cristiana Pereira	14/02/1971	Pertence ao Comitê de Remuneração	30/04/2021	Até AGO a ser realizada em 2022	0
120.701.098-79	Economista	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2021	Sim	0.00%
Membro do Conselho de Administração					
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Vide Item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					
Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
Eduardo Magalhães Oliveira	08/12/1975	Pertence ao Comitê de Remuneração	30/04/2021	Até AGO a ser realizada em 2022	0
205.371.978-85	Administrador de empresas	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2021	Sim	0.00%
Membro do Conselho de Administração					
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Vide Item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					
Nome	Data de nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos e funções exercidas no emissor</b>		<b>Descrição de outro cargo / função</b>			
Fabio Lewkowicz	10/09/1983	Pertence ao Comitê de Remuneração	30/04/2021	Até AGO a ser realizada em 2022	0

317.831.768-65	Empresário	Membro do Comitê (Efetivo)	30/06/2020	Sim	0.00%
Diretor Comercial e de Marketing e Membro do Conselho de Administração					
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					
Vide Item 12.5/6 deste Formulário de Referência.					

**12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:**

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
------	-----	--	------	---

**Cargo**

**Administrador do emissor ou controlada**

Fabio Lewkowicz Membro do Conselho de Administração (efetivo) e Diretor Presidente e Diretor Comercial e de Marketing	317.831.768-65	Maestro Locadora de Veículos S.A.	08.795.211/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	-----------------------------------	--------------------	---

**Pessoa relacionada**

Alan Lewkowicz Acionista	368.624.248-66	Maestro Locadora de Veículos S.A.	08.795.211/0001-70	
-----------------------------	----------------	-----------------------------------	--------------------	--

**Observação**

Os Srs. Alan e Fabio integram o controle acionário da Companhia, em conjunto com sua irmã Natalie, diretamente e por meio da Lewco Participações e Administração Ltda.

**Administrador do emissor ou controlada**

Fabio Lewkowicz Membro do Conselho de Administração (efetivo) e e Diretor Presidente e Diretor Comercial e de Marketing	317.831.768-65	Maestro Locadora de Veículos S.A.	08.795.211/0001-70	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
--	----------------	-----------------------------------	--------------------	---

**Pessoa relacionada**

Natalie Lewkowicz Rivkind Acionista que integra o controle acionário em conjunto com seus irmão Fabio e Alan.	346.821.758-74	Lewco Participações e Administração Ltda.		
--	----------------	---	--	--

**Observação**

O Sr. Fabio e a Sra. Natalie integram o controle acionário da Companhia, em conjunto com seu irmão Alan, diretamente e por meio da Lewco Participações e Administração Ltda.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; ou (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.**

**2018**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Exercício Social 31/12/2018			
<b><u>Administrador do emissor</u></b>			
ALAN LEWKOWICZ	368.624.248-66	Prestação de serviço	Fornecedor
CONSELHEIRO EFETIVO			
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>			
Aba Motors Coml. Imp. de Peças e Serviços Ltda.	01.294.425/0001-13		
DIRETOR			
Observação			
-			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Exercício Social 31/12/2018			
<b><u>Administrador do emissor</u></b>			
FABIO LEWKOWICZ	317.831.768-65	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor			
<b><u>Pessoa relacionada</u></b>			
Aba Motors Coml. Imp. De Peças e Serviços Ltda.	01.294.425/0001-13		
SÓCIO			
Observação			
-			

2019

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b>			
Exercício Social 31/12/2019			
<b>Administrador do emissor</b>			
ALAN LEWKOWICZ	368.624.248-66	Prestação de serviço	Fornecedor
CONSELHEIRO EFETIVO			
<b>Pessoa relacionada</b>			
Aba Motors Coml. Imp. De Peças e Serviços Ltda.	01.294.425/0001-13		
DIRETOR			
Observação -			

<b>Identificação</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	<b>Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada</b>	<b>Tipo de pessoa relacionada</b>
<b>Cargo/Função</b>			
Exercício Social 31/12/2019			
<b>Administrador do emissor</b>			
FABIO LEWKOWICZ	317.831.768-65	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor			
<b>Pessoa relacionada</b>			
Aba Motors Coml. Imp. De Peças e Serviços Ltda.	01.294.425/0001-13		
SÓCIO			
Observação -			

2020

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Exercício Social 31/12/2020			
<b>Administrador do emissor</b>			
ALAN LEWKOWICZ	368.624.248-66	Prestação de serviço	Fornecedor
CONSELHEIRO EFETIVO			
<b>Pessoa relacionada</b>			
Aba Motors Coml. Imp. De Peças e Serviços Ltda.	01.294.425/0001-13		
DIRETOR			
Observação -			

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Exercício Social 31/12/2020			
<b>Administrador do emissor</b>			
FABIO LEWKOWICZ	317.831.768-65	Prestação de serviço	Fornecedor
Diretor			
<b>Pessoa relacionada</b>			
Aba Motors Coml. Imp. De Peças e Serviços Ltda.	01.294.425/0001-13		
SÓCIO			
Observação -			

**12.11 Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções.**

Em 08 de janeiro de 2021, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com apólice vigente à partir das vinte e quatro horas de 08 de janeiro de 2021 até as vinte e quatro horas do dia 08 de janeiro de 2022.

O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados períodos de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

Adicionalmente a Companhia esclarece que não há, na data deste Formulário de Referência acordos, contratos ou ajustes de indenidade firmados com seus Administradores.

## **12.12 – Outras informações relevantes**

### *Assembleias Gerais de acionistas realizadas pela Companhia nos últimos 3 exercícios sociais*

Foram dispensadas de convocação, nos termos do artigo 133, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, as assembleias gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais, sendo que elas foram instaladas com acionistas representando a totalidade do capital social. Além disso, foram dispensadas as publicações pela Companhia de avisos aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras, nos termos do artigo 133, §5º, do referido dispositivo legal.

A Companhia possui um Comitê de Remuneração, é órgão colegiado, permanente, não estatutário, de assessoramento e instrução, instituído pelo Conselho de Administração e que tem como finalidade o assessoramento do Conselho de Administração nas questões relativas à política de remuneração, avaliação de desempenho e o programa de participação nos resultados dos órgãos de administração da Companhia e determinados funcionários. Para maiores informações vide item 12.1

**13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos (as informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais):**

**a) objetivos da política ou prática de remuneração**

A Política de Remuneração dos Administradores da Companhia tem por objetivo estabelecer os critérios de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, quando instalados, (em conjunto, os "Administradores"), bem como dos membros do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia, de forma a utilizar a remuneração como ferramenta efetiva de atração, motivação e retenção dos Administradores e assegurar que seja estruturada de forma justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo, proporcionando o alinhamento de seus interesses com os interesses de longo prazo da Companhia.

**b) composição da remuneração, indicando:**

**i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

A remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração de longo prazo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal e Comitês de Assessoramento que farão jus somente à remuneração fixa.

Caberá ao Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Remuneração e observados os parâmetros previstos nesta Política, determinar a proporção de cada componente da remuneração dos Diretores e membros do Conselho de Administração, sempre considerando a remuneração global fixada pela Assembleia Geral de Acionistas.

**Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração farão jus a uma remuneração a ser determinada e aprovada pelo Conselho de Administração, observada a determinação do valor global de tal remuneração aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas para cada exercício, composta por remuneração fixa e benefício de assistência médica. Aos membros do Conselho de Administração que cumulareem funções na Diretoria da Companhia, caberá apenas a remuneração referente ao cargo de Diretor.

Atualmente, apenas os Conselheiros Independentes recebem remuneração fixa mensal.

**Diretoria estatutária e não-estatutária**

A Companhia não possui diretoria não-estatutária. A remuneração dos membros da Diretoria estatutária da Companhia, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores da Companhia é composta por: (i) remuneração fixa (pró-labore); (ii) benefícios, incluindo plano de assistência médica, vale-refeição e a utilização de carro designado pela Companhia com auxílio combustível; e (iii) remuneração variável. Faz parte da compensação anual dos diretores da Companhia o pagamento de bônus após apuração anual de resultados (em relatório elaborado por auditoria externa) e mediante o cumprimento de metas estratégicas, financeiras e operacionais pré-estabelecidas e apresentadas pelo Comitê de Remuneração da Companhia.

Estas metas abrangem indicadores de resultados operacionais, tais como EBITDA, estratégicos, financeiros, comerciais e de recursos humanos. A definição do indicador específico para cada área pode variar a medida da evolução do plano de negócios da Companhia.

#### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento não permanente. Quando instalado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é estipulada pelos acionistas, reunidos em assembleia geral, e dentro dos parâmetros legalmente estipulados.

#### Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração que também atuem nos Comitês de Assessoramento, instalados ou a serem instalados não recebem qualquer remuneração em razão deste cargo.

Os membros externos dos Comitês de Assessoramento farão jus a uma remuneração fixa mensal a ser determinada pelo Conselho de Administração.

## ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária foi composta integralmente de remuneração fixa.

<b>Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2020</b>			
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>			
Salário ou pró-labore	68,22%	62,04%	0,00%
Benefícios Diretos ou Indiretos	18,14%	6,40%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	13,64%	12,41%	0,00%
<b>Remuneração Variável</b>			
Bônus	0,00%	15,95%	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	3,19%	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>

<b>Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2019</b>			
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>			
Salário ou pró-labore	65,68%	61,04%	0,00%
Benefícios Diretos ou Indiretos	21,19%	7,83%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	13,14%	12,21%	0,00%
<b>Remuneração Variável</b>			
Bônus	0,00%	15,77%	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	3,15%	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em a�es	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>

<b>Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2018</b>			
<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>			
Salário ou pró-labore	83,33%	52,85%	0,00%
Benefícios Diretos ou Indiretos	0,00%	5,81%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	16,67%	10,57%	0,00%
<b>Remuneração Variável</b>			
Bônus	0,00%	25,65%	0,00%
Participação nos Resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participações em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	5,13%	0,00%
Benefícios Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em a�es	0,00%	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>

### **iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A Companhia busca, anualmente, avaliar a remuneração praticada pelo mercado com o objetivo de fixar a remuneração de seus administradores. A fixação da remuneração deve assegurar, quando possível, a recomposição da inflação.

### **iv. razões que justificam a composição da remuneração**

Nos termos da Política de Remuneração dos Administradores da Companhia, a remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração de longo prazo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal que farão jus somente à remuneração fixa.

A remuneração fixa terá como objetivo a compensação direta pelos serviços prestados, em linha com as práticas de mercado e será baseada nas responsabilidades do cargo e experiências individuais.

A remuneração variável terá como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, clientes e demais stakeholders e deverá observar critérios que venham a ser definidos, e periodicamente revisados, pelos administradores da Companhia, mas preferencialmente baseando-se no atingimento de metas individuais e coletivas.

O pacote de benefícios terá por objetivo oferecer aos Administradores um pacote compatível com as práticas de mercado e de outras empresas de porte similar e/ou atuando no mesmo setor da Companhia.

A remuneração de longo prazo terá o objetivo de reter profissionais e promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, buscando o alinhamento de objetivos entre os executivos e acionistas da Companhia permitindo que as pessoas que estão ou estarão envolvidas no seu crescimento possam ter parte de sua remuneração atrelada ao crescimento sustentável e valorização da Companhia.

**c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

São componentes considerados na determinação da remuneração variável aqueles relacionados com o cumprimento de metas estratégicas, financeiras e operacionais pré-estabelecidas e apresentadas pelo Comitê de Remuneração da Companhia. Estas metas abrangem indicadores de resultados operacionais, tais como EBITDA, estratégicos, financeiros, comerciais e de recursos humanos. A definição do indicador específico para cada área pode variar a medida da evolução do plano de negócios da Companhia.

**d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração global dos Administradores da Companhia poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração de longo prazo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal que farão jus somente à remuneração fixa.

Na data deste Formulário de Referência, os membros do Conselho de Administração são elegíveis apenas à remuneração fixa, portanto sem efeitos de indicadores de desempenho. Até esta data, o Conselho Fiscal não havia sido instalado. Os membros do Comitê de Remuneração não recebem qualquer remuneração em razão deste cargo.

A remuneração variável terá como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, clientes e demais stakeholders e deverá observar critérios que venham a ser definidos, e periodicamente revisados, pelos administradores da Companhia, mas preferencialmente baseando-se no atingimento de metas individuais e coletivas.

Os montantes a serem atribuídos como remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva, conforme definido e revisado periodicamente pelos Administradores, do participante com base nas metas pré-estabelecidas.

A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

A remuneração da Diretoria é estruturada para que reflita o atingimento de algumas métricas específicas do plano de negócios aprovado pela Companhia.

As métricas de avaliação são divididas em dois grupos: comuns, ou seja, relacionadas ao desempenho geral da Companhia, e específicas, relativas ao atingimento de objetivos específicos de setores chaves.

Tanto as metas comuns como as específicas podem variar de acordo com a evolução do negócio e do posicionamento estratégico aprovado. A definição do indicador específico para cada área pode variar a medida da evolução do plano de negócios da Companhia.

São exemplos dos indicadores das metas comuns o EBITDA, a dívida líquida e o crescimento global, tanto orgânico como por aquisições, utilizados como parâmetros chaves na avaliação dos executivos da Companhia.

São exemplos de metas específicas típicas a diversificação e o índice de fidelização de clientes (comercial), turn-over de colaboradores (RH), custo e duration do endividamento (financeiro).

**e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

Em conformidade com a Política de Remuneração dos Administradores da Companhia, a remuneração global dos Administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração de longo prazo; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, exceto pelos membros do Conselho Fiscal que farão jus somente à remuneração fixa.

Neste sentido, a remuneração variável terá como objetivo direcionar as ações dos Administradores ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, clientes e demais stakeholders e deverá observar os critérios que venham a ser definidos, e periodicamente revisados, pelos administradores da Companhia, mas preferencialmente baseando-se no atingimento de metas individuais e coletivas.

A remuneração de longo prazo, por sua vez, terá o objetivo de reter profissionais e promover o crescimento e a lucratividade a longo prazo da Companhia, buscando o alinhamento de objetivos entre os executivos e acionistas da Companhia permitindo que as pessoas que estão ou estarão envolvidas no seu crescimento possam ter parte de sua remuneração atrelada ao crescimento sustentável e valorização da Companhia.

Todas as metas descritas no item 13.1.d acima têm como objetivo medir de forma direta (metas comuns) ou indireta (metas específicas) a adição de valor à Companhia. Tais metas são medidas e acompanhadas pelo Conselho de Administração frequentemente, permitindo rápida avaliação da evolução dos negócios e norteando tomadas de decisões que estejam sempre alinhadas com os interesses dos acionistas.

**f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável, uma vez que não houve remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

**g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não foi estabelecida qualquer regra associada a eventos societários.

**13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal em relação ao exercício atual e aos 3 últimos exercícios sociais**

<b>Remuneração total prevista para o exercício social corrente - 31/12/2021- Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Número de membros remunerados	3,00	3,00	0,00	6,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$ 196.200,00	R\$ 1.397.400	R\$ -	R\$ 1.593.600,00
Benefícios direto e indireto	R\$ 33.183,60	R\$ 119.002,32	R\$ -	R\$ 152.185,92
Participações em Comitês	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros	R\$ 39.240,00	R\$ 279.480,00	R\$ -	R\$ 318.720,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	R\$ -	R\$ 931.600,00	R\$-	R\$ 931.600,00
Participação de resultados	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$ -
Participação em reuniões	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$ -
Comissões	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$ -
Outros	R\$ -	R\$ 186.320,00	R\$-	R\$ 186.320,00
Descrição de outras remunerações variáveis	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).
Pós-emprego	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$-
Cessação do cargo	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$-
Baseada em ações	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$-
Observação	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020
<b>Total de remuneração</b>	R\$ 268.623,60	R\$ 2.913.802,32	R\$-	R\$ 3.182.425,92

<b>Exercício Social encerrado em 31/12/2020- Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
Número de membros remunerados	3,00	4,00	0,00	7,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$124.800	R\$1.358.800,00	R\$-	R\$ 1.483.600,00
Benefícios direto e indireto	R\$ 33.183,60	R\$ 140.246,40	R\$-	R\$ 173.430,00
Participações em Comitês	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Outros	R\$24.960	R\$ 271.760,00	R\$-	R\$ 296.720,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	R\$ -	R\$349.350,00	R\$-	R\$ 349.350,00
Participação de resultados	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Participação em reuniões	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Comissões	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Outros	R\$ -	R\$ 69.870,00	R\$-	R\$ 69.870,00
Descrição de outras remunerações variáveis	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).
Pós-emprego	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Cessaçã o do cargo	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Baseada em ações	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Observação	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020
<b>Total de remuneração</b>	R\$182.943,60	R\$2.190.026,40	R\$-	R\$ 2.372.960,00

<b>Exercício Social encerrado em 31/12/2019- Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	4,00	0,00	9,00
Número de membros remunerados	1,00	4,00	0,00	5,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$60.000,00	R\$1.545.600,00	R\$-	R\$ 1.605.600,00
Benefícios direto e indireto	19.357,00	R\$ 198.286,00	R\$-	R\$ 217.643,00
Participações em Comitês	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Outros	R\$12.000,00	R\$ 309.120,00	R\$-	R\$321.120,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	R\$ -	R\$399.280,00	R\$-	R\$ 399.280,00
Participação de resultados	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Participação em reuniões	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Comissões	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Outros	R\$ -	R\$ 79.856,00	R\$-	R\$79.856,00
Descrição de outras remunerações variáveis	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).
Pós-emprego	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Cessaçã o do cargo	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Baseada em ações	R\$ -	R\$-	R\$-	R\$-
Observação	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020
<b>Total de remuneração</b>	R\$91.357,10	R\$2.532.142,00	R\$-	R\$ 2.623.499

<b>Exercício social encerrado em 31/12/2018- Valores Anuais</b>				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Número de membros remunerados	1,00	3,00	0,00	4,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	R\$57.600,00	R\$ 1.236.000,00	R\$-	R\$1.293.600,00
Benefícios direto e indireto	R\$ -	R\$135.892,80	R\$-	R\$ 135.892,80
Participações em Comitês	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$-
Outros	R\$11.520,00	R\$247.200,00	R\$-	R\$ 258.720,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS) e gratificação paga em 2018.	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos (FGTS e INSS).
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	R\$ -	R\$599.820,00	R\$-	R\$ 599.820,00
Participação de resultados	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$-
Participação em reuniões	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$-
Comissões	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$-
Outros	R\$ -	R\$119.964,00	R\$-	R\$ 119.964,00
Descrição de outras remunerações variáveis	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre a remuneração variável (FGTS e INSS).
Pós-emprego	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$-
Cessaçã o do cargo	R\$ -	R\$ -		R\$-
Baseada em ações	R\$ -	R\$ -	R\$-	R\$-
Observação	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020	O número de membros e o número de membros remunerados foi calculado conforme instruções contidas no Ofício Circular CVM/SEP/02/2020
<b>Total de remuneração</b>	R\$69.120,00	R\$ 2.338.876,80	R\$-	R\$2.407.996,80

### 13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal em relação ao exercício atual e aos 3 últimos exercícios sociais

Prevista para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número total de membros</b>	5,00	3,00	0,00	8,00
<b>Número de membros remunerados</b>	3,00	3,00	0,00	6,00
<b>Em relação ao bônus</b>				0,00
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 931.600,00	R\$ 0,00	R\$ 931.600,00
<b>Outros (1)</b>	R\$ 0,00	R\$ 186.320,00	R\$ 0,00	R\$ 186.320,00
<b>Em relação à participação no resultado</b>				0,00
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00

(1) O montante informado refere-se a soma do Bônus Diferido relativo a exercícios anteriores, cessação de cargo e seus respectivos encargos (INSS e FGTS).

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número total de membros</b>	5,00	4,00	0,00	9,00
<b>Número de membros remunerados</b>	1,00	4,00	0,00	5,00
<b>Em relação ao bônus</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 349.350,00	R\$ 0,00	R\$ 349.350,00
<b>Outros (1)</b>	R\$ 0,00	R\$ 69.870,00	R\$ 0,00	R\$ 69.870,00
<b>Em relação à participação no resultado</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	5,00	4,00	0,00	9,00
<b>Número de membros remunerados</b>	1,00	4,00	0,00	5,00
<b>Em relação ao bônus</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 399.280,00	R\$ 0,00	R\$ 399.280,00
<b>Outros (1)</b>	R\$ 0,00	R\$ 79.856,00	R\$ 0,00	R\$ 79.856,00
<b>Em relação à participação no resultado</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

(1) O montante informado refere-se a soma do Bônus Diferido relativo a exercícios anteriores, cessação de cargo e seus respectivos encargos (INSS e FGTS).

<b>Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número total de membros</b>	5,00	3,00	0,00	8,00
<b>Número de membros remunerados</b>	1,00	3,00	0,00	4,00
<b>Em relação ao bônus</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 599.820,00	R\$ 0,00	R\$ 599.820,00
<b>Outros (1)</b>	R\$ 0,00	R\$ 119.964,00	R\$ 0,00	R\$ 119.964,00
<b>Em relação à participação no resultado</b>				
i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

(1) O montante informado refere-se a soma do Bônus Diferido relativo a exercícios anteriores, cessação de cargo e seus respectivos encargos (INSS e FGTS).

#### **13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações. Contudo, como parte da sua política de remuneração variável será submetido à deliberação de seus acionistas um plano de remuneração baseado em ações para seus administradores, após a realização da sua oferta pública inicial de ações e, para tanto, observará todas as condições legais aplicáveis.

### **13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações. Contudo, como parte da sua política de remuneração variável será submetido à deliberação de seus acionistas um plano de remuneração baseado em ações para seus administradores, após a realização da sua oferta pública inicial de ações e, para tanto, observará todas as condições legais aplicáveis.

### **13.6 Opções em aberto**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações. Contudo, como parte da sua política de remuneração variável será submetido à deliberação de seus acionistas um plano de remuneração baseado em ações para seus administradores, após a realização da sua oferta pública inicial de ações e, para tanto, observará todas as condições legais aplicáveis.

### **13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações. Contudo, como parte da sua política de remuneração variável será submetido à deliberação de seus acionistas um plano de remuneração baseado em ações para seus administradores, após a realização da sua oferta pública inicial de ações e, para tanto, observará todas as condições legais aplicáveis.

.

**13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – Método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável, uma vez que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações. Contudo, como parte da sua política de remuneração variável será submetido à deliberação de seus acionistas um plano de remuneração baseado em ações para seus administradores, após a realização da sua oferta pública inicial de ações e, para tanto, observará todas as condições legais aplicáveis.

.

**13.9 Ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou quotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão**

As participações em ações, quotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas pelos Administradores da Companhia, direta ou indiretamente, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2020 estão indicadas abaixo:

Característica dos Títulos	Quantidade		
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Ações Emissão da Companhia	0	0	N/A
Quotas de Emissão da Lewco Participações e Administração Ltda.	5.000	5.000	

**13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Na data deste Formulário de Referência, não há plano de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários da Companhia.

### 13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
<b>Nº de membros</b>	5,00	5,00	5,00	4,00	4,00	3,00	0,00	0,00	0,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	3,00	1,00	1,00	4,00	4,00	3,00	0,00	0,00	0,00
<b>Valor da maior remuneração (em reais)</b>	R\$ 108.063,60	R\$ 72.000,00	R\$ 69.120,00	R\$ 880.071,60	R\$ 903.664,00	R\$ 974.706,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Valor da menor remuneração (em reais)</b>	R\$ 37.440,00	R\$ 72.000,00	R\$ 69.120,00	R\$ 61.911,60	R\$ 484.415,00	R\$ 550.080,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Valor médio da remuneração (em reais)</b>	R\$ 60.981,20	R\$ 91.357,10	R\$ 69.120,00	R\$ 547.506,60	R\$ 633.035,50	R\$ 500.830,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

#### Observação

<b>Diretoria</b>	
31/12/2020	O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.
31/12/2019	O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.
31/12/2018	O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

<b>Conselho de Administração</b>	
31/12/2020	O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.
31/12/2019	O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº03/2019.
31/12/2018	O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão dos membros do respectivo órgão que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020. O número de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, conforme disposto no Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2020.

### **13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto**

**Remuneração detida por Partes Relacionadas para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018**

	<u>Conselho de Administração</u>	Diretoria Executiva	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de Membros	5,0	3,0	N/A
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores			N/A
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	69.120,00	2.338.876,80	N/A
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	0,00	974.706,00	N/A
% da Remuneração total do órgão	0,00%	42%	N/A

**Remuneração detida por Partes Relacionadas para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

	<u>Conselho de Administração</u>	Diretoria Executiva	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de Membros	5,0	3,0	N/A
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores			N/A
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	91.357,00	2.532.142,00	N/A
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	0,00	903.663,60	N/A
% da Remuneração total do órgão	0,00%	34%	N/A

**Remuneração detida por Partes Relacionadas para o Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

	<u>Conselho de Administração</u>	Diretoria Executiva	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de Membros	5,0	3,0	N/A
Número de Membros – Parte Relacionada aos Controladores			N/A
Valor da Remuneração Total do Órgão no Exercício	182.943,60	2.190.026,40	N/A
Valor da Remuneração Total Atribuída a Partes Relacionadas ao Controlador no Órgão no Exercício	0,00	880.871,00	N/A
% da Remuneração total do órgão	0,00%	37%	N/A

A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado e apenas o Conselheiro Independente da Companhia fez jus a remuneração em decorrência do exercício de seu cargo.

**13.14 Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam**

Não aplicável, visto que nenhum membro da Diretoria estatutária ou do Conselho de Administração recebeu qualquer remuneração resultante de razões diferentes da função ocupada. A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado nos últimos três exercícios sociais.

**13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor:**

Não aplicável, pois não houve, nos últimos três exercícios sociais, valores reconhecidos nos resultados de controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros da Diretoria estatutária ou do Conselho de Administração. A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado nos últimos três exercícios sociais.

### **13.16 Outras informações relevantes**

#### ***Informações Adicionais relativas ao item 13.2***

Os valores totais apresentados nos quadros do item 13.2 para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2019 e 2020, contemplam: (i) remuneração fixa anual; (ii) benefícios direto e indireto; (iii) remuneração variável e (iv) despesas com encargos (INSS) das remunerações fixa e variável. Porém, o valor evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os mesmo períodos, referentes à remuneração do pessoal chave da Administração da Companhia se refere apenas à parcela fixa da remuneração. Os outros valores, referentes a benefícios, encargos e remuneração variável, são contabilizados de forma centralizada nas respectivas contas da despesa das Demonstrações Financeiras.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante com relação a esta seção 13 do Formulário de Referência.

## 14 – RECURSOS HUMANOS

### 14.1 Descrição dos recursos humanos

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
<b>São Paulo:</b>			
Administração	32	23	19
Comercial	12	16	16
Operacional	22	26	24
	<b>66</b>	<b>65</b>	<b>59</b>
<b>Belo Horizonte:</b>			
Administração	4	5	-
Comercial	1	7	-
Operacional	7	4	-
	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>-</b>
<b>Embu das Artes:</b>			
Administração	-	-	-
Comercial	-	-	-
Operacional	3	3	3
	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>84</b>	<b>62</b>

b) número de terceirizados (total por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
<b>São Paulo:</b>			
Administração	1	2	2
Comercial	-	1	1
Operacional	2	-	-
	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>Belo Horizonte:</b>			
Administração	-	-	-
Comercial	-	-	-
Operacional	1	1	-
	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
<b>Embu das Artes:</b>			
Administração	-	-	-
Comercial	-	-	-
Operacional	-	1	-
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>3</b>

**c) índice de rotatividade**

O índice de rotatividade (*turnover*) da Companhia pode ser visto abaixo e foi calculado utilizando-se a seguinte fórmula:  $turnover = \text{total de desligados} / \text{efetivo médio}$

<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
49,40%	35,48%	48,40%

## **14.2 Alterações relevantes – Recursos Humanos**

A alta rotatividade é basicamente decorrente de ajustes significativos na equipe comercial ao longo do tempo.

### **14.3 Descrição da política de remuneração dos empregados**

#### **a) política de salários e remuneração variável**

Os empregados da Companhia recebem apenas remuneração fixa e benefícios. A política de salários busca oferecer remuneração compatível com os valores praticados pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Companhia e está alinhada com as Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis.

#### **b) política de benefícios**

Além dos benefícios exigidos por lei, todos os empregados da Companhia possuem assistência médica, odontológica, auxílio refeição, auxílio transporte, seguro de vida e auxílio combustível. Além disso, são oferecidos os benefícios acordados em sede de Convenção Coletiva de Trabalho, conforme aplicáveis.

#### **c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano**

Não há plano de remuneração baseado em ações para os colaboradores da Companhia.

#### **14.4 Descrição das relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais**

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não passou por greve ou paralisação de seus colaboradores.

Os sindicatos que a Companhia mantém relação são: (i) Sindeelocadesp: Sindicato dos Empregados e Trabalhadores em Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo; (ii) Sindloc: Sindicato das Empresas Locadoras de Veículos Automotores do Estado de São Paulo; (iii) Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transporte de Passageiros Urbano, Semi-Urbano, Metropolitano, Rodoviário, Intermunicipal, Interestadual, Internacional, Fretamento, Turismo, Escolar de Belo Horizonte e Região Metropolitana; e (iv) Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais.

#### **14.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 14 do Formulário de Referência.



## 15.1/2 – Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total de ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe de ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
<b>Lewco Participações e Administração Ltda.</b>					
09.404.832/0001-48	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/07/2020	
444.435	1,709%	0	0,000%	444.435	1,709%
<b>Fabio Lewkowicz</b>					
317.831.768-65	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/07/2020	
1.944.060	7,474%	0	0,000%	1.944.060	1,709%
<b>Alan Lewkowicz</b>					
368.624.248-66	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/07/2020	
1.851.465	7,118%	0	0,000%	1.851.465	7,118%
<b>Natalie Lewkowicz Rivkind</b>					
346.821.758-74	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/07/2020	
1.759.035	6,763%	0	0,000%	1.759.035	6,763%
<b>Stratus SCP Fleet Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia</b>					
97.522.004/0001-71	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/07/2020	
11.710.305	45,023%	0	0,000%	11.710.305	45,023%
<b>Stratus SCP II Brasil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia</b>					
17.054.944/0001-44	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/07/2020	
8.116.785	31,207%	0	0,000%	8.116.785	31,207%
<b>Stratus Investimentos Ltda.</b>					

22.632.900/0001-00	Brasileira-SP	Não	Sim	24/07/2020	
183.735	0,706%	0	0,000%	183.735	0,706%
<b>OUTROS</b>					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
<b>TOTAL</b>					
26.009.820	100,000%	0	0,000%	26.009.820	100,000%

**CONTROLADORA / INVESTIDORA**
**ACIONISTA**

CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
<b>Detalhamento de ações (Unidades)</b>					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
<b>CONTROLADORA / INVESTIDORA</b>				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Lewco Participações e Administração Ltda.</b>				<b>09.404.832/0001-48</b>	

**Alan Lewkowicz**

368.624.248-66	Brasileira-SP	Não	Sim	24/11/2014	
Não					
5.000	33,330	0	0,000	5.000	33,330
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

**Fabio Lewkowicz**

317.831.768-65	Brasileira-SP	Não	Sim	24/11/2014	
Não					
5.000	33,340	0	0,000	5.000	33,340
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			

**Natalie Lewkowicz Rivkind**

346.821.758-74	Brasileira-SP	Não	Sim	24/11/2014	
Não					
5.000	33,330	0	0,000	5.000	33,330

<b>Classe ação</b>	<b>Qtde. de ações (Unidades)</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000			

**OUTROS**

0	0,000	0	0,000	0	0,000
---	-------	---	-------	---	-------

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF acionistas	Participa de acordo de	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias % (Unidades)	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista Composição capital social	
Lewco Participações e Administração Ltda.				09.404.832/0001-48	
<b>TOTAL</b>					
1	10	0	0	1	10
5.	0,0		,	5.	0,0
0	00		0	0	00
0			0	0	
0			0	0	

### 15.3 Distribuição de Capital

**Distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas:**

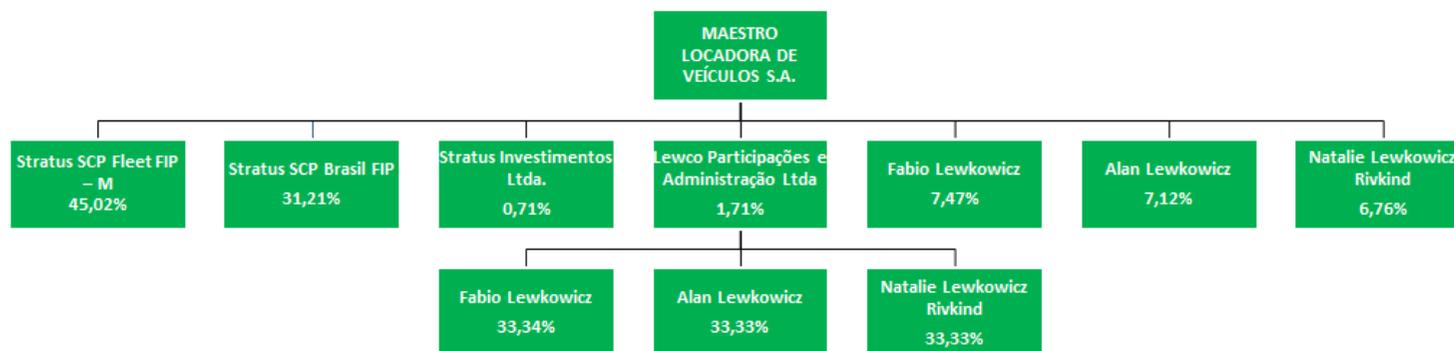
<b>Datada última assembleia / Data da última alteração</b>	<b>24/04/2015</b>
<b>Quantidade de acionistas pessoas físicas</b>	<b>3</b>
<b>Quantidade de acionistas pessoas jurídicas</b>	<b>1</b>
<b>Quantidade de investidores institucionais</b>	<b>3</b>

### **Ações em circulação**

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

<b>Quantidade de Ações Ordinárias (unidades)</b>	<b>0</b>	<b>Porcentagem de Ações Ordinárias</b>	<b>0%</b>
<b>Quantidade de Ações Preferenciais (unidades)</b>	<b>-</b>	<b>Porcentagem de Ações Preferenciais</b>	<b>-</b>
<b>Quantidade total de Ações</b>	<b>0</b>	<b>Porcentagem total de Ações</b>	<b>0%</b>

**15.4 – Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando: (a) todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações; (b) principais controladas e coligadas do emissor; (c) participações do emissor em sociedades do grupo; (d) participações de sociedades do grupo no emissor; (e) principais sociedades sob controle comum**



## **15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor**

### **a. partes**

São partes do Acordo de Acionistas: (i) Fabio Lewkowicz ("Fabio"), (ii) Alan Lewkowicz ("Alan"), (iii) Natalie Lewkowicz Rivkind ("Natalie"), (iv) Lewco Participações e Administração Ltda. ("Lewco", e, em conjunto com Fabio, Alan e Natalie, "Acionistas Originais"); (v) Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes Stratus Fleet ("Fleet") e (vi) Stratus SCP Brasil FIP ("Fundo SCP" e, em conjunto com Fleet, "Investidores"). Os Acionistas Originais e os Investidores são definidos, em conjunto, como "Acionistas".

Ainda, na qualidade de intervenientes anuentes, a Companhia e a Stratus Gestão de Carteiras Ltda. ("Stratus").

### **b. data de celebração**

O Acordo de Acionistas foi celebrado em 27 de janeiro de 2015.

### **c. prazo de vigência**

O Acordo de Acionistas continuará em vigor (i) pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data da sua assinatura, ou (ii) até a data de liquidação financeira da primeira oferta pública de distribuição de ações realizada pela Companhia, o que ocorrer primeiro. O Acordo de Acionistas poderá ser renovado automaticamente por períodos de 10 (dez anos) anos, caso nenhuma das partes notifique as demais acerca da sua intenção de não renová-lo com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência em relação ao seu termo final. Nos termos do Acordo de Acionistas, com a realização de uma Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia o Acordo de Acionistas perderá a vigência e não será aditado.

### **d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

O Acordo de Acionistas estabelece um rol de matérias de competência do Conselho de Administração que dependem da aprovação de 80% de seus membros, conforme abaixo indicadas:

- (i) a aprovação do orçamento anual da Companhia;
- (ii) a indicação e destituição dos auditores independentes da Companhia;
- (iii) a aquisição ou alienação de participação no capital social de outra sociedade, de parte substancial dos ativos ou de negócio de outra sociedade, ou de participação em grupo de sociedades ou, ainda, a associação da Companhia com outras sociedades, ou qualquer outra operação societária envolvendo a Companhia ou seus negócios, existentes ou futuros, considerando que, quando a operação societária se der por meio de incorporação, incorporação de ações, cisão ou fusão envolvendo a Companhia, caberá ao conselho de administração aprovar a proposta, ad referendum da assembleia geral de acionistas;
- (iv) a aquisição ou a venda, cessão ou transferência de ativos de qualquer natureza, pela Companhia, fora do curso normal dos seus negócios e cujo valor

exceda, individualmente ou no agregado em 12 (doze) meses, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

(v) a concessão de avais, fianças ou a prestação de qualquer outra forma de garantia pela Companhia, para terceiros;

(vi) a aprovação da celebração de transações entre a Companhia (ou qualquer subsidiária direta ou indireta da Companhia) e suas Partes Relacionadas (incluindo a assinatura, aditivos ou rescisão de contratos de qualquer natureza, inclusive contratos de empréstimo);

(vii) a cessão, transferência ou negociação por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à Companhia;

(viii) a criação, por qualquer forma, de Ônus (conforme definido no Acordo de Acionistas) sobre qualquer ativo da Companhia fora do curso normal de seus negócios e cujo valor exceda, individualmente ou no agregado em 12 (doze) meses, R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(ix) a aprovação da aquisição pela Companhia de suas próprias ações, para manutenção em tesouraria e/ou posterior recolocação no mercado ou cancelamento; a aprovação de qualquer empréstimo, bem como a emissão de debêntures não conversíveis, notas promissórias comerciais e bônus de subscrição, ou outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida; a aprovação de operação de leasing financeiro ou qualquer outra forma de endividamento com valor, individual ou agregado durante um período de 12 (doze) meses, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

(x) a aprovação da remuneração aplicável ao Conselho de Administração e a cada um dos diretores da Companhia, observada a determinação do valor global de tal remuneração instituído pela Assembleia Geral de Acionistas para cada exercício;

(xi) a aprovação de abertura de capital ou cancelamento de registro de companhia aberta (observado o disposto no Regulamento do BOVESPA MAIS quanto à saída do BOVESPA MAIS) da Companhia, ou de quaisquer planos de oferta pública de distribuição de ações ou de bônus de subscrição de emissão da Companhia a seus empregados ou administradores;

(xii) qualquer das seguintes matérias: (a) propor modificação relevante do Estatuto Social da Companhia; (b) propor mudanças no objeto social da Companhia, ou da atividade da Companhia; (c) propor a incorporação de novas subsidiárias da Companhia, exceto se integrais; ou (d) aprovar a celebração, aditamento ou rescisão de acordos de joint venture, ou outras relações de divisão de lucros da Companhia;

(xiii) a emissão de novas ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando as condições da emissão;

(xiv) a aprovação da política de dividendos da Companhia e a sua eventual alteração; e

(xv) a definição de lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de OPA para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do BOVESPA MAIS

**e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores**

Nos termos do Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros, com mandato unificado de 01 (um) ano, permitida a reeleição, sendo um deles o Presidente, e outro o Vice-Presidente. Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 01 (um) deverão ser conselheiro independente, devendo a caracterização do indicado ao conselho de administração como conselheiro independente ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

Dos membros do Conselho de Administração, (a) 2 (dois) membros serão indicados pelos Investidores, sendo 1 (um) membro indicado pelo Fleet e 01 (um) membro indicado pelo Fundo SCP; (b) 01 (um) membro será indicado, em conjunto, pelos Acionistas Originais; e (c) 01 (um) membro será o Conselheiro Independente, a serem escolhidos de comum acordo entre os Acionistas. A indicação do presidente do Conselho de Administração será realizada pelos Investidores. Com a realização de oferta pública de ações de emissão da Companhia, as restrições não serão mais aplicáveis, uma vez que o Acordo de Acionistas, conforme descrito no item 15.5 perderá a vigência.

**f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

Por meio do Acordo de Acionistas, os Acionistas obrigaram-se a não transferir quaisquer ações de que forem titulares ou direitos decorrentes de tais ações (ou solicitar quaisquer ofertas para comprar ou de qualquer forma adquirir, caucionar ou empenhar quaisquer ações), exceto se tratar de: (a) transferência entre os Acionistas Originais; (b) transferência entre os Investidores; e (c) transferência para Partes Relacionadas dos Investidores ou fundos que sejam geridos ou administrados pela Stratus ou afiliada da Stratus.

Caso os Acionistas desejem transferir parte ou a totalidade de suas ações a terceiros, deverá ser concedido direito de preferência aos demais acionistas. O direito de preferência será exercido proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social, excluindo-se de tal cálculo a participação do acionista ofertante, bem como dos acionistas remanescentes que expressa ou tacitamente abdicarem do exercício de tal direito, mediante notificação escrita especificando os termos e condições da oferta. Os acionistas remanescentes deverão informar ao acionista ofertante e aos demais acionistas remanescentes, por escrito, a sua decisão de exercer o direito de preferência para aquisição da totalidade das ações ofertadas (nas mesmas condições descritas nos termos da oferta), dentro de 30 (trinta) dias da data do recebimento da notificação.

Em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação do acionista ofertante, qualquer Acionista, poderá, alternativamente ao exercício do direito de preferência acima mencionado, notificar o acionista ofertante e os demais acionistas remanescentes para comunicar sua intenção de exercer o seu direito de vender, de maneira proporcional, as ações de sua titularidade em conjunto com as ações ofertadas. Neste caso, o acionista ofertante apenas poderá efetuar a venda das ações ofertadas caso o comprador das ações ofertadas adquira a totalidade das ações ofertadas do Acionista que apresentar uma notificação de venda conjunta.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que, a qualquer momento, os Investidores poderão vender a um terceiro, respeitando-se, sempre, o direito de preferência, as ações de sua titularidade em conjunto com as ações de titularidade dos demais Acionistas se tal terceiro potencial comprador condicionar a compra das ações de titularidade dos Investidores à compra da totalidade das ações da Companhia. Na hipótese dos Investidores decidirem exercer o direito de impor a

referida venda conjunta obrigatória, deverão notificar, por escrito, os demais Acionistas, informando-lhes que o não exercício, pelos demais Acionistas, do direito de preferência de compra da totalidade das ações de titularidade dos Investidores, nas mesmas condições constantes nos termos da oferta, obrigará os demais Acionistas a venderem a totalidade das ações de sua titularidade para o terceiro potencial comprador, nos termos da oferta. Caso os demais Acionistas, após receberem a referida notificação de venda conjunta obrigatória, (i) não respondam a referida notificação em 15 (quinze) dias contados de tal recebimento ou (ii) respondam no sentido de não exercerem o direito de preferência na aquisição da totalidade das ações objeto da venda conjunta obrigatória, os Investidores poderão, no prazo de 03 (três) meses contados da data do recebimento da notificação enviada pelos demais Acionistas, ou do término do prazo previsto em (i) acima, transferir a totalidade de suas ações e das ações detidas pelos demais Acionistas ao terceiro que lhe tiver feito a oferta de aquisição, nos mesmos termos e condições que foram apresentados aos Investidores.

**g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração**

Não há cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração, exceto pelo estabelecimento de quórum qualificado para aprovação de certas matérias de competência deste órgão, conforme descrito no item "d" acima.

**15.6 Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia, ocorridas nos últimos 3 exercícios sociais:**

Não aplicável, uma vez que não houve alterações (aquisições ou alienações) relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e de administradores, conforme definidas no artigo 12 da Instrução CVM nº 358/02, ocorridas nos últimos 3 últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

**15.7 Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou de qualquer de suas controladas ou coligadas:**

<b>a) evento</b>	Aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. pela Maestro Locadora de Veículos S.A.																											
<b>b) principais condições do negócio</b>	<p>Em 13 de novembro de 2018 ocorreu a compra, pela Companhia, das quotas representativas da totalidade do capital social da Minas Real Vendas e Serviços Ltda., sociedade limitada devidamente constituída de acordo com as leis do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 319, bairro Cidade Jardim, CEP 30.380-103, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.254.734/0001-30 ("<u>Locarcity</u>").</p> <p>A Companhia comprou 15.928.120 quotas, representativas da totalidade do capital social, da Minas Real Vendas e Serviços Ltda.</p> <p>A operação foi concluída mediante pagamento integral do preço ajustado e outorga de instrumento de quitação pelo vendedor.</p>																											
<b>c) sociedades envolvidas</b>	Maestro Locadora de Veículos S.A. e Minas Real Vendas e Serviços Ltda.																											
<b>d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor</b>	A operação resultou em alteração no quadro acionário da Minas Real Vendas e Serviços Ltda., que teve 100% das suas quotas adquiridas pela Companhia e não teve qualquer influência sobre o quadro acionário da própria Companhia.																											
<b>e) quadro societário antes e depois da operação</b>	<p>Conforme mencionado, o quadro societário da Companhia não sofreu alterações, conforme abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Quantidade de Ações</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ALAN LEWKOWICZ</td> <td>123.431</td> <td>7,118%</td> </tr> <tr> <td>FABIO LEWKOWICZ</td> <td>129.604</td> <td>7,474%</td> </tr> <tr> <td>FUNDO MUTUO DE INVEST.EM EMPR.EMERG. STRATUS FLEET</td> <td>780.687</td> <td>45,023%</td> </tr> <tr> <td>LEWCO - PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA</td> <td>29.629</td> <td>1,709%</td> </tr> <tr> <td>NATALIE LEWKOWICZ RIVKIND</td> <td>117.269</td> <td>6,763%</td> </tr> <tr> <td>STRATUS INVESTIMENTOS LTDA</td> <td>12.249</td> <td>0,706%</td> </tr> <tr> <td>STRATUS SCP BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES</td> <td>541.119</td> <td>31,207%</td> </tr> <tr> <td><b>Total de Ações</b></td> <td><b>1.733.988</b></td> <td><b>100,000%</b></td> </tr> </tbody> </table>	Acionista	Quantidade de Ações	%	ALAN LEWKOWICZ	123.431	7,118%	FABIO LEWKOWICZ	129.604	7,474%	FUNDO MUTUO DE INVEST.EM EMPR.EMERG. STRATUS FLEET	780.687	45,023%	LEWCO - PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA	29.629	1,709%	NATALIE LEWKOWICZ RIVKIND	117.269	6,763%	STRATUS INVESTIMENTOS LTDA	12.249	0,706%	STRATUS SCP BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES	541.119	31,207%	<b>Total de Ações</b>	<b>1.733.988</b>	<b>100,000%</b>
Acionista	Quantidade de Ações	%																										
ALAN LEWKOWICZ	123.431	7,118%																										
FABIO LEWKOWICZ	129.604	7,474%																										
FUNDO MUTUO DE INVEST.EM EMPR.EMERG. STRATUS FLEET	780.687	45,023%																										
LEWCO - PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA	29.629	1,709%																										
NATALIE LEWKOWICZ RIVKIND	117.269	6,763%																										
STRATUS INVESTIMENTOS LTDA	12.249	0,706%																										
STRATUS SCP BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES	541.119	31,207%																										
<b>Total de Ações</b>	<b>1.733.988</b>	<b>100,000%</b>																										
<b>f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável uma vez que não houve relação de troca de ações envolvendo acionistas da Companhia e da Locarcity.																											

<b>a) evento</b>	Incorporação da Minas Real Vendas e Serviços Ltda. pela Maestro Locadora de Serviços S.A.
<b>b) principais condições do negócio</b>	Em 1º de agosto de 2019 a Companhia incorporou a Minas Real Vendas e Serviços Ltda. (" <u>Locarcity</u> ") com o objetivo de melhorar a sinergia na terceirização de sua frota. O Processo de incorporação foi concluído com a emissão do laudo contábil por avaliador especializado e independente e foi realizada nos termos do artigo 225 da Lei 6.404 de 1976. Tendo em vista que a Companhia era detentora da totalidade do capital social da Incorporada, a Incorporação não acarretou aumento do capital social da Companhia, nem alteração do número de ações de sua emissão, não havendo, assim, relação de substituição, inclusive para os fins do artigo 264 da Lei

	das S.A.																											
<b>c) sociedades envolvidas</b>	Maestro Locadora de Veículos S.A. e Minas Real Vendas e Serviços Ltda.																											
<b>d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor</b>	A Operação não resultou em qualquer influência sobre o quadro acionário da própria Companhia. A Locarcity foi extinta em decorrência da incorporação.																											
<b>e) quadro societário antes e depois da operação</b>	<p>Conforme mencionado, o quadro societário da Companhia não sofreu alterações, conforme abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Quantidade de Ações</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ALAN LEWKOWICZ</td> <td>123.431</td> <td>7,118%</td> </tr> <tr> <td>FABIO LEWKOWICZ</td> <td>129.604</td> <td>7,474%</td> </tr> <tr> <td>FUNDO MUTUO DE INVEST.EM EMPR.EMERG. STRATUS FLEET</td> <td>780.687</td> <td>45,023%</td> </tr> <tr> <td>LEWCO - PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA</td> <td>29.629</td> <td>1,709%</td> </tr> <tr> <td>NATALIE LEWKOWICZ RIVKIND</td> <td>117.269</td> <td>6,763%</td> </tr> <tr> <td>STRATUS INVESTIMENTOS LTDA</td> <td>12.249</td> <td>0,706%</td> </tr> <tr> <td>STRATUS SCP BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES</td> <td>541.119</td> <td>31,207%</td> </tr> <tr> <td><b>Total de Ações</b></td> <td><b>1.733.988</b></td> <td><b>100,000%</b></td> </tr> </tbody> </table>	Acionista	Quantidade de Ações	%	ALAN LEWKOWICZ	123.431	7,118%	FABIO LEWKOWICZ	129.604	7,474%	FUNDO MUTUO DE INVEST.EM EMPR.EMERG. STRATUS FLEET	780.687	45,023%	LEWCO - PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA	29.629	1,709%	NATALIE LEWKOWICZ RIVKIND	117.269	6,763%	STRATUS INVESTIMENTOS LTDA	12.249	0,706%	STRATUS SCP BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES	541.119	31,207%	<b>Total de Ações</b>	<b>1.733.988</b>	<b>100,000%</b>
Acionista	Quantidade de Ações	%																										
ALAN LEWKOWICZ	123.431	7,118%																										
FABIO LEWKOWICZ	129.604	7,474%																										
FUNDO MUTUO DE INVEST.EM EMPR.EMERG. STRATUS FLEET	780.687	45,023%																										
LEWCO - PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA	29.629	1,709%																										
NATALIE LEWKOWICZ RIVKIND	117.269	6,763%																										
STRATUS INVESTIMENTOS LTDA	12.249	0,706%																										
STRATUS SCP BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES	541.119	31,207%																										
<b>Total de Ações</b>	<b>1.733.988</b>	<b>100,000%</b>																										
<b>f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</b>	Não aplicável uma vez que não houve relação de troca de ações envolvendo acionistas da Companhia e da Locarcity.																											

## **15.8 Outras informações relevantes**

### **Ausência de controle nos FIPs Stratus**

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que a Stratus Gestão de Carteiras Ltda. é gestora e exerce gestão discricionária do (i) Stratus SCP Fleet Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia; e do (ii) Stratus SCP II Brasil Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, uma vez que ambos os fundos não possuem um cotista que os controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/1976.

## **16 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

### **16.1 Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Companhia realiza certas operações com seus acionistas no curso normal de seus negócios e com empresas coligadas detidas direta ou indiretamente pelos acionistas da Companhia. A Companhia realiza tais operações em condições de mercado e de acordo com os requerimentos legais aplicáveis.

Nos termos da Lei nº 6.404/76, bem como de acordo com as normas e precedentes da CVM, qualquer dos acionistas da Companhia ou qualquer membro da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia envolvido em qualquer operação com a Companhia deverá se abster de votar na assembleia geral extraordinária ou na reunião de Diretoria ou do Conselho de Administração, conforme o caso, que delibere acerca de: (i) aprovação dos laudos de avaliação dos ativos utilizados para capitalizar a Companhia mediante aumento de capital; (ii) aprovação das contas como um membro da administração; e (iii) qualquer operação que possa beneficiar particularmente tal acionista ou membro da Diretoria ou do Conselho de Administração, ou na qual o interesse de tal indivíduo seja conflitante com o interesse da Companhia.

A Lei nº 6.404/76 também proíbe membros do Conselho de Administração e Diretoria de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do Estatuto Social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

**16.2. Com exceção das operações realizadas entre emissor e sociedades em que este detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:**

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
	23/01/2021	1.593.600,00	1.593.600,00	1.593.600,00	31/12/2021	Não	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Administradores:						
<b>Objeto contrato</b>	Remuneração:						
<b>Emissor credor ou devedor</b>	Devedor						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Remuneração em razão do exercício do cargo de administradores da Companhia.						

Parte Relacionada	Data da Transação	Montante envolvido (R\$)	Saldo existente (R\$)	Montante (R\$)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrada
	22/01/2020	1.610.000,00	1.610.000,00	1.610.000,00	31/12/2020	Não	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Administradores:						
<b>Objeto contrato</b>	Remuneração:						
<b>Emissor credor ou devedor</b>	Devedor						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Remuneração em razão do exercício do cargo de administradores da Companhia.						

### **16.3 Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**

#### **a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação. Qualquer acionista está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia, de acordo com a Lei nº 6.404/76, bem como de atuar em qualquer operação ou negócios na mesma situação de conflito de interesse. As operações da Companhia, especialmente aquelas realizadas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes.

#### **b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado**

As operações e negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar seu desempenho e levam em consideração o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização, quitação, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável). Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições estritamente comutativas, com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

#### **16.4 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta seção 16 do Formulário de Referência.

## 17 – CAPITAL SOCIAL

### 17.1 Informações- Capital Social

<b>Data da aprovação ou autorização</b>	<b>Valor do Capital (R\$)</b>	<b>Prazo para integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Quantidade total de ações</b>
<b>Tipo de capital</b> 24/07/2020	<b>Capital emitido</b> R\$51.734.989,22	-	26.009.820	0	26.009.820
<b>Tipo de capital</b> 24/07/2020	<b>Capital subscrito</b> R\$ 51.734.989,22	-	26.009.820	0	26.009.820
<b>Tipo de capital</b> 24/07/2020	<b>Capital integralizado</b> R\$51.734.989,22	-	26.009.820	0	26.009.820

## **17.2 – Aumentos do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou aumentos de capital nos 03 (três) últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

### 17.3 – Desdobramento, grupamento e bonificação

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
<b>Desdobramento</b>						
24/07/2020	1.733.988	0	1.733.988	26.009.820	0	26.009.820

#### **17.4 – Redução do capital social**

##### **Justificativa para o não preenchimento do quadro**

Não aplicável, uma vez que não houve redução do capital social da Companhia nos 03 (três) últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

### **17.5 – Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 17 do Formulário de Referência.

## 18 – Valores mobiliários

### 18.1 Direitos das ações

<b>Espécie de Ações</b>	Ordinárias
<b>Tag along:</b>	100%
<b>Direito a dividendos:</b>	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado na forma da Lei n.º 6.404/76, podendo ainda ser imputado ao valor dos dividendos, sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, o valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas a título de remuneração do capital próprio.
<b>Direito a voto:</b>	Pleno
<b>Conversibilidade:</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital:</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital:</b>	<p>Qualquer um dos acionistas da Companhia dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.</p> <p>De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias: (i) cisão da Companhia; (ii) redução do dividendo mínimo obrigatório da Companhia; (iii) mudança do objeto social da Companhia; (iv) fusão ou incorporação da Companhia em outra sociedade; (v) participação da Companhia em um grupo de sociedades.</p>
<b>Restrição circulação</b>	Não
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:</b>	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social nem a assembleia-geral poderão privar o acionista dos direitos de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação; (iii) fiscalizar, na forma prevista nesta Lei, a gestão dos negócios sociais; (iv) preferência para a subscrição de ações, partes beneficiárias conversíveis em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, observado o disposto nos artigos 171 e 172; e (v) retirar-se da sociedade nos casos previstos na referida lei.
<b>Possibilidade de resgate de ações:</b>	O Estatuto Social da Companhia prevê que o resgate de ações de uma ou mais classes poderá ser efetuado mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, observadas em qualquer caso as disposições da Lei das Sociedades por Ações.
<b>Outras características relevantes:</b>	Não há outras informações relevantes sobre os direitos referentes às ações, que não tenham sido divulgadas ao longo deste Formulário de Referência.

## **18.2 Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública**

### Alienação de Controle da Companhia

A alienação direta ou indireta do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

### **18.3 Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto**

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos, prevista no Estatuto Social da Companhia.

#### **18.4 Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**

##### **Justificativa para o não preenchimento do quadro**

Não aplicável, uma vez que a Companhia, apesar de ter suas ações admitidas à negociação na B3, ainda não possui seus valores mobiliários negociados em bolsa na data deste Formulário de Referência.

## 18.5 Descrição dos outros valores mobiliários, emitidos no Brasil

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	MSR012
<b>Data de emissão</b>	4/5/2018
<b>Data de vencimento</b>	10/5/2022
<b>Quantidade (Unidades)</b>	8.000
<b>Valor total (Reais)</b>	80.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	R\$ 43.546.299,84
<b>Restrição a circulação</b>	Sim
<b>Descrição da restrição</b>	As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	A qualquer tempo durante a vigência das debêntures, a seu exclusivo critério, a Companhia poderá promover o resgate antecipado total das debêntures, mediante o pagamento do valor do resgate calculado nos termos da escritura de emissão.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	Vencimento: 10/05/2022. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide item 18.10. Juros: incidirão juros remuneratórios, devidos mensalmente, correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, acrescida exponencialmente do spread de 4, 5% ao ano, base 252 dias úteis. Garantia: As debêntures são da espécie com garantia real e contam com a alienação fiduciária de veículos. Restrições impostas ao emissor: A escritura de emissão impõe restrições em relação à alienação de ativos e à distribuição de dividendos. Para maiores informações, vide item 18.10. Repactuação: Não haverá repactuação programada. Agente fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Agente fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Nas deliberações da assembleia geral de debenturistas, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das debêntures em circulação, exceto quando de outra forma previsto na escritura de emissão. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das debêntures, (ii) na remuneração (exceto pelo disposto na cláusula 6.17.1 da escritura de emissão), (iii) no quorum de deliberação das assembleias gerais de debenturistas ou (iv) nos eventos de vencimento antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debentures em Circulação.

**Outras características relevantes**

Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

**Valor mobiliário**

**Debêntures**

**Identificação do valor mobiliário**

MSRO13

**Data de emissão**

13/11/2018

**Data de vencimento**

13/11/2022

**Quantidade (Unidades)**

6.200

**Valor total (Reais)**

62.000.000,00

**Saldo Devedor em Aberto**

R\$ 55.396.815,65

**Restrição a circulação**

Sim

**Descrição da restrição**

As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.

**Conversibilidade**

Não

**Possibilidade resgate**

Sim

**Hipótese e cálculo do valor de resgate**

A qualquer tempo durante a vigência das debêntures, a seu exclusivo critério, a Companhia poderá promover o resgate antecipado total das debêntures, mediante o pagamento do valor do resgate calculado nos termos da escritura de emissão.

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Cada debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, serão tomadas por debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das debêntures em circulação, em primeira convocação e em segunda convocação. Quaisquer alterações: (i) no prazo de vigência das debêntures; (ii) na remuneração das debêntures; (iii) no quorum de deliberação das assembleias gerais de debenturistas; (iv) nos eventos de vencimento antecipado; (v) na Cláusula 6.26.1 da escritura de emissão; e (vi) no objeto das garantias, além de quaisquer deliberações de renúncia ou perdão temporário aos eventos de vencimento antecipado, conforme previsto na escritura de emissão, deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.

**Outras características relevantes**

Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

**Valor mobiliário**

**Debêntures**

**Identificação do valor mobiliário**

MSRO14

**Data de emissão**

10/11/2019

**Data de vencimento**

10/11/2024

**Quantidade (Unidades)**

60.000

**Valor total (Reais)**

60.000.000,00

**Saldo Devedor em Aberto**

R\$ 60.266.401,61

**Restrição a circulação**

Sim

**Descrição da restrição**

As debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, decorridos 90 (noventa) dias da sua data de subscrição pelo investidor.

**Conversibilidade**

Não

**Possibilidade resgate**

Sim

**Hipótese e cálculo do valor de resgate**

A qualquer tempo durante a vigência das debêntures, a seu exclusivo critério, a Companhia poderá promover o resgate antecipado total das debêntures, mediante o pagamento do valor do resgate calculado nos termos da escritura de emissão.

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleias Gerais de Debenturistas instaladas em primeira ou segunda convocação; sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

**Outras características relevantes**

Vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

### 18.5.a – Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	
Debêntures	PF: 0
PJ: 0	Institucionais: 55

## **18.6 Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação**

Na data deste Formulário de Referência, as ações da Companhia estão admitidas à negociação no segmento especial denominado "Bovespa Mais" da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Na data deste Formulário de Referência, as debêntures de nossa emissão são admitidas à negociação apenas entre investidores qualificados (conforme definidos pela Instrução CVM 476 e Instrução CVM 539) em mercado secundário, junto ao Módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTVM.

**18.7 Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos e/ou negociados em mercados estrangeiros.

**18.8 Descrever títulos emitidos no exterior, quando relevantes, indicando, se aplicável:**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos e/ou negociados em mercados estrangeiros.

## **18.9 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

### **2ª Emissão de debêntures**

Em 04 de maio de 2018 a Companhia aprovou a realização da Oferta Pública com Esforços Restritos de Colocação, da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, no montante total de até R\$80.000.000,00, que após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* totalizou R\$ R\$80.000.000,00, com remuneração correspondente a Taxa DI + 4,5% a.a. e vencimento em 10 de maio de 2022.

### **3ª Emissão de debêntures**

Em 13 de novembro de 2018 a Companhia aprovou a realização da Oferta Pública com Esforços Restritos de Colocação, da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, no montante total de até R\$62.000.000,00, com remuneração correspondente a Taxa DI + 5% a.a. e vencimento em 10 de novembro de 2022.

### **4ª Emissão de debêntures**

Em 23 de outubro de 2019 a Companhia aprovou a realização da Oferta Pública com Esforços Restritos de Colocação, da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, no montante total de até R\$60.000.000,00, com remuneração correspondente a Taxa DI + 3,7% a.a. e vencimento em 10 de novembro de 2024.

## **18.10 Informações sobre os recursos resultantes de ofertas públicas de distribuição**

### **a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados;**

Os recursos provenientes da 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, foram utilizados, nos termos dos documentos da oferta para: (i) 2,50% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) dos recursos para a aplicação em CDBs (conforme definidos na Escritura de Emissão), observado o disposto na Cláusula 6.19.10 da Escritura de Emissão; (ii) no mínimo R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a aquisição de novos veículos para o aumento e a reposição da frota da Companhia; (iii) até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para refinanciamento de dívidas da Companhia, observado o disposto na Cláusula 6.19 da Escritura de Emissão; e (iv) até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para reforço de caixa da Companhia visando à realização de negócios na sua gestão ordinária.

Os recursos provenientes da 3ª Emissão de Debêntures da Companhia, foram utilizados, nos termos dos documentos da oferta para: (i) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para reforço do fluxo de caixa da Companhia e pagamento das despesas desta Emissão; (ii) R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) para o pagamento da primeira parcela do preço de aquisição de sociedade que tem como objeto social o desenvolvimento de atividades de locação e gestão de veículos e/ou frotas automotivas ("Sociedade Alvo"), operação esta que visa a aquisição de quotas representativas de 100% ( cem por cento) do capital social da Sociedade Alvo; (iii) R\$ 20.500.000,00 (vinte milhões e quinhentos mil reais) para aporte de recursos na Sociedade Alvo, seja mediante aumento de capital, adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) ou celebração de mútuo; (iv) R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para pagamento de outras parcelas referentes ao preço de aquisição da Sociedade Alvo; e (v) exclusivamente aplicável na hipótese de o valor total da presente Emissão ser equivalente ao Montante Máximo da Oferta (conforme definido abaixo), R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) para realização de resgate antecipado facultativo das debêntures emitidas no âmbito da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações da Espécie com Garantia Real da Primeira Emissão da Companhia*".

Os recursos provenientes da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia, foram utilizados, nos termos dos documentos da oferta para: (a) para liquidação antecipada: (i) do Contrato de Empréstimo Internacional nº AGE1103866, datado de 30 de abril de 2019, celebrado entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 60.701.190/4845-43, no montante de até R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais); (ii) dos Contratos de Arrendamento Mercantil (leasing) nºs 100051841, 100051854, 100051868, 100051895, 100051898, 100051952, 100051963, 100051971 e 100051987, celebrados entre a Companhia e Alfa Arrendamento Mercantil S.A., inscrito no CNPJ/ME sob o nº 46.570.800/0001-49, no montante de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais); e (b) os recursos remanescentes, para reforço de caixa da Companhia

### **b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição; e**

A Companhia informa que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos captados com as ofertas públicas descritas no subitem "a" acima e as disposições constantes dos documentos das respectivas ofertas atinentes à destinação dos recursos captados.

**c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não aplicável, uma vez que não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos captados com as ofertas públicas descritas no subitem "a" acima e as disposições constantes dos documentos das respectivas ofertas atinentes à destinação dos recursos captados.

**18.11 Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas para aquisição de ações de emissão de terceiros nos 03 (três) últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

## 18.12 Outras informações relevantes

Em adição às informações prestadas no Item 18.5 deste Formulário de Referência, seguem abaixo as descrições das características relevantes das emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia. Os termos indicados em letra maiúscula que não tiverem a definição expressa neste Formulário de Referência, terão os significados a eles atribuídos nas respectivas escrituras de emissão:

<b>Valor Mobiliário</b>	Debênture
<b>Identificação do Valor Mobiliário</b>	2ª Emissão
<b>Quantidade</b>	8.000 (oito mil) debêntures
<b>Valor Nominal Global</b>	R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais)
<b>Data de Emissão</b>	04/05/2018
<b>Data de Vencimento</b>	10/05/2022
<b>Possibilidade de resgate</b>	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo durante a vigência das debêntures, promover o resgate antecipado total das debêntures, com o conseqüente cancelamento das debêntures objeto do resgate, mediante o pagamento do valor de resgate.
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	
<b>Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</b>	O agente fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da escritura de emissão e exigir o imediato pagamento, pela emissora, do valor nominal unitário das debêntures ou do saldo do valor nominal unitário das debêntures, acrescido da remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a data de emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos eventos I a XVIII mencionados na escritura de emissão.
<b>Juros</b>	As Debêntures farão jus a remuneração correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet, acrescida exponencialmente do spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

<b>Espécie</b>	Com garantia real
<b>eventuais restrições impostas ao emissor</b>	Não observância de limites e índices financeiros, apurados trimestralmente com base nas informações trimestrais consolidadas e revisadas da Emissora ou nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, conforme o caso, relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, sendo a primeira apuração com base nas informações trimestrais consolidadas de 30 de junho de 2018, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores.
<b>Agente Fiduciário</b>	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>A assembleia geral de debenturistas poderá ser convocada pelo agente fiduciário, pela emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação ou pela CVM.</p> <p>Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na remuneração, (iii) no quórum de deliberação das assembleias gerais de debenturistas (iv) nos eventos de vencimento antecipado, inclusive nos casos de opção por não declaração do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures e de renúncia ou perdão temporário, conforme previsto na escritura de emissão, (v) nas garantias, e (vi) nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta escritura de emissão, deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das debêntures em circulação.</p>
<b>Outras características relevantes</b>	Outras características podem ser consultadas na escritura de emissão.

<b>Valor Mobiliário</b>	Debêntures
<b>Identificação do Valor Mobiliário</b>	3ª Emissão
<b>Quantidade</b>	6.200 (seis mil e duzentas) debêntures
<b>Valor Nominal Global</b>	R\$62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais)
<b>Data de Emissão</b>	13/11/2018
<b>Data de Vencimento</b>	13/11/2022

<b>Possibilidade de resgate</b>	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo durante a vigência das debêntures, promover o resgate antecipado total das debêntures, com o consequente cancelamento das debêntures objeto do resgate, mediante o pagamento do valor de resgate.
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	
<b>Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</b>	O agente fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da escritura de emissão e exigir o imediato pagamento, pela emissora, do valor nominal unitário das debêntures ou do saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso, acrescido da remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a data de emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos eventos I a XXVII mencionados na escritura de emissão.
<b>Juros</b>	100% da Taxa DI acrescida de spread de 4,25% ao ano
<b>Espécie</b>	Com garantia real
<b>eventuais restrições impostas ao emissor</b>	não observância de limites e índices financeiros, apurados trimestralmente com base nas informações trimestrais consolidadas e revisadas da Emissora ou nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, conforme o caso, relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, sendo a primeira apuração com base nas informações trimestrais consolidadas de 30 de setembro de 2018, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores.
<b>Agente Fiduciário</b>	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	A assembleia geral de debenturistas poderá ser convocada pelo agente fiduciário, pela emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação ou pela CVM.  Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na remuneração, (iii) no quórum de

	deliberação das assembleias gerais de debenturistas (iv) nos eventos de vencimento antecipado, (v) na "data de vencimento antecipado", e (vi) no objeto das garantias, além de quaisquer deliberações de renúncia ou perdão temporário aos eventos de vencimento antecipado, conforme previsto na escritura de emissão, deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.
<b>Outras características relevantes</b>	Outras características das podem ser consultadas na escritura de emissão.

<b>Valor Mobiliário</b>	Debêntures
<b>Identificação do Valor Mobiliário</b>	4ª emissão
<b>Quantidade</b>	60.000 (sessenta mil) debêntures
<b>Valor Nominal Global</b>	R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais)
<b>Data de Emissão</b>	10/11/2019
<b>Data de Vencimento</b>	10/11/2024
<b>Possibilidade de resgate</b>	Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo durante a vigência das debêntures, promover o resgate antecipado total das debêntures, com o conseqüente cancelamento das debêntures objeto do resgate antecipado facultativo, mediante o pagamento do valor de resgate.
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	
<b>Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</b>	O agente fiduciário deverá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da escritura de emissão e exigir o imediato pagamento, pela emissora, do valor nominal unitário das debêntures ou do saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme o caso, acrescido da remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a data de emissão ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos eventos I a XXVIII mencionados na escritura de emissão.
<b>Juros</b>	100% da Taxa DI acrescida de spread de 5,00% ao ano
<b>Espécie</b>	Com garantia real
<b>eventuais restrições impostas ao emissor</b>	Não observância de limites e índices financeiros, apurados trimestralmente

	com base nas informações trimestrais consolidadas e revisadas da Emissora ou nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora, conforme o caso, relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, sendo a primeira apuração com base nas informações trimestrais consolidadas de 31 de dezembro de 2019, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores.
<b>Agente Fiduciário</b>	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
<b>Condições para alteração dos ireitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	<p>A assembleia geral de debenturistas poderá ser convocada pelo agente fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação ou pela CVM.</p> <p>Quaisquer alterações: (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na remuneração; (iii) no quórum de deliberação das assembleias gerais de debenturistas; (iv) nos Eventos de vencimento antecipado; (v) da "data de vencimento antecipado"; e (vi) no objeto das garantias, além de quaisquer deliberações de renúncia ou perdão temporário aos eventos de vencimento antecipado, conforme previsto na escritura de emissão, deverão ser aprovadas por debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das debêntures em circulação.</p>
<b>Outras características relevantes</b>	Outras características das podem ser consultadas na Escritura de Emissão.

### **19.1 Informações sobre planos de recompra de ações do emissor**

#### **Justificativa para o não preenchimento do quadro**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possuía valores mobiliários em tesouraria nos 03 (três) últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

## **19.2 Movimentação valores mobiliários em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possuía valores mobiliários em tesouraria nos 03 (três) últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

### **19.3 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 19 do Formulário de Referência.

## **20- POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO**

**20.1. Política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:**

**a. data de aprovação**

27/01/2015

**b. pessoas vinculadas**

São consideradas pessoas vinculadas: a Companhia; acionistas controladores, diretos e indiretos; administradores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários, sociedades controladas e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais, que tenham aderido expressamente à Política e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas.

**c. principais características**

A Política tem como objetivo estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser observados pelas Pessoas Vinculadas com relação à negociação de valores mobiliários, preservando a transparência nessas negociações a todos os interessados e afastar eventual presunção de uso inadequado de informação relevante sobre a Companhia que possa influir de modo ponderável (i) na cotação de valores mobiliários de emissão da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

**d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos**

Principais períodos de vedação e descrição: a Companhia e as Pessoas Vinculadas (conforme definição prevista na Política e no item 20.1(b) deste Formulário de Referência) não podem negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia desde a data da ciência até o dia da divulgação do ato ou fato relevante ao mercado. A vedação também prevalecerá: (i) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária; e (ii) em relação aos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores e membros do conselho de administração, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim. A vedação estende-se à negociação pelas Pessoas Vinculadas e pela própria Companhia, no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP e Formulário de Referência) da Companhia. Nos termos da Política de Negociação da Companhia, no período compreendido entre a decisão tomada pelo acionista Controlador de: (a) modificar o capital social da Companhia mediante subscrição de ações; (b) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de emissão da Companhia, exceto

aquisição de ações que se encontrem em tesouraria, através de negociação privada, decorrente do exercício de opção de compra de acordo com plano de outorga de opção de compra de ações aprovado em assembleia geral; e (c) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos. Em regra, as vedações previstas deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgar o fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria. O Diretor de Relações com Investidores poderá manter a vedação prevista acima, sempre que, a seu critério, a negociação com os valores mobiliários puder prejudicar os acionistas da Companhia, ou ela própria. Períodos excepcionais de negociação vedada: O Diretor de Relações com Investidores poderá ainda, independentemente de justificativa ou da existência de ato ou fato relevante ainda não divulgado, fixar períodos em que as Pessoas Vinculadas não poderão negociar com valores mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados. As Pessoas Vinculadas deverão manter sigilo sobre tais períodos.

## **20.2 Outras informações relevante**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 20 do Formulário de Referência.

## **21- POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO**

### **21.1 Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva**

A Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante ("Política de Divulgação") foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de janeiro de 2015, elaborada nos termos da Instrução da CVM nº 358/2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"). A Política de Divulgação está em vigor desde a data em que foi concedido o registro de companhia aberta da Companhia.

As regras da Política de Divulgação deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas, conforme definição abaixo, no que tange à divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Atos ou Fatos Relevantes que ainda não tenham sido divulgados ao público.

Para os fins da Política de Divulgação, Pessoas Vinculadas são aquelas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, inclusive a Companhia, seus acionistas controladores diretos e indiretos, Diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, quando instalado, e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, gerentes e empregados, que em virtude do cargo que ocupam, tenham acesso a informação que possa, potencialmente, resultar em Ato ou Fato Relevante, sociedades controladoras e/ou sob controle comum e respectivos acionistas controladores, membros da administração e de órgãos com funções técnicas ou consultivas, prestadores de serviços e outros profissionais que tenham aderido expressamente à Política de Divulgação e estejam obrigados à observância das regras nela descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, nos termos da Instrução CVM 358, mesmo não tendo aderido à Política de Divulgação, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus acionistas controladores, suas controladas ou coligadas.

**21.2 Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada**

A Política de Divulgação estabelece as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas, conforme definido na Política de Divulgação e no item 21.1 deste Formulário de Referência, no que tange à divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de Atos ou Fatos Relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

São considerados Atos ou Fatos Relevantes aqueles definidos como relevantes nos termos da Instrução CVM 358, inclusive qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos Valores Mobiliários (conforme abaixo definido); (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os Valores Mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de Valores Mobiliários.

Para fins da Política de divulgação da Companhia os eventos considerados como Ato ou Fato Relevante devem ter sua materialidade analisada no contexto das atividades ordinárias e da dimensão da Companhia, bem como das informações anteriormente divulgadas, de modo a evitar a banalização das divulgações de Atos ou Fatos Relevantes em prejuízo da qualidade da análise, pelo mercado e público em geral, das perspectivas da Companhia.

Como critério objetivo orientador, de maneira não impositiva, da influência ponderável do Ato ou Fato Relevante, utilizar-se-á do conceito de materialidade de tal evento no contexto das atividades da Companhia, sendo considerados materiais os eventos que representem 10% ou mais do capital social da Companhia ou que, de maneira isolada, possam provocar variação:

- na receita bruta anual consolidada em 10% ou mais
- no EBITDA anual consolidado em 10% ou mais
- no lucro líquido consolidado do exercício em 10% ou mais

A comunicação de Atos ou Fatos Relevantes à CVM e, se for o caso, às Entidades de Mercado, deve ser feita imediatamente por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente, de forma clara e precisa e em linguagem acessível ao público investidor, os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecidos.

Caso após o prazo de 03 (três) dias contados da comunicação acima, não seja divulgada o Ato ou Fato Relevante, fica a Pessoa Vinculada obrigada a comunicar imediatamente o referido Ato ou Fato Relevante à CVM.

O Ato ou Fato Relevante deve ser divulgado ao público por meio (i) da página na rede mundial de computadores do portal de notícias "Portal Valor RI" (<http://www.valor.com.br/valor-ri>); (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (<http://www.maestrolocadora.com.br>), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema IPE). Não obstante a divulgação

de Ato ou Fato Relevante pelos canais de comunicação supramencionados, qualquer Ato ou Fato Relevante poderá ser também publicado em jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia, conforme acima, poderá, a critério do Diretor de Relações com Investidores, ser feita de forma resumida, com a indicação de que a informação completa poderá ser acessada no endereço eletrônico <http://ri.maestrofrotas.com.br/> e na página na rede mundial de computadores do portal de notícias "Portal Valor RI" (<http://www.valor.com.br/valor-ri>).

O Ato ou Fato Relevante deverá, preferencialmente, ser divulgado antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Entidades do Mercado. Caso as Entidades do Mercado não estejam operando simultaneamente, a divulgação será feita observando o horário de funcionamento das Entidades do Mercado localizadas no Brasil.

Os Atos ou Fatos Relevantes poderão, excepcionalmente, deixar de ser divulgados, se seus acionistas controladores ou administradores entenderem que a sua revelação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia. A Companhia poderá submeter à apreciação da CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Ato ou Fato Relevante cuja divulgação entenda representar risco ao interesse legítimo da Companhia. Caso o Ato ou Fato Relevante não divulgado ao público escape ao controle, tornando-se de conhecimento de pessoas diversas das que tiveram originalmente conhecimento e/ou daqueles que decidiram manter sigiloso o Ato ou Fato Relevante e/ou do público em geral e/ou caso se verifique que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, os acionistas controladores ou os administradores ficam obrigados a, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, providenciar para que referido Ato ou Fato Relevante seja imediatamente divulgado à CVM e, se for se o caso, às Entidades de Mercado e ao público em geral.

As Pessoas Vinculadas devem observar as seguintes regras, decorrentes da Política de Divulgação de Informações Relevantes: (i) guardar sigilo absoluto acerca de Atos ou Fatos Relevantes que ainda não tenham sido divulgados, nos termos da Política de Divulgação e da Instrução CVM 358, as quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais Atos ou Fatos Relevantes sejam divulgadas ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam; (ii) não devem discutir Atos ou Fatos Relevantes em lugares públicos. Da mesma forma, as Pessoas Vinculadas somente deverão tratar de assuntos relacionados aos Atos ou Fatos Relevantes com aqueles que tenham necessidade de conhecer tais informações, ou seja, aqueles que estejam envolvidos pelos motivos que ensejem a colocação dos valores mobiliários no mercado, bem como a organização para a devida prestação das informações ao público, sempre visando ao fiel cumprimento das disposições da Instrução CVM 358 e da Política de Divulgação. Caso qualquer Pessoa Vinculada verifique que um Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao público tornou-se do conhecimento de pessoas diversas das que (i) tiveram originalmente conhecimento, e/ou (ii) decidiram manter sigilosa o Ato ou Fato Relevante, ou, ainda, que ocorreu oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, tais fatos deverão ser imediatamente comunicados à Companhia, na pessoa do Diretor de Relação com Investidores ou à pessoa por ele indicada.

### **21.3 Administradores responsáveis pela implantação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações**

O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela aderência das divulgações realizadas pela Companhia à atual Política de Divulgação e deve: (i) divulgar e comunicar por escrito, à CVM e às Entidades do Mercado, imediatamente após a ciência, qualquer Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado à Companhia; e (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação do Ato ou Fato Relevante simultaneamente na CVM e nas Entidades do Mercado, assim como ao público investidor em geral.

#### **21.4 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção 21 do Formulário de Referência.